DIÁRIO DO LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
Sábado - 9 de março de 2013

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarqüínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS
1.1 - Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
1.2 - 2ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada à Entrega ao Ministro Aldo Rebelo do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais
1.3 - 1ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
1.4 - 2ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
1.5 - Reunião de Comissões
2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO
2.1 - Plenário
3 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO
4 - MANIFESTAÇÕES
5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR
6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 7/3/2013

Presidência do Deputado João Leite

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

André Quintão - Anselmo José Domingos - Cabo Júlio - Carlos Mosconi - Celinho do Sinttrocel - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Inácio Franco - João Leite - Leonardo Moreira - Liza Prado - Mário Henrique Caixa - Marques Abreu - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Sargento Rodrigues - Tenente Lúcio - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 11, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 2ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/3/2013

Presidência do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Antônio Carlos Arantes - Entrega de título - Palavras do Ministro Aldo Rebelo - Apresentação musical - Palavras do Secretário Carlos Melles - Palavras do Sr. Wadson Ribeiro - Palavras do Deputado Mário Henrique Caixa - Palavras do Deputado Lafayette de Andrada - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Alencar da Silveira Jr. - Antônio Carlos Arantes - Celinho do Sinttrocel - Lafayette de Andrada - Liza Prado - Mário Henrique Caixa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alencar da Silveira Jr.) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Mário Henrique Caixa, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à entrega ao Ministro Aldo Rebelo do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, concedido, a requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, pelo Governador do Estado, por meio de decreto publicado no "Diário do Executivo" em 28/10/2011.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Deputado Federal Aldo Rebelo, Ministro de Estado do Esporte; Tiago Lacerda, Secretário de Estado Extraordinário da Copa do Mundo, representando o Governador do Estado, Antonio Anastasia; Vereador Bruno Miranda, Secretário Municipal de Esporte e Lazer de Belo Horizonte, representando o Prefeito Municipal, Marcio Lacerda; Deputado Federal Carlos Melles, Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas; Vereador Gilson Reis, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Paulo Piau, Prefeito Municipal de Uberaba; Wadson Ribeiro, representando o Presidente do Comitê Central do PCdoB, Renato Rabelo; Carlin Moura, Prefeito Municipal de Contagem; e Deputado Antônio Carlos Arantes, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Registro de Presença

A locutora - Gostaríamos de registrar a presença do Vereador Wendel Mesquita, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, na pessoa de quem agradecemos a presença dos demais Vereadores; do Sr. Anderson Adauto, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais no biênio 1999-2001; e agradecemos a presença dos Prefeitos e dos Secretários Municipais.

Registramos o recebimento de mensagem do Sr. Renato Rabelo, Presidente do Comitê Central do PCdoB, enviada aos Deputados Dinis Pinheiro e Antônio Carlos Arantes. (- Lê:) "Deputados Dinis Pinheiro e Antônio Carlos Arantes, nesta homenagem que a Casa Legislativa que representa os mineiros concede ao Sr. Aldo Rebelo, Ministro do Esporte do Brasil, desejo parabenizar, em primeiro lugar, todos os Deputados e as Deputadas da Assembleia Legislativa mineira na pessoa do Deputado Dinis Pinheiro, seu Presidente, e do Deputado Antônio Carlos Arantes, proponente desse título de cidadão honorário; e, em segundo lugar, quero dizer que estou certo de que o nosso Ministro Aldo honrará plenamente essa confiança aqui depositada em sua pessoa, na defesa dos interesses de Minas Gerais, do povo mineiro e do Brasil. Renato Rabelo, Presidente do PCdoB."

Queremos registrar o recebimento de mensagem dos Exmos. Srs. Elmiro Nascimento, Secretário de Agricultura de Minas Gerais, e Bilac Pinto, Secretário de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, manifestando também votos de sucesso ao evento e parabenizando a iniciativa.

Execução do Hino Nacional

A locutora - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo saxofonista Sd. Thiago Ramos.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Antônio Carlos Arantes

Gostaria de cumprimentar os Exmos. Srs. Deputado Alencar da Silveira Jr., 3º-Secretário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, representando o Deputado Dinis Pinheiro, nosso Presidente; Deputado Federal Aldo Rebelo, Ministro de Estado do Esporte; Tiago Lacerda, Secretário Extraordinário da Copa do Mundo; Bruno Miranda, Secretário Municipal de Esporte e Lazer; Carlos Melles, Secretário de Transportes e Obras Públicas; Vereador Gílson Reis, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Vereador Wendel, meu amigo; Paulo Piau, Prefeito Municipal de Uberaba, a quem não podemos deixar de agradecer e cumprimentar pelo grande trabalho que também realizou como relator do Código Florestal brasileiro na Câmara Federal; Wadson Ribeiro, representando o Sr. Renato Rabelo, Presidente Nacional do PCdoB; Eugênio, José Eder e Arnaldo, Presidentes de sindicatos rurais no Estado de Minas, que deram grande contribuição para o setor agropecuário e estiveram sempre muito presente ao lado de Aldo Rebelo; Ronaldo Scucato, Presidente da Ocemg, que também está sempre muito presente; e todas as autoridades, as senhoras, os senhores e a imprensa.

Quero falar da satisfação deste momento tão importante para Minas Gerais que é a entrega desse título de cidadão mineiro a este grande homem, Aldo Rebelo, Deputado Federal e Ministro do Esporte.

Antes de ler meu pronunciamento, quero fazer uma revelação, que, aliás, até já fiz em outras oportunidades a algumas pessoas. Sou muito ligado ao setor agropecuário como Deputado e Presidente da Comissão de Política Agropecuária. Promovemos grandes discussões sobre o Código Florestal brasileiro e a legislação ambiental na Assembleia Legislativa, onde pusemos mais de mil pessoas, como, por exemplo, lideranças, Deputados, sindicatos, cooperativas. Na verdade, víamos as dificuldades do avanço da legislação. E aí, na discussão em nível nacional, sai a indicação de Aldo Rebelo para relator do Código Florestal brasileiro.

Confesso que me assustei, pois entre 517 Deputados, ter agora um Deputado Federal do PCdoB para relatar o Código Florestal Brasileiro será um desastre para o setor agropecuário. Conversando com o Secretário Melles, meu amigo particular e grande parceiro, desabafei, falando-lhe de minha preocupação, ao que me disse que ficasse tranquilo, pois foi a melhor indicação possível. Falou-me: "O Aldo é sério, honesto e sabe ouvir. E quem sabe ouvir não ficará contra o setor produtivo, contra o meio ambiente e o Brasil".

Sr. Ministro, não imaginava que o Melles estivesse tão certo, graças a Deus. Estamos reunidos aqui, nesta noite, na Casa do povo mineiro, para enaltecer a brasilidade, o patriotismo, as coisas e causas nacionais. É assim que o nosso novo cidadão mineiro: José Aldo Rebelo Figueiredo, ou simplesmente Aldo Rebelo, alagoano de Viçosa, é visto e reconhecido por toda a sua coragem e bravura

na defesa das nossas cores nacionais. Este jornalista e político paulista representa o alto nível de prática republicana. É referência quando o assunto é ética, moral e defesa dos símbolos nacionais. Político pautado pela retidão, foi Vereador e Deputado Federal pelo Estado de São Paulo, Presidente da Câmara dos Deputados e Ministro da Secretaria de Coordenação Política e Relações Institucionais e agora Ministro do Esporte, cargos que sempre exerceu e exerce com dignidade e maestria.

Aldo não se acovarda em entrar em polêmicas, desde que sejam a favor do Brasil e da brasilidade. Sempre enfrentou e enfrenta os setores conservadores que impedem o progresso e crescimento do Brasil. Sua postura nacional, a busca da redução do estrangeirismo na língua portuguesa e a defesa do setor produtivo renderam-lhe notoriedade, reconhecimento e gratidão.

O nosso homenageado da noite teve a sensibilidade de encontrar o equilíbrio no Congresso Nacional, quando relatou o projeto que tratou do novo texto do Código Florestal Brasileiro, que estava defasado e desatualizado com quase 50 anos de vigência. Naquele momento, os produtores rurais e todos que dependem do setor agropecuário precisavam de uma revisão das normas legais, de forma a permitir a produção sustentável, preservando o meio ambiente, e o Ministro Aldo Rebelo teve a postura certa de defender, como sempre fez, o Brasil.

Caro mineiro Aldo Rebelo, vou me espelhar nesta sua sabedoria e sensatez para avançar na revisão da nossa legislação mineira, que trata da política florestal e de proteção da biodiversidade no Estado, contida na Lei 14.309, de 2002, que há mais de uma década está em vigor, porém, defasada pelo tempo, agora restou desatualizada com a aprovação do novo Código Florestal Brasileiro.

Gostaria de lembrar que protocolamos nesta Casa um projeto para a nova lei florestal mineira, de minha autoria e dos Deputados Fabiano Tolentino, Romel Anízio e Doutor Viana. O projeto já se encontra em tramitação e nesta semana nos reunimos com o Governador do Estado, solicitando-lhe agilidade no projeto que está nos encaminhando. Nos próximos dias, travaremos grandes discussões, nesta Casa, relativas à legislação mineira. A nossa lei está totalmente desarticulada da lei federal, e os nossos produtores estão sofrendo com o peso de uma norma extremamente restritiva, que está emperrando a nossa produção.

Nesta revisão, cuja proposta já se encontra em tramitação nesta Assembleia Legislativa, posso confiar na sensibilidade do Governador Antonio Anastasia em nos apoiar e sancionar uma nova lei estadual, que fomentará o setor produtivo sem perder o foco da sustentabilidade e da defesa do meio ambiente.

Caro Aldo Rebelo, novo Cidadão Honorário de Minas Gerais, somos gratos a V. Exa. Eu, na qualidade de produtor rural que sou, sei de sua batalha para se chegar à versão final do Código Florestal. Não foi fácil. Foi uma batalha, combatida, muitas vezes, contra ONGs internacionais ou contra o domínio do capital estrangeiro. Mas V. Exa., mais uma vez, venceu. Ou melhor: o Brasil saiu vitorioso dessa batalha travada por V. Exa. e vários companheiros com esse mesmo espírito. E não poderíamos deixar de agradecer-lhe, em nome de todos os mineiros, por sua árdua, mas gloriosa missão.

Gostaria de também cumprimentar o meu querido amigo Prefeito da cidade de Contagem, Carlin Moura, do PCdoB, pessoa que deu grande contribuição à Casa nos seus quatro anos como Deputado. Então, Sr. Ministro, hoje cidadão mineiro, nós, produtores rurais; nós, mineiros; nós, que queremos a preservação da produção e do produtor, desejamos agradecer-lhe. Muito obrigado! Que V. Exa. seja muito feliz.

Entrega de Título

A locutora - Neste instante, o Deputado Alencar da Silveira Jr., representando o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa, fará a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Ministro de Estado do Esporte, Aldo Rebelo, passando-lhe às mãos o diploma. O título a ser entregue contém os seguintes dizeres: "O Governador do Estado de Minas Gerais, nos termos do decreto publicado no dia 28/10/2011 e a requerimento da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, concede ao Sr. José Aldo Rebelo Figueiredo o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados no curso de sua vasta e bem-sucedida carreira política dedicada ao País. Belo Horizonte, 6 de março de 2013".

O Sr. Presidente - Convido o companheiro Antônio Carlos Arantes para também fazer a entrega da nossa homenagem.

- Procede-se à entrega do título.

Palavras do Ministro Aldo Rebelo

Boa noite, senhoras e senhores, Exmo. Deputado Alencar da Silveira Jr., que preside esta reunião; Exmo. Deputado Antônio Carlos Arantes, autor do requerimento que deu origem à concessão da honraria que me enche de alegria e de responsabilidade; Exmos. Deputados e Exma. Deputada Liza Prado, muito obrigado a todos os senhores e a todas as senhoras. Secretário de Estado Tiago Lacerda, representando o Governador Antonio Anastasia; Secretário Bruno Miranda; querido amigo Carlos Melles, Deputado Federal e Secretário de Estado; Vereador Gilson Reis; queridos Prefeitos Paulo Piau e Carlin Moura; querido companheiro Wadson Ribeiro, representando a direção do PcdoB; prezado Cláudio Bosque, Presidente do Conselho Regional de Educação Física; prezado Sérgio Bruno, Presidente do Minas Tênis Clube; querido Reinaldo Lima, jogador da seleção e do Clube Atlético Mineiro, em nome de quem abraço a representação do esporte na noite de hoje; e prezado ex-Secretário Zito Vieira. Antecipo meu agradecimento ao grupo musical Meninas de Sinhá, e agradeço a presença de Prefeitos, Secretários, dirigentes sindicais, atletas e imprensa.

Desejo dizer, Sr. Presidente, que a concessão do título que hoje me alcança na Casa do povo de Minas Gerais, além da honra, é também um motivo de grande responsabilidade. Minas tem grande importância para o imaginário do brasileiro, por sua presença na história, na formação do Brasil, na unidade do nosso território e na criação da nossa identidade. Tem uma importância que um discurso não pode descrever nem traduzir. Minas é mais do que a expressão regional de uma brasilidade própria. Minas é um processo civilizatório dentro da civilização brasileira. Minas não constituiu apenas a sua história como parte da história do Brasil. Minas constituiu a mineiridade como traço da formação social brasileira. O mineiro de Cordisburgo, um dos grandes da literatura de Minas e da Pátria, traduzia mais ou menos assim o que é a mineiridade: O mineiro, segundo João Guimarães Rosa, é aquele que "espia, indaga, protela, ou palia, se sopita, tolera, remancheia, perrengueia, sorri, escapole, se retarda, faz véspera, tempera, cala a boca, matuta, destorce, engambela, pauteia, se prepara. Mas sendo a vez, sendo a hora, Minas entende, atende, toma tento, avança, peleja e faz".

Esse tem sido o traço de Minas: a prudência, quando necessária, a tolerância, a ponderação, a negociação, mas também a decisão de enfrentar e de fazer. E deu, ao longo de sua história e da história do Brasil, o testemunho de que, quando está em jogo a liberdade da Pátria, a liberdade do cidadão, mesmo que o preço seja cobrado em sangue, Minas esteve disposta a pagar para defender a liberdade. Não por acaso, deu ao Brasil o mártir símbolo de sua independência, o alferes Tiradentes, que se constitui na referência maior do sacrifício pela liberdade e que deu à Conjuração Mineira – uso "conjuração" no lugar de "inconfidência" porque "inconfidência" foi o termo para acusar os conjurados de infidelidade – o episódio fundador da luta pela independência e pela emancipação do Brasil.

Minas deu ao Brasil a expressão estética mais permanente e duradoura das nossas artes plásticas, deu ao Brasil o rico barroco mineiro, deu ao Brasil a figura única de Aleijadinho, tido por muitos no mundo como o Michelângelo do barroco. Minas deu ao Brasil e, mais do que ao Brasil, à Europa, a Portugal, à Inglaterra e à França o ouro que permitiu a acumulação que produziu o capitalismo no Velho Mundo. Minas deu ao Brasil estadistas, fundadores da nossa pátria, no Império e na República. Alguns deles, Sr. Presidente, com passagem por esta Casa do Povo e pelo Plenário que leva o nome de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Minas deu ao Brasil a literatura de João Guimarães Rosa, de Cecília Meireles, de Carlos Drummond de Andrade. Minas deu ao Brasil o equilíbrio nos momentos difíceis para assegurar a integridade, a unidade da Pátria.

Às vezes eu me pego pensando: o que Minas teria perdido por ser um Estado insular, o que Minas teria perdido por não ter tido o litoral, o porto cosmopolita? Pode ter perdido em algumas modernidades passageiras, em lazer para seus cidadãos, mas às vezes também é preciso pensar o que Minas ganhou por não ter litoral, o que Minas ganhou por não ter os portos cosmopolitas das outras unidades da Federação.

Talvez o destino tenha reservado a Minas o papel de preservação da sua história, dos seus valores, da sua cultura, da sua culinária, da sua identidade, coisas que muitas vezes a modernidade, sem limite e sem fronteira, destrói e dissolve para sempre. Talvez Minas tenha recebido do destino o papel de ser essa unidade de conservação e preservação de valores tão caros à formação da identidade da nossa pátria e do nosso povo.

Hoje, quando o Brasil se esforça para conhecer um novo ciclo de desenvolvimento, progresso e distribuição de renda, Minas tem um papel fundamental na reflexão sobre as escolhas do País e da política para levar à frente um projeto nacional de desenvolvimento. Minas, que teve um papel decisivo na redemocratização do País com a figura do Presidente Tancredo Neves, tem também um importante papel na definição dos rumos e das escolhas da Pátria para alcançar maior democratização e maior nível de desenvolvimento. Essas escolhas não são fáceis, e a cada debate, a cada encruzilhada, deparamo-nos com as dificuldades inerentes às opções acertadas para os interesses nacionais. Vivemos isso, prezado Deputado Antônio Carlos Arantes, como bem registrou V. Exa. no debate sobre o Código Florestal brasileiro.

Recebo esse título graças à generosidade desta Casa e à iniciativa de V. Exa. Não considero relevante o papel que cumpri; cumpri apenas uma tarefa, um dever. Muito mais do que um dever de Deputado, um dever de cidadão e de brasileiro, que aprendeu ainda na escola primária, quando precisava subir em um birô para enxergar o mapa do Brasil, a conhecer as responsabilidades de brasileiros, ainda que estudantes e crianças, diante da sua pátria, da sua história e do seu povo. Quando assumi o debate sobre o Código Florestal, que há 10 anos permanecia obstruído na Câmara dos Deputados, pensei exatamente, como lhe relatou o Deputado e atual Secretário Carlos Melles, em ouvir os interesses em disputa na questão. Parecia impossível conciliar meio ambiente e produção agrícola, mas não se pode renunciar nem a um nem a outro. A população precisa do meio ambiente e da agricultura, principalmente a população mais pobre, que necessita de alimentação, de oferta acessível e barata de alimento. E onde encontrar esse alimento senão no produtor rural? Portanto, como transformar o produtor em inimigo do País e da natureza?

Isso é incompatível com o interesse do povo e com o interesse nacional. Mas aí vi que, muito além do interesse na defesa legítima e necessária do meio ambiente, também havia interesses comerciais. O ambientalismo não era uma posição neutra e pura. Ao lado do ambientalismo puro, também existia o ambientalismo de mercado, o ambientalismo comercial, o ambientalismo da agricultura protegida e subsidiada dos países ricos, países fortes de agriculturas frágeis contra a agricultura forte de um país frágil, que era o nosso, que não tinha peso diplomático para fazer prevalecer os seus interesses nos fóruns internacionais.

E essas potências agrícolas, para quem via suas organizações não governamentais, com farto financiamento para fazer uma campanha sórdida contra o Brasil, acusando-o dos crimes que elas perpetraram, pois destruíram as suas florestas, a sua vegetação nativa, destruíram tudo aquilo que acusam o Brasil de ter destruído. Nós, que preservamos 70% da área verde do nosso território; nós, que temos o Estado do Amazonas, cuja área é de aproximadamente 1.500.000km2 e 98% de floresta. Apenas 2% do Estado do Amazonas foi aberto para agricultura, pecuária e urbanização; 98% permanece intato. Apenas no Estado do Amazonas temos três territórios da França de floresta.

Tomei como referência um dos grandes países europeus em território para não falar da Alemanha e da Holanda. A Holanda, que patrocina uma dessas organizações não governamentais, uma das mais furiosas, regiamente financiada pelo dinheiro europeu, para acusar o Brasil de não ter uma legislação protetora quando ela sequer existe lá. Na Holanda não há a obrigação de se proteger um centímetro sequer de margem de rio. Há alguns meses estive na Suécia para participar de uma atividade com o Vice-Presidente Michel Temer e quando perguntei à Ministra do Meio Ambiente se poderia me falar da legislação de proteção das florestas e dos rios, ela simplesmente não sabia sequer que essa expressão "reserva legal" existia no dicionário do mundo. Foi preciso recorrer a um assessor, que disse: "Sei que isso existe no Brasil, mas aqui não temos essa legislação". Pelo contrário, o que vi nas ruas de Estocolmo foi muito uso de madeira na construção porque há um incentivo fiscal para o uso da madeira. A construção que utiliza madeira em vez de aço tem uma correção de imposto.

É essa a legislação europeia. Ou seja, criamos no Brasil uma parte importante da burocracia do Estado brasileiro, do Estado "lato sensu" - União, Estados e Municípios -, que hoje está em confronto com o desenvolvimento do País, dos Estados e dos Municípios.

É uma burocracia que reage à ideia de desenvolvimento, que criminaliza a ideia de desenvolvimento. Recentemente vi uma notícia no jornal "O Estado de S. Paulo" em que uma empresa ligada não sei se à área de mineração declarava que poderia abandonar um projeto em Minas porque precisava de 307 ou 308 licenças para levá-lo adiante. Agora, nos episódios de realização das obras

preparatórias para a Copa do Mundo, pelo menos 13 órgãos de controle, todos eles criando todo tipo de dificuldade para a realização de uma obra.

Não vejo na burocracia da França, da Rússia, da China e dos Estados Unidos essa animosidade contra o desenvolvimento. E não se pode dizer que esses países não têm política de defesa do meio ambiente, do patrimônio público e do patrimônio histórico. Contudo, nenhum deles impõe ao Estado. Seria como se, no Brasil, o Estado fosse esquizofrênico. E a esquizofrenia consiste exatamente no seguinte: um lado do Estado trabalha pelo desenvolvimento, e o outro trabalha para impedi-lo. Às vezes chegamos a um jogo de soma zero, em que o esforço para o desenvolvimento é paralisado, imobilizado e neutralizado pelo esforço para não se desenvolver.

Essa situação não foi produzida espontaneamente, por acaso e de forma inocente. Esse aparato, construído no Estado brasileiro, nos Municípios, nos Estados e na União, foi estimulado no auge daquelas políticas do Acordo de Washington e das políticas neoliberais e fiscais para impedir o desenvolvimento, criminalizar o investimento e o gasto público e transformar qualquer tipo de investimento em sinônimo de desperdício e corrupção. Tudo isso foi produzido para que o Estado tivesse o seu papel de construtor e indutor do desenvolvimento reduzido.

Esses órgãos foram plenamente fortalecidos, e os salários destinados a esse setor são os melhores da máquina pública. Um engenheiro, para construir uma estrada, ganha metade do que o engenheiro que fiscaliza essa construção. Essa é a regra. Pude ver isso tudo muito de perto no debate do Código Florestal. Realizamos mais de 200 audiências públicas, algumas em Minas Gerais, em Belo Horizonte e Uberaba. Colhi todos os depoimentos relativos ao que os agricultores eram expostos, como a proibição da prática agrícola milenar do plantio em várzea, que é a margem do rio sujeita a alagamento na época das chuvas. A várzea permitiu a civilização egípcia, tanto que os manuais de história do curso primário do meu tempo rezavam que a civilização egípcia era um presente do Nilo, que oferecia a sua várzea para a agricultura. A civilização chinesa também é produto das várzeas, onde é cultivado o arroz, como no Vietnã e Índia. Aqui a legislação, simplesmente, proibiu o plantio de arroz em várzea, inviabilizando 70% dessa produção no País.

Em Pará de Minas vi agricultores octogenários sendo tratados como criminosos. Homens honrados, de bem, trabalhadores, que criaram filhas, filhos, netos sem nunca terem passado na porta de uma delegacia nem de um Poder Judiciário, foram arrolados como criminosos por Promotores que muitas vezes não sabiam a diferença entre uma vaca e um camelo, entre uma jaqueira e um tomateiro, mas achavam que podiam mobilizar o poder público contra os agricultores.

Queriam proibir a agricultura de várzea na Amazônia. Fui à Amazônia, percorri parte da calha do Rio Purus com aqueles ribeirinhos que plantam há 300 anos. Quando o rio seca eles plantam, quando o rio sobe eles vão para as barrancas de todos aqueles rios, do Juruá, do Purus, do Madeira e do Xingu.

O poder público, o Congresso Nacional não tinha o direito nem de se omitir nem de se silenciar diante dessa situação. Houve um processo inicial de intimidação porque esses grupos de pressão agem assim, não debatem, não discutem, não expõem ideias. Querem vencer pela intimidação. Dizem: "Você é ruralista, você é inimigo do meio ambiente". Eu disse que não, que dessa forma não enfrentaríamos. Não cheguei a esse tempo e a essa idade para ficar com medo de calúnia de quem não tem história nem argumento para debater coisas de interesse do País.

Todo tipo de intimidação foi tentado, intimidação pessoal, contra meu partido. Por que vou atender a esse tipo de intimidação? Demonstrem que produzir alimentos é contrário ao interesse do País e da população, demonstrem que produzir alimento em larga escala contraria os interesses nacionais e os interesses do povo, demonstrem que a atividade agrícola do pequeno, do médio e do grande produtor é contrária ao interesse nacional e ao interesse da população. Se demonstrarem isso, tudo bem, convenço-me, guardo os meus alfarrábios e vou para casa. Se não demonstrarem o que não conseguiram e não conseguirão, trabalharemos para estabelecer esse equilíbrio. O Brasil precisa continuar sendo referência e exemplo na preservação ambiental, mas o Brasil precisa também, para as condições de vida de seu povo, produzir alimento em grande escala e a preço acessível, principalmente para a população mais pobre.

Uma parte da classe média não sabe direito o preço da comida porque é só uma parte de sua renda que se destina ao pagamento da alimentação. Quem discute o preço da carne, do feijão, do arroz, da farinha, do tomate na mesa de casa é a família do pobre. Ela é que sabe o preço da carne com osso ou sem osso, da carne de boi e de frango. Ainda há na memória do País o tempo em que, Presidente, o pobre só comia galinha quando um dos dois estava doente. No interior de Alagoas havia a "galinha de resguardo". A família criava umas galinhas para a mulher se alimentar durante o resguardo, para amamentar, para se recuperar do parto. Era assim. A proteína do pobre era a carne seca comprada na feira. Havia um peixe na feira de Viçosa que o pessoal chamava de dobradiça porque o caboclo o pegava e o abria para sentir o odor. Conforme o cheiro, comprava ou não. O peixe salgado, o peixe seco, pixirica, manjuba, essa era a proteína do pobre no Brasil. O povo passou a se alimentar melhor.

Nos anos 80, o Exército tinha dificuldade para recrutar conscritos para o serviço militar em razão da estatura média dos meninos brasileiros, que era de 1,64m. Agora, já atingiu 1,74m, ou seja, houve um crescimento de 10cm graças à proteína, à alimentação acessível aos pobres. E isso nós devemos a quem produz no campo brasileiro. As cidades não produzem alimento. Hoje, se um trabalhador paulista - operário, metalúrgico, pedreiro, porteiro de prédio – pode, em dia de domingo, convidar um amigo para tomar uma cervejinha, fazer um churrasquinho na laje, o que era impensável há 20 anos e inimaginável há 30 anos, é porque o Brasil passou a produzir alimentos em maior escala, como a carne de boi e de frango, em virtude do milho e da soja. É isso o que está em jogo no Brasil, que também produz para exportar uma parte e garantir a balança comercial, sustentada pela agroindústria, tendo em vista que a indústria, lamentavelmente, é deficitária na relação importação-exportação. O nosso superávit é baseado num minério ou outro, mas principalmente nos produtos agrícolas. Como o País pode brincar com algo assim?

É preciso muita responsabilidade. Não se pode abdicar do meio ambiente, da legislação. Aliás, o Congresso aprovou uma legislação que é a mais rigorosa do mundo. Perguntei a um agricultor português, dirigente da associação dos agricultores, se ele planta na beira do rio. Eu tenho testemunha dessa conversa, que é inusitada. Ele me olhou e disse: "O senhor já tem semente que pode ser plantada dentro do rio?". Ele achava muito natural plantar na beira do rio e pensava que o Brasil já havia descoberto alguma semente que pudesse ser plantada dentro do rio. Nós mantivemos a legislação rigorosa, inovamos na proteção de áreas que ainda não estavam

protegidas, mas apenas a agricultura revela parte do dilema que enfrentamos. Na mineração também enfrentamos esse mesmo desafio. Hoje, toda mineração está praticamente embaixo de terras indígenas, parques, áreas de preservação de difícil acesso.

Agora vivemos o desafio de ampliar o fornecimento de energia e temos três hidrelétricas submetidas ao cerco de ONGs e do Ministério Público. Uma delas é Belo Monte. A Advocacia-Geral da União teve de falar mais grosso e ameaçar um Procurador porque a hidrelétrica está sendo construída em Belém, e eles entram com ação no interior do Rio Grande do Sul. Ou seja: há multiplicidade de ações. Agora mesmo entraram com três ações diretas de inconstitucionalidade contra o Código Florestal no STF. A energia mais barata e ecológica que temos é a hidrelétrica. Ou concebemos que podemos viver sem energia ou buscamos aquela que for mais barata e ambientalmente mais saudável, através das hidrelétricas. As outras alternativas são: diesel, carvão, energia nuclear. Temos a possibilidade de obter essa energia hidrelétrica, e somos submetidos a esse cerco.

Portanto, o Brasil precisa travar essa batalha. Não há democracia possível, duradoura e digna do nome, sem desenvolvimento, ou melhor, o desenvolvimento necessário para elevar o padrão de vida material e espiritual do povo. É preciso consolidar e aprofundar a democracia, melhorar a educação, a qualidade de vida, o salário, a renda, a moradia, o lazer, o esporte e a saúde do brasileiro. Qual é a perspectiva de uma sociedade sem desenvolvimento? Não apenas de uma sociedade nacional, mas de um simples Município, dos nossos milhares de Municípios? Por que a nossa juventude muitas vezes abandona as nossas cidades? Porque não tem o chamado meio de vida, conforme dizemos no Nordeste, o emprego. Nem, às vezes, um dia de serviço, mesmo na enxada, enfim, não tem nada para fazer. Logo vai atrás de uma oportunidade, que, aliás, só pode ser trazida pelo desenvolvimento. Podemos discutir e qualificar o desenvolvimento, a municipalização, a regionalização e a distribuição dessas oportunidades regionalmente. Na verdade, o desenvolvimento é um fator absoluto e essencial. Precisamos que o Estado brasileiro e a sua burocracia tenham compromisso com esse objetivo, como tem a burocracia americana, francesa, russa, chinesa e assim por diante. Esse é um debate importante na vida nacional.

Sr. Presidente, no Congresso, na política e aqui onde estamos, na Assembleia Legislativa, é preciso também destacar que essas corporações - algumas públicas e outras privadas - se julgam melhores que a política. Pensam que o destino e as decisões devem estar nas mãos delas e não reconhecem a legitimidade do voto dos escolhidos pelo povo. Isso também é inaceitável. A democracia – aliás, pode se encontrar outra forma, mas até hoje não foi inventada – é aquela que carece da legitimidade do povo, do cidadão, do Vereador, do Prefeito, do Deputado, do Senador, do Governador, do Presidente da República. No entanto, as corporações pensam que podem substituí-la pela decisão daquilo que julgam ser mais legítimo. Isso também precisa ser debatido.

Portanto, Sr. Presidente, mais uma vez, encerro agradecendo a generosidade de Minas, ou seja, do povo de Minas, representado na sua Assembleia Legislativa. Além disso, reafirmo que procurarei ser digno dessa distinção e honraria. Hoje ocupo essa função no Ministro do Esporte, quando nos avizinhamos de dois grandes acontecimentos: a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Exerço essa função com muita satisfação, porque não sou desportista, mas admirador e apaixonado pelo futebol e o acompanho há muito tempo. Em Minas, poucos vi jogar, mas reverencio muitos. Como o futebol é uma religião politeísta, são muitos os deuses dos estádios. Aqui temos um deles. Aliás, Reinaldo, nesta semana, recebi um grande elogio do Zico.

Sei que Reinaldo representa o que melhor Minas produziu de arte e de talento. Mas Reinaldo jogou no Atlético e, para unir Minas, precisamos falar também do Cruzeiro, do Tostão, do Piazza, do Natal, do Lopes, do Zé Carlos, do Procópio, do Perfumo. Lembro-me dos nomes, pois menino decora tudo. Lembro-me, quase de cor, do nome dos jogadores do Atlético, campeão de 1971: Renato, Humberto, Grapete, Vantuir, Oldair, Dadá Maravilha, Romeu, Nelinho, Eder... O Euler está aí? Ele me deu muitas alegrias no Palmeiras, particularmente no jogo contra o Flamengo, quando perdíamos de 3 até os 40 minutos do segundo tempo, e ele inventou de fazer 2 ou 3 gols em 3 minutos. Lembro-me do América também. Estou sabendo que o Presidente desta Casa é americano. Muito bem, Presidente. Hoje, no Ministério do Esporte, enfrento esses desafios, e os cumpro com alegria, porque sou apaixonado pelo futebol e pelo meu clube, que não vive uma situação muito boa, na segunda divisão, o Palmeiras. Mas vou vivendo da alegria dos amigos, o que é uma coisa boa, pois, depois de certa idade, aprendemos a ser mais tolerantes.

Muito obrigado aos senhores, e que Minas continue cumprindo o seu destino de grandeza, de fator de equilíbrio da nossa pátria, de descortinar horizontes nos momentos de dificuldades, de gerar esperança nos momentos em que dela precisamos. Muito obrigado, Deputado Antônio Carlos Arantes, obrigado, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, obrigado, Minas Gerais. Boa noite.

O Sr. Presidente - Recebi um telefonema do Presidente Dinis Pinheiro dizendo-me que não conseguiu sair, devido à chuva, e solicitando-me que presidisse a reunião de hoje. O Presidente pediu-me que não inventasse muita moda nem quebrasse o protocolo, ao que assenti.

Sou admirador do Ministro e creio que temos alguma coisa em comum: nós torcemos para times cuja cor predominante é o verde. Tivemos vários jogadores que saíram do América. Como americano e como um dos Presidentes do América, cedemos ao seu time. Ele fala hoje: sou torcedor de um time. Então, está naquela situação. Falava: Presidente, não tem problema. Vou presidir, não vou inventar muita moda, sou admirador do Ministro e temos muita coisa em comum. Estamos na Série B, vamos subir no ano que vem. Ele é torcedor do Palmeiras, eu sou torcedor do América, e podem ter a certeza de que vou receber bem no nosso estádio, o Independência. Então, esteja em casa, Presidente, e pode contar: este ano, vamos subir, com certeza. O América caiu, mas sempre voltou. Passarei a palavra à locutora, pois há mais quatro pronunciamentos para serem feitos hoje.

Apresentação Musical

A locutora - Inspiradas em cantigas de roda e canções populares, essas mulheres são o retrato de que a terceira idade ainda tem muito a oferecer. Elas já gravaram CDs e realizam “shows”, palestras e oficinas para públicos de qualquer idade. Mas o que mais nos encanta é a beleza de suas vozes e o exemplo de luta comunitária, há mais de 16 anos. Com suas saias rodadas e flores nos cabelos, as Meninas de Sinhá, sob a coordenação de Valdete Cordeiro, interpretarão as músicas “No caminho da roça”, “Penerei fubá”, “Cacau”, “Iaiá vou ver” e “Tá caindo fulô”, todas de domínio público.

- Procede-se à apresentação musical.

A locutora - Gostaria de agradecer às "Meninas de Sinhá", obrigada pela interpretação. Com a palavra, para seu pronunciamento, o Deputado Alencar da Silveira Jr., representando o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa.

O Sr. Presidente - Iremos quebrar o protocolo, apesar de o Deputado Dinis ter ligado e ter dito que eu "maneirasse". Não poderia deixar de passar a palavra ao Secretário, Deputado Federal Carlos Melles, que também deseja se pronunciar.

Palavras do Secretário Carlos Melles

Exmos. Srs. Deputado Alencar da Silveira Jr., Presidente; Deputado Antônio Carlos Arantes, autor da proposição para que fosse concedido o título de cidadão mineiro ao Ministro e Deputado Aldo Rebelo; componentes da Mesa; senhoras e senhores, boa noite.

Ministro Aldo, em nome dos seus colegas da Câmara Federal e na presença do Prefeito e fraterno amigo Paulo Piau, também Deputado Federal, quero fazer uma breve manifestação para as pessoas que aqui estão sobre esse caminho de quase 20 anos com V. Exa. na Câmara dos Deputados. Particularmente, teria bons motivos para falar e inúmeros exemplos a dar desse grande homem público Aldo Rebelo. Já no início da minha vida pública, por volta de 1965, 1966, já via homens começando a despontar na política estudantil, como o próprio Aldo, em Piracicaba, e o José Serra, homens que marcaram época. Desde então já tinham uma visão de país, um desejo de contribuir com o nosso Brasil.

Para que os mineiros conheçam melhor esse cidadão agora mineiro, acho que vale a pena relatar três breves episódios ocorridos desde que começamos a trabalhar juntos. O primeiro, em 2000, quando o hoje colega Ministro Aldo presidia uma CPI da CBF e da Nike, que tinha o Sílvio Torres como relator. Foi nessa ocasião que começaram as mudanças estruturais do futebol brasileiro, e eu aproveitei muito daquele trabalho profundo e sério para realizar as transformações que, como Ministro, ele continua fazendo.

Outro episódio, Aldo, que vale a pena levar ao conhecimento dos mineiros é que em 2003, 2004 e 2005 nossa Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa trabalhou muito em uma lei geral que transformou o Brasil. Talvez também sob o seu ponto de vista, de acordo com o que você já expressou, um dos maiores trabalhos da Câmara dos Deputados tenha sido a aprovação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, o que aconteceu sob a sua batuta na Presidência da Câmara.

Ao falar de esportes, destaco que contamos com a presença do Cláudio Bosque, com os profissionais da educação física; o Reinaldo; o Piazza; o Sérgio Bruno, que foi Secretário de Esportes de Minas Gerais e que me ajudou a ser um melhor Ministro de Esportes; toda a nossa equipe ligada à área esportiva; os pequenos e os microempresários, que hoje se beneficiam dessa lei e hoje são a grande transformação do Brasil; de Prefeitos; Presidentes de sindicatos; Paulo Romano, Secretário àquela época, Vice-Ministro de Alysson Paulinelli e hoje pela segunda vez Secretário Adjunto da Agricultura; Ronaldo Scucato, da organização das cooperativas; enfim, nossa sociedade como um todo está aqui reunida para lhe prestar esta homenagem.

Por fim, quero relatar ainda a última das grandes realizações do Ministro Aldo Rebelo: o Código Florestal, sobre o qual ele tão bem explanou aqui.

Ao encerrar, quero dizer aos conterrâneos mineiros – já que agora temos o Ministro Aldo Rebelo como um conterrâneo – que ele é um intelectual, um nacionalista, um historiador. Ele não é fácil nem difícil: é justo. Não é leve nem pesado: é equilibrado. Curiosamente, de Viçosa, do Alagoas, agora ele pode dizer que nasceu na Viçosa das Minas Gerais. É um mineiro em seu comportamento equilibrado, em seu comportamento de valores.

Essa descrição que fala da mineiridade, dos valores de Minas, da centralidade de Minas, dessa Minas ensimesmada, diria que o Ministro Aldo Rebelo, esse nosso novo cidadão, se caracteriza muito dessa forma. Por isso, na pessoa de seus colegas Deputados Federais cumprimento mais uma vez o Deputado Antônio Carlos Arantes, o Presidente Antônio Carlos Arantes e todos os colegas da Assembleia de Minas. Seja muito bem-vindo, reconhecido agora cidadão mineiro. Em nome do Governador Anastasia – o Tiago o representa aqui hoje -, em nome das nossas Minas Gerais, o acolhemos com o coração aberto. Muito obrigado. Parabéns.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Wadson Ribeiro, representando o Presidente do Comitê Central do PCdoB.

Palavras do Sr. Wadson Ribeiro

Boa noite a todas e a todos. Cumprimento o nosso querido Deputado Alencar da Silveira Jr., que preside esta sessão, e nosso Ministro Aldo Rebelo. Minas Gerais está lutando tanto para aumentar o seu espaço no governo federal, e hoje ganhamos aqui mais um Ministro. Nas pessoas do Deputado Alencar da Silveira Jr. e do Ministro Aldo Rebelo, cumprimento as demais autoridades e pessoas que compõem a Mesa. Em nome de todos os gestores municipais de esporte, faço uma saudação ao Paulo Prado, Secretário Municipal de Esporte de Contagem; aos dirigentes esportivos e de clube, como o Sérgio e o Bruno, atletas, ex-atletas, federações; e ao nosso querido Presidente do Conselho Regional de Educação Física.

De forma muito feliz e justa o Deputado Antônio Carlos Arantes presta esta homenagem ao nosso querido Aldo Rebelo, que, além de cidadão brasileiro, a partir de hoje se torna também um cidadão mineiro. Quero falar da vida do Aldo, que é motivo de muito orgulho para toda uma geração de brasileiros. Desde muito cedo, em Alagoas, no Nordeste brasileiro, que, como muitos Estados do nosso País, vive as suas dificuldades, o Aldo viveu dificuldades ainda maiores. Após os seus estudos iniciais, no final dos anos 70, o Aldo chega em São Paulo e tem papel muito importante na reorganização da União Nacional dos Estudantes – UNE -, entidade muito importante para a história da democracia brasileira, da defesa nacional, da defesa do nosso desenvolvimento, que já passa dos seus 70 anos. No final dos anos 70, juntamente com vários estudantes e universidades do Brasil, o Aldo teve papel muito importante na reorganização da UNE. No final da ditadura militar, em 1984, é construída uma organização política de juventude, que também muito orgulha os brasileiros. Dela saíram grandes figuras que hoje atuam no cenário político nacional. A primeira figura é o próprio Aldo, que foi Presidente e fundador da União da Juventude Socialista – UJS.

A UJS, como é conhecida, foi fundada em 1984. Por ela passaram inúmeros quadros que hoje são importantes lideranças na área empresarial, no parlamento, nos movimentos sociais, enfim, em vários segmentos da vida pública.

O Aldo se tornou Vereador em São Paulo; depois, Deputado Federal. Algumas marcas ditas aqui foram importantes e traçam o perfil do Ministro Aldo, que muito orgulha o Partido Comunista do Brasil, tendo-o em suas fileiras e como dirigente.

O Aldo tem essa figura muito ligada à defesa da Nação. Talvez isso seja algo trazido na genética, ou desde os tempos do movimento estudantil, que nos ensinou a não acreditar nas coisas, mas nas grandes causas. A atuação do Aldo é marcada pela crença nas grandes causas nacionais. Talvez por ter essa clareza, tenha se destacado em grandes temas que movimentam a mente, o coração e a atenção dos brasileiros, como a discussão em torno do futebol, que resultou na Comissão Parlamentar de Inquérito que procurou enfrentar os problemas do futebol brasileiro. E ainda a discussão de temas como o da reforma do Código Florestal, que foi aqui muito bem explanada e que tem a ver com o desenvolvimento nacional, com a posição do Brasil diante das outras nações do mundo e com a nossa soberania e as questões mais fundamentais e elementares do desenvolvimento da Nação. O Aldo se notabiliza no Congresso Nacional por defender bandeiras não pontuais, mas que dizem respeito a grandes causas da sociedade brasileira.

Hoje, muito orgulha o nosso partido ter o Ministro Aldo à frente do Ministério do Esporte, contribuindo para o governo da Presidente Dilma, diante desses dois grandes eventos que o Brasil está prestes a realizar, com muito êxito e sucesso, que são exatamente a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016. Esses eventos dão ao Brasil a oportunidade de construção de uma verdadeira geração de jovens criados com os valores positivos do esporte, que são a solidariedade, o respeito e a convivência em uma sociedade, que precisa ser mais harmônica. Todos esses valores positivos que o esporte traz em si não se resumirão obviamente na realização desses dois grandes eventos, que deixarão um legado sadio para uma sociedade que quer ser diferente e que se constrói diferente a partir dos valores do esporte.

Presidente, parabenizo a Assembleia Legislativa, V. Exa., por presidir essa reunião, e o Deputado Antônio Carlos Arantes, que é o proponente desta homenagem. Deixo um abraço do nosso Presidente Nacional, Renato Rabelo, que não pôde comparecer, mas pediu que transmitíssemos ao Presidente, Dinis Pinheiro, e a V. Exa. a sua homenagem. A nossa Deputada Federal Jô Moraes pediu que representássemos o PCdoB, pois está em Brasília, com uma agenda intensa no Congresso Nacional.

Dessa maneira, encerro as minhas palavras, parabenizando esse mais novo cidadão mineiro, que tem diante de si grandes desafios nacionais e que, com sua habilidade e competência, tem tão bem conduzido o Brasil, de forma exitosa, rumo à Copa do Mundo e às Olimpíadas. Um grande abraço. Parabéns, Ministro Aldo Rebelo.

O Sr. Presidente - Dizia que tínhamos algo em comum. Tínhamos também alguns amigos em comum, como o companheiro e amigo, ex-Vereador, Deputado Federal e sempre um vermelhão, ligado ao Aldo, que é o companheiro Sérgio Miranda, que já não está entre nós.

Farei um apelo ao Ministro: nós, que temos clubes formadores, temos de fazer uma mudança nas leis existentes. Se não fizermos, acabaremos com os clubes e ficarão só os empresários. Nós, que temos clubes formadores em todo o Brasil, não aguentamos mais. O Ministro me dizia: "Vamos virar uma África, se continuar desse jeito; vamos mexer". Lá existem jogadores, mas não existe clube de futebol. Hoje os jovens são formados, jogam bola na África, são pinçados por empresários e levados para a Europa. Se o Brasil continuar do jeito que está, perderemos os clubes formadores.

Todos viram que ele ficou meio mal-humorado agora, porque temos uma coisa em comum: eu torço pelo América e ele pelo Palmeiras. E o Palmeiras acaba de perder o jogo também.

Passo a palavra agora ao Deputado Mário Henrique Caixa, também do partido do Ministro e torcedor atleticano. O pessoal me perguntava se só um americano falaria. Não, daremos uma chance de falar a um atleticano, que é também um Deputado desportista que está na Casa hoje.

Palavras do Deputado Mário Henrique Caixa

Boa noite, senhoras e senhores; boa noite, Deputado Alencar da Silveira Jr., Presidente; boa noite, Aldo Rebelo, Ministro do Esporte. Não poderia, Ministro, deixar de falar com V. Exa. Sou nesta Casa representante do PCdoB, nosso partido, e, como V. Exa., também sou jornalista. Na Rádio Itatiaia narro jogos do Atlético; por isso, nosso querido Deputado Alencarzinho fez essa citação.

Quero dizer também a V. Exa. que hoje assumi na Casa a Vice-Presidência da Comissão Extraordinária da Copa do Mundo. Gostaria que V. Exa. contasse conosco, com essa Comissão, para realizarmos uma Copa do Mundo que fique na história do futebol mundial. Muito obrigado e boa noite.

O Sr. Presidente - Encerrando agora, passaremos a palavra ao Deputado Lafayette de Andrada, representando o Deputado Dinis Pinheiro, que é atleticano. Como gosto muito do Deputado Dinis Pinheiro, tenho que colocar um cruzeirense. O Deputado Lafayette de Andrada fará a saudação da Casa.

Palavras do Deputado Lafayette de Andrada

Exmos. Srs. Deputado Alencar da Silveira Jr., Presidente; Aldo Rebelo, Ministro do Esporte; Deputado Antônio Carlos Arantes, autor do requerimento que deu origem à concessão do título; Tiago Lacerda, Secretário Extraordinário da Copa do Mundo, que nesta solenidade representa Antonio Anastasia, Governador do Estado de Minas Gerais; Bruno Miranda, Secretário Municipal de Esporte e Lazer, que representa hoje Marcio Lacerda, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; Deputado Federal Carlos Melles, Secretário de Transportes e Obras Públicas; Vereador Gílson Reis, que representa a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Carlin Moura, Prefeito Municipal de Contagem, nosso colega e ex-Deputado, também do PCdoB; Paulo Piau, Prefeito Municipal de Uberaba, ex-Deputado Estadual e Federal; Wadson Ribeiro, representando aqui o Renato Rabelo, Presidente Nacional do PCdoB; Sras. Deputadas; Srs. Deputados; senhoras e senhores, boa noite.

Sr. Ministro Aldo Rebelo, coube a mim a honrosa missão de, em nome do Presidente da Assembleia Legislativa, fazer a saudação final a V. Exa. neste momento histórico em que o povo de Minas, por meio de seus representantes, concedeu-lhe o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais por iniciativa do Deputado Antônio Carlos Arantes.

Sinal de apreço, respeito e determinação, o Título de Cidadão Honorário de Minas Gerais é concedido àqueles que, por suas ações e ideais, têm lutado pela integração, pelo desenvolvimento da Nação, pelo aperfeiçoamento da democracia e pela consecução dos direitos e garantias sociais. É, portanto, com enorme satisfação, que participo desta cerimônia de entrega desse título ao ilustre Ministro de Estado, Deputado Federal Aldo Rebelo. A credibilidade, a serenidade, a discrição, o espírito cívico, a capacidade de

articulação desse hábil homem público já seriam motivos suficientes para que o povo de Minas lhe prestasse essa homenagem, oferecendo-lhe um lugar especial na comunidade mineira; todavia, o Ministro Aldo Rebelo, além dessas inegáveis qualidades, tem primado, desde a mais tenra juventude, por uma atuação notável, norteada sempre pelo respeito ao pluralismo, ao amor ao debate, à busca da igualdade social, do equilíbrio das forças democráticas, tornando-se um dos políticos mais conceituados do País. Natural de Viçosa, Estado de Alagoas, o Ministro Aldo Rebelo interessou-se por política muito cedo, ainda no colégio, ingressando no PCdoB na década de 70. Teve intensa participação no movimento estudantil, chegando a ocupar os cargos de Secretário-Geral e Presidente da União Nacional dos Estudantes. Foi Vereador na maior cidade do País, São Paulo.

Durante seus cinco mandatos como Deputado Federal, Aldo Rebelo obteve suas maiores realizações. Avesso a badalações e discursos, conquistou, com sua discrição e sua postura respeitosa, notável influência entre seus pares, colocando sempre em primeiro lugar, os interesses do parlamento e do povo brasileiro. Presidiu a Câmara dos Deputados entre 2005 e 2007, demonstrando sempre sensatez, tranquilidade e pulso firme em momento difícil que a Casa atravessava, contribuindo assim para a superação daquele momento. Sua atuação como Líder do PCdoB e Líder do Governo na Câmara motivaram sua indicação para a Pasta de Ministro-Chefe da Secretaria de Coordenação Política e Relações Institucionais. Ocupa hoje o posto de Ministro do Esporte, justamente quando a Pasta ganha maior peso, com a aproximação da Copa das Confederações de 2013, da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, enfrentando com responsabilidade os sucessivos desafios associados a esses eventos.

Dotado de invejável cultura, é jornalista e escritor. Sua grande erudição e seu profundo conhecimento das matérias que lhe são caras transparecem em seus pronunciamentos e manifestações públicas, caracterizados pela rara combinação de clareza e densidade. Seu nacionalismo e seu engajamento com questões sociais o levaram a defender, com persistência, as proposições e as políticas em que acredita, a despeito da polêmica que possam suscitar. Foi assim durante seu trabalho como relator da Comissão Especial do Código Florestal Brasileiro e da Lei de Biossegurança.

O Ministro Aldo Rebelo é sobretudo um homem que ama o Brasil e que sabe colocar os interesses da Pátria em primeiro lugar, honrando assim o seu mandato parlamentar e o povo que o concedeu. Esse amor pela Pátria faz com que defenda com o mesmo zelo os interesses do povo de São Paulo, que representa na Câmara dos Deputados, e dos seus conterrâneos de Alagoas, seu Estado natal, e de todos os brasileiros. Esse mesmo amor também faz com que transite com desenvoltura pelo campo, por sua valorização e luta com valentia, e pela cidade, recebendo de volta o carinho e a consideração que dispensa a todos os Estados e regiões do Brasil.

V. Exa., Ministro Aldo, citou em suas palavras algumas características da mineiridade e do povo mineiro: a tranquilidade, a sensatez, o equilíbrio, o espírito conciliador, mas a coragem dos que, quando é preciso, fazem. Aldo Rebelo já é, na essência, um cidadão mineiro, um defensor desses valores muito caros ao nosso Estado e à nossa gente, que, de modo único, sintetiza a conciliação entre progresso e tradição, entre ruralidade e cosmopolitismo.

Assim, a cidadania honorária ora concedida é antes apenas a formalização desse desejo dos mineiros em ofertar-lhe nosso convívio e nossa hospitalidade. "A sã política é filha da moral e da razão", dizia o Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva. Essa tem sido a sua conduta ao longo da sua vida pública. Por isso, Ministro Aldo, os brasileiros de Minas Gerais se sentem orgulhosos em tê-lo como mais um mineiro, um cidadão de Minas Gerais. Parabéns e muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência gostaria de registrar e agradecer a presença dos Srs. Jarbas Correa, Prefeito de Guaxupé; Marcelo Pereira, Baependi; Francisco Barão, Vereador e Presidente do Sindicato Rural de Baependi; José Arantes, Vereador de Jacuí; De Paula, representando o Sr. Wilson Piazza, Presidente da Agap; Vítor Vieira, Vice-Presidente do PCdoB de Minas Gerais; e Cláudio Bosque, Presidente do Conselho Estadual de Educação Física.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 7, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/3/2013

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro, Hely Tarqüínio, Célio Moreira e Adelmo Carneiro Leão

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - Registro de presença - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Questões de ordem - Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 2º turno, Projeto de Lei nº 2.197/2011; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.520/2012; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.745/2013; discursos dos Deputados André Quintão e Rogério Correia; encerramento da discussão; votação do projeto; aprovação; declarações de voto - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Hely Tarqüínio - Adelmo Carneiro Leão - Neider Moreira - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Mário Henrique Caixa - Marques Abreu - Paulo Guedes -

Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarqüínio) - Às 20h1min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Neider Moreira, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra, com prazer, a presença dos Vereadores de Santa Rita de Caldas: Srs. José Afonso Dias e Kelib Assis de Carvalho. É com prazer que estamos recebendo os senhores. Eles estão nas galerias assistindo aos nossos trabalhos. Estejam à vontade entre nós.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião o Projeto de Resolução nº 3.802/2013, apreciado na ordinária realizada hoje, à tarde.

Questões de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, estou com problemas na minha conta particular de telefone celular e fui até a operadora. Lá foi constatado que havia alguns valores a mais. A partir disso, comecei a fazer um levantamento que apresentarei a esta Casa. O que está acontecendo hoje, na telefonia celular, Sr. Presidente, traz problemas para todos os brasileiros. A Câmara Federal não quis fazer, a pedido não sei de quem, a CPI do telefone celular. Quero lembrar que hoje há no Brasil 256 milhões de celulares. Se as companhias errarem e cobrarem em cada conta R$1,00 a mais, irão faturar mais R$256.000.000,00 por mês. Vejo também um absurdo: no Brasil e em poucos países – nesse estudo será constatado isso -, a classe mais humilde não possui conta e compra créditos, pagando adiantado e mais caro do que aqueles que têm conta e pagam depois de 30 dias. Como podemos aceitar que o telefone pré-pago seja mais caro? Outro levantamento que fiz e vou apresentar a esta Casa é que a quantidade de antenas, quando havia 80 milhões de telefones, é a mesma de hoje, quando há 256 milhões. Está na hora de a Assembleia, o governo federal e todos os Deputados tratarem esse assunto com seriedade. Vou trazer a esta Casa e apresentar na Comissão de Defesa do Consumidor um colega Deputado do Rio Grande do Sul que propôs a criação de uma CPI e, por meio da Unale, está levando a todo o Brasil o que está ocorrendo com a telefonia celular. Só quero lembrar, Deputado Jayro Lessa, que o erro de R$1,00 é o melhor negócio, pois gera R$256.000.000,00. E ninguém aqui nunca pensou que, para utilizar o telefone pré-pago, como fazem a D. Maria e a Ju, que trabalham lá em casa, compra-se à vista um cartão, e as ligações são realizadas posteriormente, e que o Deputado Alencar da Silveira Jr. paga a conta do seu celular depois de 30 dias, podendo até dar o cano, parar de pagar a conta. Pago menos do que a Ju, do que o trabalhador que realmente tem necessidade do serviço. Esta Casa vai ter de começar a pensar nessa questão. Sr. Presidente, outra questão é o projeto das sacolas plásticas. Os supermercados estão vencendo a batalha, e não se consegue trazer ao Plenário esse projeto. Vamos apresentar ao Ministério Público um substitutivo, como o que vai ser feito no ajuste de conduta, e apresentar a este Plenário. Faço um terceiro apelo, Sr. Presidente, ao Deputado André Quintão, que hoje pediu vista do importante projeto do fim das comandas nas boates. Gostaria que esse projeto fosse apreciado pelas comissões com urgência. Para finalizar, Sr. Presidente, está na hora de ser aprovada a minha proposta de emenda à Constituição, por meio da qual vamos poder acabar com o 14º e 15º salários dos integrantes de todos os Poderes. A Assembleia de Minas saiu na frente. Nós acabamos com isso aqui, bem como o fez o governo federal. Vamos apresentar uma proposta de emenda à Constituição acabando com o 14º e 15º salários do Judiciário, do Executivo e dos nossos amigos do Ministério Público. O Deputado Sargento Rodrigues é o relator da matéria. Tenho certeza de que esta Casa vai votar favoravelmente a essa proposição. Nós, do Legislativo, acabamos com os nossos 14º e 15º salários, dando exemplo ao Ministério Público, ao Judiciário e ao Executivo. E vamos alcançar também as autarquias. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Com a palavra, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, gostaria de apresentar uma manifestação de pesar pela morte do grande líder venezuelano, Cel. Hugo Chávez. Ele faleceu hoje aos 58 anos. Foi eleito Presidente da Venezuela muito jovem, em 1998, e deu uma grande lição a todos os políticos da América Latina sobre o protagonismo do povo que ele destacava em suas ações. A Venezuela está de luto. A América Latina está de luto. E nada mais correto do que fazermos esse registro nesta Assembleia Legislativa. Há pouco, falei na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária desta Casa que a postura de Hugo Chaves mudou a geopolítica da América Latina ao ter uma ação independente e firme e ao ter enfrentado o imperialismo norte-americano. Isso é inegável. São valores de um grande líder, de um corajoso político. Deixamos a nossa solidariedade à família, a nossa manifestação de pesar a todo o povo venezuelano. Este é o registro a fazer neste momento.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.197/2011, do Deputado Doutor Wilson Batista, que institui o projeto de prevenção ao câncer Caminhos da Prevenção no âmbito do Programa de Prevenção Primária do Câncer - Prevpri -, da Secretaria de Estado de Saúde. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. As

Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.197/2011 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.520/2012, do Deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta inciso ao art. 6º da Lei nº 11.726, de 30/12/94, que dispõe sobre a política cultural do Estado de Minas Gerais, para incluir os acervos históricos da Polícia Militar no rol de bens culturais objeto de ações prioritárias na proteção do patrimônio cultural mineiro. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Cultura.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.745/2013, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.969, de 26/12/2011, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, telespectadores da TV Assembleia, na manhã desta terça-feira, esse projeto chegou para ser analisado na Comissão de Constituição e Justiça. Quero retratar a nossa posição no âmbito da Comissão levantando alguns pontos na análise dessa matéria que considero importantes.

A Assembleia aprovou várias autorizações de empréstimos para que, neste ano de 2013, o governo estadual pudesse acertar recursos internacionais e também nacionais para investir em programas considerados prioritários. Um destes projetos - que virou lei - autorizou o Poder Executivo a contrair junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - um empréstimo no valor de até R$2.449.000.000,00 a serem aplicados em programas principalmente de infraestrutura, particularmente na infraestrutura rodoviária, que responde a um valor aproximado de R$1.980.000.000,00. Neste ano, o governo encaminhou um novo projeto ampliando a possibilidade de esse valor ser contraído não só junto ao BNDES, mas também junto ao Banco do Brasil, portanto, junto ao governo federal.

Gostaria de destacar - e dizer que é a posição que defendo - que essa ampliação de possibilidade facilitará ao governo do Estado contrair esse empréstimo que será, creio eu, majoritariamente aplicado no Programa Caminhos de Minas. Trata-se de um programa que permite o asfaltamento de trechos entre Municípios que têm um impacto regional importante do ponto de vista principalmente microrregional, com uma consequência econômica fundamental, pois se permite o deslocamento das pessoas com mais conforto. Principalmente na área da saúde, esse deslocamento se dará em condições mais favoráveis.

Portanto, consideramos que, se o programa Caminhos de Minas for efetivado com mais agilidade, ele será viável. Em governo anterior, esse programa já foi até denominado “Link Faltante”. Depois virou o programa Caminhos de Minas, mas ainda com pouquíssimos trechos conclusos. Agora, vem esse auxílio do governo federal através do BNDES - ou parece que a fonte será o Banco do Brasil -, que permitirá tirar o Caminho de Minas do papel e transformá-lo em realidade.

É bom que se diga isso aqui porque em vários momentos o governo federal está sendo criticado pelas suas intervenções em Minas Gerais. Então, é importante que o povo de Minas Gerais saiba que muitas das intervenções do governo do Estado em Minas estão dependendo ou estão sendo realizadas em parceria com o governo federal. Sabemos que é empréstimo, que não é feito a fundo perdido. Trata-se de um dinheiro que está sendo disponibilizado pelo governo federal. Ora, será que é importante o governo federal disponibilizar esse dinheiro? Sim. Aliás, quando o governo federal disponibiliza esse conjunto de recursos para a infraestrutura rodoviária, ou seja, para a melhoria, ampliação e implantação de novos aeroportos que possam fortalecer a aviação regional, isso está dentro de uma lógica do governo federal de apoiar Estados e Municípios nas obras necessárias de infraestrutura e logística, gerando condições de alavancar o processo de crescimento econômico, gerando emprego e fazendo frente aos reflexos da grave crise econômica internacional que assola a todos, particularmente a Europa.

Então, quero, em primeiro lugar, fazer esse resgate, porque consideramos que essa postura do governo federal, de disponibilizar e induzir o investimento estadual, integra uma política econômica exitosa. Portanto, na própria Comissão de Constituição e Justiça, votamos favoravelmente ao projeto dentro dessa perspectiva: o governo federal disponibiliza linhas de financiamento para Estados e Municípios, e aqui em Minas esse projeto adéqua uma autorização legislativa anterior às possibilidades de se acessar esse recurso no órgão de fomento, que é o Banco do Brasil.

Concedo aparte ao Deputado Lafayette de Andrada.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Deputado André Quintão, não gastarei mais do que 1 minuto do seu tempo. Eu gostaria de fazer um esclarecimento sobre um assunto que V. Exa. já iniciou. Esse empréstimo, na verdade, já foi aprovado pela Assembleia Legislativa no ano passado, depois de exaustivos e profundos debates, aliás, de ordem técnica. A Assembleia já autorizou o empréstimo. Fazendo o resgate feito por V. Exa., esse empréstimo é um recurso que o governo federal está disponibilizando para todos os Estados para minimizar os impactos da crise internacional. Esta é a grande verdade: é o governo federal injetando recursos em todos os Estados - não só em Minas Gerais - para obras pesadas, de infraestrutura, com o objetivo de aquecer a economia, para que o Brasil sofra menos os impactos da crise internacional. Nessa perspectiva, a Assembleia Legislativa autorizou esse empréstimo no final do ano passado. E o governo federal, por razões técnicas que competem a ele, decidiu que o empréstimo, que anteriormente seria feito apenas pelo BNDES, poderia ser feito também pelo Banco do Brasil. É apenas essa cláusula que estamos aqui alterando; é necessário, a legislação determina que assim o seja.

Portanto, o que estamos votando aqui não é um novo empréstimo, não estamos pedindo mais recursos, o governo de Minas não está pedindo dinheiro nem o governo federal está disponibilizando mais recursos. Os recursos são os mesmos que foram disponibilizados o ano passado: mudou apenas o órgão que os estará disponibilizando - antes, somente o BNDES, e agora será também o Banco do Brasil.

Como bem lembrado por V. Exa., os objetivos daquele empréstimo aprovado estão mantidos: são principalmente obras de infraestrutura de calçamento - o Programa Caminhos de Minas -, mas também recursos para segurança pública e outras áreas da

infraestrutura. Ou seja, não se modifica o objeto, não se modificam os valores: apenas se autoriza que o Banco do Brasil também seja um dos órgãos que irá emprestar esse recurso.

Muito obrigado, Deputado André Quintão, pelo aparte para que eu pudesse fazer esse esclarecimento. Conclamamos os pares a que votem favoravelmente.

O Deputado André Quintão* - Agradeço ao Deputado Lafayette de Andrada. Concedo aparte ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado André Quintão. Parabenizo-o pela manifestação de V. Exa. feita hoje, pela manhã, na Comissão de Constituição e Justiça, com a aprovação desse projeto que vem a Plenário. Realmente é importante a manifestação de V. Exa., como também a do Deputado Lafayette de Andrada, dada a necessidade de se fazerem ainda alguns trechos do Caminhos de Minas. V. Exa., pela manhã, na nossa Comissão, citou vários trechos que estão ainda aguardando a liberação, como ocorre também no meu Sul de Minas, onde vários trechos aguardam a formatação e a concretização desse empréstimo, agora de competência do Banco do Brasil, conforme bem assinalou o Deputado Lafayette de Andrada e V. Exa.

De qualquer maneira, estamos vivendo um momento importante para a nossa Assembleia, para o nosso Estado e principalmente para as nossas regiões, que ainda aguardam pavimentação asfáltica, iniciada pelo governo Aécio e agora em andamento no governo Anastasia. Inicialmente eram 224 trechos, e hoje mais de 50% já foram feitos, também com a participação da Assembleia, com empréstimo. Consequentemente, com esse empréstimo proveniente da lei de 2011, podem-se ratificar e apressar obras nos nossos trechos rodoviários. Parabéns a V. Exa. e muito obrigado.

O Deputado André Quintão* - Obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Eu gostaria, ainda neste capítulo específico da destinação do Programa Caminhos de Minas, de dizer que é necessário maior agilidade por parte do governo estadual na execução desse Programa.

Estamos acompanhando as audiências de prestação de contas da Assembleia Legislativa, e, em todas as regiões, há uma grande expectativa por trechos que estão, em tese, incluídos no Programa Caminhos de Minas, mas ainda não saíram do papel. Nas audiências de Barbacena e Juiz de Fora, região Central e Zona da Mata, vários deles foram reivindicados, e, da mesma maneira, no Rio Doce. No Jequitinhonha, há vários trechos há muito sendo aguardados, mas projetos executivos não foram sequer licitados.

Menciono sempre um exemplar, que é o trecho que liga o Distrito de Ijicatu, em José Gonçalves de Minas, ao Município de Virgem da Lapa. Esse trecho conclui uma ligação de Diamantina até Araçuaí, Itaobim, Almenara e, posteriormente, Salto da Divisa e Porto Seguro. É a chamada Rota do Descobrimento, com 39km. Se se acelera, como podemos e devemos, a obra da BR-367, fica concluso o sonho do saudoso ex-Presidente Juscelino Kubitschek, que é o asfaltamento completo da Rota do Descobrimento. Isso tem um peso muito grande. O Deputado Luiz Henrique, hoje, mencionou isto: às vezes, um paciente que poderia sair de uma cidade próxima de Diamantina e receber atendimento lá é obrigado a caminhar o dobro da quilometragem para ser atendido em Teófilo Otôni, porque faltam 39km. Esperávamos que, com a implantação da Usina de Irapé, esse asfaltamento fosse concluído, mas não.

No Mucuri, por exemplo, a ligação de Pavão a Carlos Chagas, que causa um grande impacto na microrregião de Nanuque, é muito importante, assim como a ligação de Novo Cruzeiro a Araçuaí, também muito importante. E ainda poderíamos citar no Norte de Minas inúmeros trechos que podem ser contemplados pelo Caminhos de Minas, como o de Umburatiba, passando pela Vila Gabriel Passos até a cidade de Nanuque.

Enfim, são vários os trechos, e é o governo federal, com essa disponibilização do empréstimo, que poderá facilitar ao Estado tirar o Caminhos de Minas do papel. Nesse aspecto, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, temos de fazer, no mínimo, justiça. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso chamou a Presidenta Dilma de ingrata. Acho que foi um equívoco, talvez um momento de palanque pré-eleitoral, porque o governo federal tem agido com republicanismo quanto ao Estado de Minas Gerais. Aliás, a maior prova disso será dada nesta noite, em que vamos viabilizar um empréstimo junto ao governo federal para um importante projeto - repito -, que é o Programa Caminhos de Minas. Nenhum de nós, Deputado ou Deputada, vai querer inviabilizar ou atrapalhar ações que beneficiem o povo de Minas Gerais.

Concluo, para agilizar esta sessão, dizendo o seguinte: estamos discutindo muito a dívida de Minas. É bom lembrar que ela foi contraída em governos passados, do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. A dívida contraída hoje com o governo federal, o governo Dilma, é a dívida boa, é a dívida para investimento, é a dívida para estrada, é a dívida para saneamento, é a dívida para gerar empregos, é a dívida para estimular o crescimento do País. Temos de fazer essa diferenciação, porque o cidadão pode perguntar: "Uai, o Estado está endividado e ainda se vai firmar mais dívida?". Não, essa é a dívida em condições generosas; é a dívida que o governo federal está ofertando aos Estados para ampliar o crescimento econômico do País. E faço este registro: é empréstimo, não é a fundo perdido - digo isso para não haver nenhum mal-entendido: é com prazo de carência longo e com juros baixíssimos.

Então, votamos na Comissão de Constituição e Justiça e esperamos que com essa atitude da Assembleia o Programa Caminhos de Minas saia do papel. Quando forem lançar pedra inaugural, cortar fita, fazer propaganda, que seja lembrado em nome da justiça que esta Assembleia autorizou empréstimo, que a Presidenta Dilma abriu essa fonte de financiamento. Que os convites cheguem para todos os Deputados e Deputadas. Se o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, Deputado Mosconi, for convidado para falar no palanque, que não chame a Presidenta Dilma de ingrata, porque sabemos que essa é uma ação republicana, de parceria dos governos federal e estadual.

Ia concluir, mas não vou fazê-lo antes de conceder aparte ao Deputado Bonifácio Mourão, Líder do Governo.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Agradeço muito a V. Exa. sua habitual sensibilidade e prática da democracia. Gostaria de lembrar-lhe algo. V. Exa. disse que a dívida do Estado foi contraída no governo do PSDB, especificamente no governo de Fernando Henrique, mas não foi bem isso, Deputado André Quintão. Em 1997, V. Exa. sabe disso, foi elaborada a Lei nº 9.496, exatamente em virtude da dívida que já vinha desde a década de 60. De 1994 a 1997, a dívida de Minas cresceu 124%, época de inflação exagerada. O que aconteceu? Nos tempos de Itamar Franco e de Fernando Henrique Cardoso, quando Ministro da Fazenda, V. Exa. sabe muito bem disso, era necessário conter a inflação com o Plano Real. Para isso, foi necessário elevar os juros para valer. Ao se fazer isso, os Estados que viviam do chamado imposto inflacionário, que aplicavam o seu dinheiro, às vezes atrasavam os seus pagamentos em

virtude dos rendimentos, com a contenção da inflação e a elevação dos juros, passaram a dever um absurdo, e não havia a menor condição de pagar. Essa era a grande verdade. Fernando Henrique veio com a Lei nº 9.496 e deu condições aos Estados de negociarem as suas dívidas naquela época. Mas não foi apenas Minas Gerais quem negociou: quase todos os Estados fizeram isso. Apenas Tocantins e Amapá não tinham dívida com a União naquela época. Os juros praticados eram de 18% ao ano. O contrato realizado com os Estados era com juros entre 6% e 9%. Vale dizer que o governo subsidiou bastante os Estados naquela época. Isso tudo está absolutamente documentado. Temos de discutir essas questões na Comissão da Dívida Pública e nos diversos Estados.

No último final de semana, representando o nosso Presidente Deputado Dinis Pinheiro, testemunhamos todos os Estados presenciarem isso. Então, quando se fala que a dívida veio do PSDB, comete-se uma injustiça. Não é isso. Na época, corrigiu-se essa situação, manteve-se o Plano Real, senão esse Plano também iria naufragar. Então, a meu ver, essa correção é necessária. Não é bem uma herança do PSDB, mas uma herança que vem de 1960, em que o governo do PSDB ajudou muito com as providências tomadas em 1997. A própria Presidenta Dilma Rousseff reconhece isso.

O Deputado André Quintão* - Respeito e agradeço o aparte, Deputado Bonifácio Mourão. Mas, para não alongar muito, Deputado, quero dizer que, entre os Estados que tiveram esse pacote de renegociação, parece que Minas não teve condições tão favoráveis quanto outros Estados. Não sei se o ex-Presidente não gostava do Estado ou do ex-Governador. Posso garantir a V. Exa. que, antes do governo Azeredo, o PT não integrou nenhum governo; portanto, estamos muito à vontade para dizer que essa não foi uma dívida contraída com a caneta de nenhum petista, seja no governo estadual, que a contraiu, seja no governo federal, que concedeu a juros extorsivos.

Não vou polemizar, até porque ouviremos o Deputado Paulo Guedes, que me solicitou um aparte. Depois, concederei aparte ao Deputado Duarte Bechir.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte) - Primeiro, quero parabenizá-lo, Deputado André Quintão, pela clareza do seu depoimento, da sua fala. Quero dizer que, se fôssemos seguir o raciocínio do Mourão, chegaríamos à conclusão de que, naquela época, como ele mesmo declarou, os juros eram mais de 18% ao ano no Brasil, e Fernando Henrique quis fazer uma gracinha ao negociar a dívida de Minas com juros de 9%. Isso nos faz constatar, André Quintão, uma triste realidade: Fernando Henrique Cardoso jamais esperou que, no nosso governo, os juros fossem cair tanto como caíram. Ou seja, ele achou que estava fazendo um favor a Minas Gerais cobrando juros de 7% ou 9%. E com esse presente de grego que ele deu a Minas, ele e o Deputado Eduardo Azeredo acabaram quebrando o Estado. E hoje, para tudo que precisa fazer, o Estado necessita recorrer a novos empréstimos com outras taxas, claro, não essas da época de Fernando Henrique Cardoso, não essas da época em que o Brasil vivia com um pires na mão junto ao FMI. Quero, André, parabenizá-lo, por apresentar tão claramente essa relação republicana que a Presidenta Dilma tem tido com todos os Estados brasileiros, com Minas Gerais. Podemos comemorar.

Eu vou votar especialmente a favor do projeto, porque entendo que essas obras são importantes para Minas Gerais. O programa vai asfaltar estradas importantes. Espero que as estradas do Norte de Minas estejam incluídas nesse pacote. Não espero que o Governador faça como fez na semana passada com o Norte de Minas: pela terceira vez seguida, um montes-clarense, um norte-mineiro, vem em primeiro lugar da lista tríplice, mas o Governador indica o terceiro nome da lista. Com isso, parece que ele não gosta da minha região. Espero que, no Caminhos de Minas, as obras da minha região sejam contempladas, como exemplo, a BR-135, estrada que liga Manga a Miravânia; aquele trecho tão esperado de Porteirinha a Riacho dos Machados, encurtando o caminho para Salinas, que é muito importante; a conclusão de um trecho que o Estado começou mas não terminou, uma obra de Coração de Jesus a Brasília de Minas, e há um trecho de 500m de estrada para o Distrito de Ponte dos Ciganos, que ele possa ser feito também; a conclusão daquela obra já começada de São Romão a São Francisco; e de São Francisco a Januária, fazendo uma estrada margeando o Rio São Francisco, que é muito importante; a conclusão daquele trecho que vai encurtar o caminho da produção para Brasília, que é o trecho entre Pintópolis, Urucuia e de Urucuia a Arinos. Vamos diminuir, André, em 300km a distância até Brasília para escoar a produção do Projeto Jaíba.

Espero que o Governador entenda esse gesto que fazemos aqui hoje de apoio ao projeto. E mais do que isso: entenda que o governo federal tem feito a sua parte, não tem deixado faltar recursos para as obras. Se não fossem essas autorizações do governo federal para que Minas pudesse fazer esses empréstimos através do BNDES e do Banco do Brasil, fomentando essas obras importantes para o Estado, ficaríamos anos e anos sem ver obras aqui, porque literalmente Aécio conseguiu quebrar Minas Gerais. Você colocou a questão de forma muito clara.

É importante que nesse pacote de obras do Caminhos de Minas o Estado assuma algumas obras que o governo federal delega. Por exemplo, relembro aqui que no apagar das luzes de 2002, no final do governo de Fernando Henrique, quando Aécio havia acabado de ser eleito Governador de Minas, eles estadualizaram uma série de rodovias federais. Na época, vieram oitocentos e poucos milhões para o Estado assumir essas rodovias, entre as quais incluía-se a 135, onde não colocaram R$0,01. (Agora, o governo federal está fazendo a rodovia de Manga para Montalvânia.) Entre elas estava a 367, que liga Diamantina a Porto Seguro. Eles também não colocaram R$0,01. Entre elas estava a 479, de Chapada Gaúcha a Januária, que até hoje está lá, com os buracos, sem o investimento de um tostão. Seria importante também que o governo, nesse pacote de obras, contemplasse, por exemplo, a 479, que está delegada ao Estado nesse pacote do Caminhos de Minas, que é uma forma de alavancar os investimentos naquela região do norte do Estado de Minas Gerais.

Então, agradeço o aparte que você me concedeu para deixar bem clara a nossa posição.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Pois bem, Deputado André. Talvez nesse nosso debate esteja faltando um complemento que é uma informação das mais importantes. Não estamos autorizando empréstimo. O empréstimo já foi autorizado em projeto anterior. O que estamos fazendo tão somente nesta Casa, no dia de hoje, é acrescentar a figura do Banco do Brasil como um dos agentes que poderá também, ao lado do BNDES, conceder esse empréstimo a Minas Gerais. O valor não está sendo aumentado. Mas acho que tem de ficar muito claro que o empréstimo só se torna possível a partir de quando o agente vê credibilidade em quem o está tomando. E Minas Gerais está organizada de forma que agências do exterior indicam o Estado de Minas Gerais como um dos Estados - talvez mais do que países - que têm capacidade de investimento com tranquilidade e segurança. Por isso Minas está conseguindo

com seus feitos, com sua administração, chegar ao recurso que está sendo liberado em Brasília. Agora, o Deputado Paulo Guedes nos fala como o Brasil que hoje dá certo foi construído de 2003 para cá. A estabilidade da moeda, a condição de novos empréstimos com juros menores só foi possível porque ainda estamos vivenciando o Plano Real, que não é da atual gestão que governa o Brasil, é da gestão anterior, que, a todo instante tentam esconder e denegrir. Então, o Brasil de hoje que dá certo, o Brasil de hoje que tem caminhado a passos largos, que tem nos causado algumas preocupações, é, sim, fruto do trabalho do Presidente Fernando Henrique Cardoso, assim como do Presidente Itamar Franco. São inegáveis essas participações. E se formos discutir quais partidos apoiaram o Brasil de hoje para que desse certo, talvez o Deputado Paulo Guedes pudesse dizer que realmente o partido do Deputado não ajudou naquelas votações relacionadas à estabilidade da moeda, do Plano Real. Então, não podemos esquecer o passado. O presente é muito importante, mas o passado não pode ser relegado a segundo plano, quando ainda se tenta desconstruir a imagem de um homem da estirpe e da qualidade de Fernando Henrique. O Presidente esteve em Minas Gerais e, realmente, é uma figura respeitada; e nós, nesta Casa, reverenciamos o nome daquele graças ao qual podemos agora colher os empréstimos. Então, agradeço o aparte, só para deixar clara essa parte da história, que não pode ficar obscura.

O Deputado André Quintão* - O tempo se esgotou, Deputado. Vou pedir 30 segundos, até porque fui muito generoso nos apartes.

Presidente, o Deputado Alencar da Silveira Jr. quer fazer um aparte, mas o meu tempo já se esgotou. Entretanto, vou pedir mais 30 segundos até porque fui muito generoso nos apartes, apenas para reiterar que, com a ajuda do governo federal, o Programa Caminhos de Minas poderá ser intensificado, já que isso é importante para Minas Gerais.

A Oposição em Minas é diferente da Oposição que a Presidenta Dilma tem no Congresso Nacional. Quando algo é de interesse do Estado de Minas Gerais, a Oposição não atrapalha, diferentemente da Oposição no Congresso Nacional. Espero que isso seja lembrado quando as inaugurações e realizações se efetivarem e que a Presidenta Dilma não seja novamente chamada de ingrata.

Concluo dizendo que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, como cabo eleitoral, é ótimo para nós, por isso esperamos que ele continue sempre vindo até aqui para atacar a Presidenta Dilma. A presença dele como cabo eleitoral só ajuda o nosso partido em Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia* - Deputado Alencar da Silveira Jr., só se for por apenas 1 minuto, porque realmente tenho muito o que dizer. Pois não, Deputado. V. Exa. tem 1 minuto para fazer o seu aparte.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - O governo de Minas não tinha necessidade de pedir empréstimo. Depois quero que V. Exa. fale sobre isso. Tínhamos resolvido a nossa situação, e o telespectador da TV Assembleia, que eu criei nesta Casa há 17 anos, é testemunha disso. Nós estamos tentando renegociar a dívida. Não tínhamos necessidade nenhuma de pegar empréstimo para cuidar da saúde. O Governador Anastasia não tinha necessidade de pedir dinheiro para fazer asfalto ou para fazer o social para melhorar Minas Gerais. O problema é simples de se resolver. Basta a Presidenta Dilma baixar os juros que pagamos. É simples, mas só o PT não entende isso. É só o PT que não vê que a caneta da Dilma resolve. Minas Gerais ficará sem pegar empréstimo nos próximos 20, 30 anos. Basta devolver o dinheiro que pagamos por mês, Deputado Rogério Correia.

Agradeço o aparte a V. Exa. e gostaria de lhe fazer um apelo como Deputado petista, como Deputado da Dilma e como eleitor da Dilma. Eu também fui eleitor da Dilma. Como partido da base de governo da Presidente Dilma, gostaria que V. Exa. fizesse este apelo: “Dilma, devolve o dinheiro que os meninos de Minas Gerais estão pagando para que o Anastasia não precise pegar esse empréstimo”. O telespectador da TV Assembleia não é bobo e está vendo isso. Estamos numa campanha nacional, que começou em Minas e se espalhou pelo Brasil inteiro. Assinamos o Mais Saúde. Concluindo, com o dinheiro que pagamos de juros não precisamos tomar empréstimo. Obrigado.

O Deputado Rogério Correia* - Obrigado, Deputado Alencar da Silveira Jr. Presidente, Deputados e Deputadas, vou fazer a discussão desse projeto que viabiliza mais um empréstimo para o governo de Minas, mas antes gostaria de dar uma boa notícia aos Deputados e Deputadas e em especial ao povo mineiro. Acabei de confirmar a vinda do eterno Presidente Lula a Minas Gerais, no dia 15 de abril, para receber o Título de Cidadão Honorário, como esta Casa sugeriu ao Governador Anastasia e que ele vai oferecer ao Presidente Lula. Então, o Presidente Lula, nosso eterno Presidente, estará aqui no dia 15 de abril para receber o título de cidadão mineiro, uma honraria que certamente o nosso Presidente merece e virá receber. A vinda do Presidente Lula está confirmada para o dia 15 de abril, às 19 horas, na Assembleia Legislativa. É o mínimo que o povo mineiro pode fazer por esse grande e eterno Presidente que tanto bem fez pelo nosso país.

A década de Lula e Dilma já é conhecida como a década da inclusão social, e isso não é pouca coisa. Então eu agradeço à imensa maioria dos Deputados que aprovaram a concessão do título de Cidadão Honorário, que ocorrerá numa reunião especial desta Casa, convocada para que o Presidente receba essa honraria. Essa é a notícia boa.

O Deputado Durval Ângelo já fez aqui uma homenagem ao Presidente Hugo Chaves, que deixa saudades, pelo seu falecimento. Ele é muito amado pelo povo da Venezuela. Queria também fazer essa homenagem pessoal a esse grande Presidente venezuelano, presidente dos pobres, que fez muito por aquele país e nos deixou hoje.

Sr. Presidente, em relação ao projeto de empréstimo, queria dizer que sei que este projeto que estamos votando hoje não trata de empréstimo novo. Já foi aprovado nesta Casa um empréstimo, neste caso, de pouco mais de R$2.000.000.000,00, e foi feita agora uma solicitação para que, ao invés do recurso vir do BNDES, ele venha do Banco do Brasil. O projeto trata disso. Mas traz à tona, novamente, a discussão sobre empréstimo, e é sobre isso que vou falar.

No governo Anastasia, apenas nesses dois anos, R$9.500.000.000,00 correspondem a pedido de empréstimo. Deputado Adelmo, Minas Gerais passa a ser o segundo Estado mais endividado do Brasil. Não há, portanto, parâmetros para medir o grau de política que tem sido aqui implementada. Chegamos quase a ter R$100.000.000.000,00 em dívida. A Assembleia Legislativa já fez campanha para diminuir os juros da dívida, aqueles juros cobrados por Fernando Henrique e Azeredo, de forma exorbitante, e Azeredo aceitou essa dívida. Até hoje, a Assembleia Legislativa diz que o Estado está endividado, não tem condições de pagar o que deve. O Estado está quebrado, e é preciso diminuir o valor dos juros da dívida. Mas o Estado recorre a mais endividamento. Um Estado quebrado, que não

tem condições de pagar os juros da dívida, pede mais empréstimo, chegando a R$9.500.000.000,00, e vamos chegar a quase R$100.000.000.000,00 de dívida. Minas Gerais vive disso: vive de pedir dinheiro emprestado para o próximo governo pagar. Minas só faz isso ultimamente. Todos os projetos importantes que vêm do governo são para endividamento. Não há planejamento de desenvolvimento real no Estado. As empresas estão saindo de Minas. Vou demonstrar isso. A política é pedir dinheiro emprestado para pagar a partir de 2015. Um Estado que sequer consegue investir 25% em educação. Está investindo menos de 25% na educação, e ainda tem um Tribunal de Contas que passa a mão na cabeça do Governador e diz que não tem problema, aqui em Minas está tudo dominado. Tudo aqui tem por objetivo a campanha do Senador Aécio Neves em 2014, então, tudo pode. Tudo que está aqui está dominado. A imprensa não diz nada. Tudo pode ser feito aqui. Inclusive, pedir empréstimo de forma irresponsável.

Ora, esse discurso farisaico de dizer que se existe recurso do governo federal para Minas é porque Minas pode fazer empréstimo não é verdade. É um discurso para quem quer enganar aqueles que não têm neurônios. Se nosso Estado tem um pacote de investimentos no Brasil, ele foi criado para que haja desenvolvimento em nosso país. Mas isso não significa que, havendo o recurso para investimento, qualquer Estado esteja apto a contrair empréstimo. Por isso, existem as Casas Legislativas estaduais e o governo do Estado para examinar se o empréstimo é ou não viável, se é bom ou não para o Estado. No caso de Minas Gerais, fazer mais dívidas, para não ter capacidade de investimento, não é a melhor política.

Quero trazer aos Deputados alguns dados, que não são meus. Aliás, usarei dados do governo do Estado. Esse dado é importante para os telespectadores da TV Assembleia, que o Deputado Alencar da Silveira Jr. criou e que nos dá a oportunidade de falar ao nosso cidadão e à nossa cidadã mineira. Agora, Deputado Alencar, a TV Assembleia já está em canal aberto para a Região Metropolitana e para o interior do Estado. Esse dado é da Fundação João Pinheiro e do IBGE. Variação real do PIB, produto interno bruto. Esse dado foi publicado na revista "Mercado Comum", então, não é nenhuma revista petista, não é nenhuma revista de esquerda e também não é de nenhum instituto de esquerda ou do PT.

São dados da Fundação João Pinheiro, ligada ao governo do Estado e ao IBGE. Em relação ao Produto Interno Bruto - PIB -, sabem que lugar Minas Gerais ocupa? É o 22º Estado do País. Lembram-se daquela história de que o PIB de Minas cresce mais que o do Brasil? Isso não é verdade, telespectadores, mas fantasia da propaganda da televisão. A Fundação João Pinheiro detectou isso. Minas é o 22º Estado em termos de crescimento, ficando atrás do Brasil. Esses dados são relativos ao PIB de 2003 a 2010. A média anual do Brasil foi de 4,6%; de Minas, 4,3%. O acumulado do Brasil foi de 37,1%; de Minas, 34,7%. Repito: são dados da Fundação João Pinheiro. Alguns Estados estão muito à frente do Brasil, de maneira justificada; outros representam uma tristeza para nós. Tocantins possui média de 8,3%; Rondônia, 7,3%; Acre, 7,1%; Amapá, 6,9%. Alguns Estados do Norte tiveram desenvolvimento acelerado; alguns do Nordeste brasileiro estão à frente, bem como São Paulo e Paraná. Estão atrás apenas Alagoas, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Minas Gerais está em 22º lugar. Aquela "história" contada pelo governo de que o nosso PIB é maior que o do Brasil é desmentida pela Fundação João Pinheiro, do governo do Estado. Imprensa mineira, aí está a verdade. O PIB de Minas é pequeno, não há política de investimento do governo de Minas. É só exportar minério e fazer empréstimo. Aécio faliu Minas. Lembrem-se disso. Adelmo, a única hipótese é fazer mais empréstimo, endividar o Estado, começar a pagar em 2015, e a Assembleia começar a reclamar que Minas está endividada, que não tem dinheiro para pagar e tentar dizer que a culpa é da coitada da Presidente Dilma, que, aliás, tem avançado muito no Brasil.

Antes de entrar em outros dados de Minas Gerais, além dos já apresentados pela Fundação João Pinheiro, quero dar outra boa notícia. O pacote elétrico da Dilma derruba a inflação, apesar do Aécio Neves. Hoje quero dar boas notícias, agora é Rogerinho Paz e Amor. Sr. Presidente, são só boas notícias. (- Lê:) "Pacote elétrico da Dilma derruba inflação. A Presidente Dilma colheu a primeira vitória do seu plano de redução de tarifa de energia. Em fevereiro, contas mais baratas mostraram variação negativa de 5,44% nas cestas de composição do IPC-Fipe na cidade de São Paulo. O fator foi determinante para que o índice de preços subisse 0,2% em um mês, ante um aumento de 1,15% em janeiro passado." Este foi o resultado: diminuição da inflação, com a diminuição da conta de luz. O Aécio Neves foi contra a diminuição da conta, para garantir o lucro dos acionistas, notadamente em Minas Gerais, da Andrade Gutierrez. Mas isso é política de quem pensa no Brasil, no desenvolvimento. Diminui-se a tarifa de energia elétrica das indústrias, e, a partir daí, colocam-se as indústrias em aquecimento, crescimento e desenvolvimento. Isso é melhor que pedir empréstimo ao FMI, como era feito na época do Fernando Henrique Cardoso. Vendiam-se estatais para pagar os juros da dívida, e endividava-se mais junto ao FMI. Era ou não era essa política? Sejamos sinceros ao fazer a crítica. O mesmo está sendo feito agora. Minas Gerais possui um PIB pequeno, como demonstrou a Fundação João Pinheiro, e faz mais empréstimos. Essa tem sido a política do Estado, que é equivocada, para se pagar a partir de 2015, ou seja, no próximo governo. Este governo não a pagará, pois não tem dinheiro sequer para investir 25% na educação. Essa é a realidade econômica de Minas.

Quero citar outros dados econômicos. Fiz questão de não apresentar dados de institutos que pudessem ser questionados, mas do próprio governo.

Recomendo a vocês a leitura do texto da jornalista Aparecida Lira. Ela faz uma reportagem a partir de dados apresentados por um bacharel em Ciências Contábeis, Administração de Empresas e Ciências Econômicas e ex-Presidente do BDMG, Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, na Presidência do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - Ibef.

Ele faz uma análise do que chama de "desmineiração". "A saída de empresas do Estado começou por volta de 1995 e não foi ainda estancada porque não existe um projeto ousado o suficiente para atacar os problemas responsáveis por esse quadro, como a situação precária dos transportes, um modelo de produção energética ultrapassado, quase inexistência de ferrovias e uma política fiscal equivocada.

Minas precisa repensar o seu aparato de desenvolvimento sem copiar modelos antigos que não servem mais". E ele questiona - embora, evidentemente, ninguém seja contra: "Duplicar a 381, pensar em metrô? Precisamos é de rodovias com seis pistas ligando o Estado a São Paulo e Rio de Janeiro, de uma ferrovia moderna unindo Minas aos portos do Espírito Santo e às fronteiras agrícolas de Goiás e Mato Grosso".

O texto é muito interessante. Leva-nos a pensar em ir mais longe. Critica ainda o atual papel da Cemig, que no passado foi fundamental para o desenvolvimento de Minas. "A empresa hoje, ressalta, visa ao lucro, e dois terços dos seus investidores são estrangeiros". Vivo falando isso aqui. Foi errado o que foi feito - novamente entregar a Cemig aos cofres estrangeiros e agora à Andrade Gutierrez. Os dividendos vão para eles.

Deputados e Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, hoje, o jornal "Hoje em Dia" - aliás, parabéns ao jornal, que fugiu da censura da Andréa e do Aécio – publicou algo interessante. Hoje foram entregues aos cofres dos acionistas da Cemig R$1.000.000.000,00 dos dividendos. Por quê? Porque mais de 50% dos dividendos são entregues aos acionistas, que são acionistas privados da Cemig, e não mais para a empresa crescer e desenvolver o Estado. Pessoal, a política de privatização foi errada e continua sendo.

O Governador Itamar Franco - justiça seja feita – não era do meu partido, mas deu bons exemplos. Um deles foi retomar a Cemig e não deixá-la nas mãos dos sócios minoritários. Isso ocorreu por meio do esforço da Assembleia, e a participação do Adelmo foi fundamental, pois presidiu a CPI. Naquela época, Itamar Franco retomou as ações para a Cemig, e o Estado ficou como proprietário da Cemig. A partir dali, ele estabeleceu que, no máximo, 25% dos dividendos iriam para os cofres minoritários. Isso fez com que a Salter e outras empresas saíssem daqui, mas depois a Andrade Gutierrez entrou.

Infelizmente o Governador Aécio Neves estabeleceu na sua política na Cemig que em vez de 25% seriam, no mínimo, 50% para os sócios minoritários da Cemig. Então, hoje os sócios privados têm, no mínimo, 50% dos dividendos. No tempo de Itamar Franco era, no máximo, 25%.

A crítica que fazemos é que a Cemig não cresce, não investe e não desenvolve mais o Estado de Minas Gerais. O que ela faz? Distribui dividendos. Deputado Sargento Rodrigues, a Cemig foi sufocada. Ele desnacionalizou, desestatizou e fez com a Cemig o que Itamar Franco tanto lutou para não fazer. Atualmente a Cemig se encontra nessa situação.

Hoje, ao discutir a questão do aumento da taxa de energia, eu disse ter uma solução para isso: reduzir o ICMS da Cemig. Em vez de propor novamente aumento na conta de energia em Minas, de mais 10%, é necessário pensar grande e reduzir o valor da energia, como fez a Presidenta Dilma. Assim, o número de indústrias crescerá e o sofrimento do nosso povo por pagar mais caro pela energia será reduzido. E como se faz isso? Diminuindo um pouco do ICMS, na mesma proporção que a Dilma diminuiu as taxas federais, e diminuindo o lucro de dividendos dessas empresas acionistas da Cemig. Em vez de R$1.000.000.000,00, reduz-se para a metade, R$500.000.000,00.

Os sócios ganharão ao todo R$3.300.000.000,00 até o final do ano. Coloque R$1.150.000.000,00, Adelmo Carneiro Leão. Já é muito, mas daria para baixar a conta de luz e fazer uma política de desenvolvimento para as indústrias. Mas não. Aumenta-se a taxa de energia elétrica e o custo de Minas Gerais. As empresas irão fugir quando eu mostrar os dados mais para a frente.

Precisei fazer esse parêntese sobre a Cemig porque a situação é grave. É o pensar pequeno. Na verdade, o governo Anastasia está tão despreocupado com essa questão que não está nem aí com a Cemig. Tanto é que ele não quis renovar os contratos de concessão das hidrelétricas. Vai deixar ir a leilão. Ele não está nem aí. Deixe ir para o setor privado. Depois sentiremos falta de uma empresa estatal.

Imaginem se a Petrobras fosse a Petrobrax privatizada. Vejo aqui Aécio Neves falando mal da Petrobras porque ele sonha com a Petrobrax, com a privatização das empresas. Imaginem o Brasil sem a Petrobras. Quanto é que estaria o preço da gasolina e a inflação no Brasil? A Petrobras segurou o preço da inflação, segurou o preço da gasolina na bomba. Os tucanos reclamam, criticam, mas isso foi fundamental para não persistir em um processo inflacionário e para o Brasil crescer e se desenvolver. Imaginem se o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o BNDES tivessem sido privatizados. Como estaríamos fazendo agora? Como é que estaríamos fomentando o desenvolvimento econômico brasileiro sem os bancos? Imaginem essa política neoliberal em curso até hoje.

Em Minas Gerais, ainda vivemos sob os auspícios desse pensamento neoliberal. Esse é o problema. Sendo assim, Minas está atrasada, pois ainda está no pensamento neoliberal da Europa. Aliás, em Portugal, 1.500.000 portugueses foram vistos gritando "Fora FMI". Isso me lembrou o Brasil, Deputado Adelmo Carneiro Leão. Já fui muitas vezes à rua dizer: "Fora já daqui FHC e FMI!". Agora as pessoas estão lá em Portugal gritando: "Fora FMI! Fora "troika", Banco Central, rigidez econômica, desemprego e miséria!". Há 56% de desemprego entre os jovens espanhóis com as medidas neoliberais da "troika", incluindo aí o FMI. Dessa política não temos saudade. Se Aécio tem saudade e quer resgatar o FMI, esse valor ele tem, pois está tendo a coragem de dizer: "Eu quero o Brasil como era. Quero o Brasil de FHC". Aplaudo Aécio por isso. Ele não está fazendo como o Serra, escondendo FHC. Nisso Aécio está sendo corajoso. Ele está colocando FHC ao lado dele e dizendo "Eu quero o Brasil do Fernando Henrique".

No entanto, é nossa obrigação lembrar o que era o Brasil de FHC. Era o Brasil lá de Portugal na rua, xingando a "troika", mandando embora o FMI. Repito: a crise na Espanha mostra que 56% dos jovens estão desempregados, e agora aqui em Minas só se pensa no Projeto Aécio. Aqui, governa-se para isso.

Continuarei a ler o texto nesse pouco tempo que me resta. Diz o texto do Prof. Carlos Alberto Teixeira, que foi Presidente do BDMG: "Os investimentos devem ser feitos em formas alternativas de energia – ele fala da Cemig – para que o Estado volte a ter como no passado energia abundante e barata". Olha aí, Djalma. Pense um pouco. Pense aí, Anastasia. "Isso não existe mais. Temos uma carga tributária altíssima, que, em vez de atrair, desestimula os investimentos." Olha aí, Anastasia. Não dê mais 10% de aumento da energia. Faça como a Dilma: diminua. É um ensinamento importante a ser colocado.

Carlos Alberto cita a perda de relevância em relação ao mercado financeiro e de capitais. Vejam o que ele cita: "Perda de inúmeros bancos, como o Nacional, o Progresso, o Bemge, o Banco Mineiro, a MinasCaixa, o Agrimisa, o Credireal, o Milbanco, o Minas Brasil Seguros. Tantas instituições financeiras foram perdidas durante o processo de privatização. Minas perdeu o comando decisório de várias estatais, como a Telemig, a Açominas e muitos outros". Esse texto é de uma pessoa que foi Presidente do BDMG, não é nenhum petista. Ele está simplesmente colocando a realidade: perda das nossas estatais, perda dos bancos, perda das telecomunicações e da Açominas.

Diz assim o seguinte o Prof. Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, a quem eu parabenizo pela coragem de não ficar repetindo o blá-blá-blá dos "releases" que a Andrea Neves envia para ser publicado nos cadernos de economia da imprensa mineira. Ele faz uma análise e diz o seguinte: "Há algum tempo está em curso um novo processo de desmineiração da economia, tão grave quanto a reprimarização e desindustrialização". Ele se refere à transferência de Minas para outros Estados e até mesmo países, de núcleos decisórios até então aqui existentes de empresas de grande e médio portes. "Isso vem ocorrendo principalmente em decorrência das mudanças de controles acionários por fusões, cisões, incorporações e outras modalidades de investimento ou como de uma mera decisão com o objetivo de se buscar maior competitividade." E citou exemplos: "Belgo-Mineira, Magnesita, Biscoitos Aymoré, Telemig Celular, Usiminas e, mais recentemente, Santa Amália e a venda de 50% da Itambé".

Tudo saiu de Minas, tudo voando de Minas Gerais para outros Estados e países. Aqui não se segura, aqui não se tem política de desenvolvimento. Só se pega dinheiro emprestado.

Do ponto de vista político, diz ele: "O cenário não é mais confortável, já que, há 15 anos, Minas Gerais faz oposição ao governo federal" - é verdade - "e não tem sequer um de seus representantes ocupando a Presidência ou cargos de destaque nas comissões técnicas do Congresso Nacional. Somado a isso, Teixeira da Costa citou ainda que o Estado tem a segunda maior dívida publica do País, situação que reduz a zero sua capacidade de investimento".

Repito, somado a isso, Teixeira da Costa diz: "o Estado tem a segunda maior dívida publica do País, situação que reduz a zero sua capacidade de investimento".

O que pode o Estado fazer se não repensa o seu desenvolvimento, o seu crescimento? Pegar dinheiro emprestado. E nós temos aqui de votar, pega dinheiro emprestado ou não pega dinheiro emprestado?

Eu lembrava na Comissão de Fiscalização Financeira que, outro dia, a Assembleia aprovou - aliás meu voto foi contra, assim como o da Bancada do PT - dinheiro emprestado até para comprar viatura de Polícia Civil. Dizem, viatura de Polícia Civil é importante, e você vai votar contra pegar dinheiro emprestado para comprar viatura de Polícia Civil e de Polícia Militar? Você é ruim, Deputado, está contra as viaturas!

Ora, viatura da Polícia Civil e da Polícia Militar é para ser programa de governo, e não para endividar o Estado, porque isso não é investimento. Então, você fica endividando o Estado, e é isso que o professor disse: reduz a zero a capacidade de investimento, pegar dinheiro emprestado para comprar carro. Qualquer dia vai fazer empréstimo para colocar gasolina nesses carros. Agora nós não temos dinheiro nem para abastecer, então faz empréstimo. Aí faz empréstimo para colocar gasolina no carro, para pagar aos técnicos da Emater, para pagar às professoras. Deputado Paulo Guedes, como disse muito bem V. Exa. e como disse o professor, a situação em que Minas Gerais está reduz a zero a capacidade de investimento, e a dívida vai subindo. Depois, na Assembleia Legislativa, teremos de fazer outra campanha para tentar jogar a culpa na Dilma. O povo não é bobo, o Brasil vai bem, Minas vai mal, e a culpa é da Dilma, a culpa é da Presidenta. E vai fazer "show" pelo interior para tentar dizer que a culpa disso é do nosso país, da nossa Presidenta.

Repito aqui um dado importante da Fundação João Pinheiro: Minas Gerais é o 22º Estado na média geométrica anual do PIB. O Brasil tem média melhor do que Minas Gerais, que está em 22º lugar. Ou seja, não é verdade que existia aquele "pibão" que o Anastasia disse que existia. Não, a Fundação João Pinheiro mostrou que é um "pibinho" de Minas; e Minas Gerais já não tem capacidade de investimento.

Por isso, Sr. Presidente, não pode haver mais esta política: pega dinheiro emprestado e joga para 2015; pega dinheiro emprestado e joga para 2015. Ninguém aguenta, Caixa. Imagine uma família que está falida, com poucos recursos, e o seu chefe vai ao banco, está sem emprego e, mesmo assim, pega dinheiro emprestado. Não tem dinheiro para pagar esse empréstimo, está reclamando dos juros, não tem mais jeito e, em vez de arrumar emprego, pega dinheiro emprestado. Onde vai parar essa família? Na completa miséria e na falência.

É isso que está acontecendo em Minas Gerais. O nosso Estado faliu. Desculpem-me dizer mais uma vez a verdade, que, às vezes, não pode ser dita aqui. Mas eu a digo: Aécio quebrou Minas; Aécio quebrou Minas Gerais. Então, fico ainda mais satisfeito, porque, depois de escrever toda a herança maldita que Fernando Henrique deixou para este país, vou entregar o título para o Lula, como comecei dizendo, no dia 15 de abril. Lula salvou o Brasil, e Dilma está levando o Brasil a caminhos ainda melhores. Viva o Brasil! Viva Lula! Viva o nosso eterno Presidente, que receberá de nós o título de cidadão honorário! Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de fiscalização Financeira.

Declarações de Voto

O Sr. Presidente (Deputado Célio Moreira) - Com a palavra, para declaração de voto, o Deputado Lafayette de Andrada.

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, apenas quero declarar o voto favorável da Bancada do PSDB, assim como de suas bancadas de base, e também refutar, de forma veemente, as palavras do Deputado Rogério Correia, a quem não quis interromper em seu discurso. Ele trouxe dados da Fundação João Pinheiro, e são dados reais: média dos últimos 10 anos. Quando Minas Gerais anunciou o "pibão", o "pibaço" maior que o PIB nacional foi no período antes da crise internacional; porém, com a crise internacional, Minas Gerais foi o Estado que mais sofreu. Durante dois anos consecutivos vivemos uma economia negativa, daí o impacto na média. Em 2008, quando o Governador Aécio Neves anunciou um PIB quase o dobro do Brasil era realidade; em 2007, quando anunciamos um PIB quase o dobro do Brasil era realidade. Infelizmente, em 2009 e 2010, sofremos pela crise internacional, e nenhum Estado da Federação sofreu tanto quanto Minas, cuja economia é baseada em minério de ferro e em "commodities", cujos preços despencaram na economia internacional. Assim, sofremos muito mais a crise internacional que os outros Estados, por isso, na média ficamos em 22º ou 23º lugar. Quando anunciamos, no segundo governo Aécio, que Minas Gerais era uma locomotiva e estava crescendo muito mais que o governo federal era pura verdade. Portanto, Sr. Presidente, queria apenas refutar as palavras do Deputado

Rogério Correia e lembrar aos nobres pares que, amanhã, pela manhã, às 9 horas, vamos votar em 2º turno esse projeto que acabamos de apreciar. Muito obrigado, Sr. Presidente. Era o que tinha a dizer.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, votamos favoravelmente ao projeto, mas quero dizer que é muito interessante a festa da Oposição. Parece que a Presidente está dando dinheiro para Minas Gerais a fundo perdido e deveria mesmo dá-lo, porque a arrecadação do Estado, tranquilamente, poderia fazer face a esses investimentos que o governo estadual quer fazer. Mas, lamentavelmente, de tudo o que é arrecadado em nosso país, o governo federal fica com 70%, e o restante tem que ser dividido entre 27 Estados e 5.564 Municípios. O mais interessante é que, depois de asfaltados trechos do Caminhos de Minas, como foram asfaltados trechos do Proacesso, querem que se convide o gerente do empréstimo. É como aquele cidadão ou cidadã de Minas Gerais, que contraiu um empréstimo para comprar a sua casa própria e chamou o gerente do banco para a inauguração do apartamento. Ora, ele não tem que participar dessa festa. No entanto, na inauguração do Mineirão ele estava lá, aquela festa toda. Dinheiro emprestado tem que ser pago. Minas Gerais tem de pagar esse dinheiro e querem que chamem para a festa quem está emprestando o dinheiro, o gerente do banco. O gerente não vem para a inauguração do apartamento, para o qual contraí uma dívida e estou pagando, diferente do que se faz com o Corinthians, com os manos. Aí são R$400.000.000,00 a fundo perdido da Petrobras, que está quebrando. O PT está quebrando o Brasil. Imaginem se hoje a Vale estivesse na mão do PT? Ele estaria fazendo com a Vale o mesmo que está fazendo com a Petrobras. O PT está quebrando o Brasil. Está quebrando o que o PSDB e a base do governo de Fernando Henrique Cardoso fizeram, a Lei de Responsabilidade Fiscal; o arrocho para que o Brasil pudesse crescer e a nova moeda, que acabou com a inflação no Brasil. O que é melhor, hein? O Plano Real ou as bolsas? O Plano Real que fez com que o trabalhador soubesse quanto ia receber no final do mês ou essas bolsas que foram criadas? É o Plano Real, que deu dignidade aos brasileiros, deu uma moeda forte para o Brasil. Agora temos de aguentar isso aqui. Fernando Henrique Cardoso duplicou a BR-381, de Belo Horizonte a São Paulo, inaugurou as oito últimas estações do metrô em Belo Horizonte, e o PT não fez absolutamente nada, zero de investimento em Minas Gerais, viraram as costas para Minas. Respeito muito os Presidentes, respeito o Presidente Lula, mas não estarei aqui. Receberá de Minas Gerais. Qual a obra do ex-Presidente Lula em Minas Gerais, qual a obra do PT para Minas Gerais? Viraram as costas para Minas. Agora estamos vendo os dados do próprio governo federal, do IBGE. O Brasil está quebrando, o PT está quebrando o Brasil, dá, a cada dia, uma marretadinha para ir mais para frente. Aí, sim, vai ficar uma herança para o próximo governo brasileiro. Tenho de falar aqui o que queremos: um mineiro de verdade na Presidência da República; um mineiro que conhece Minas Gerais, e não um mineiro como a Presidente Dilma, que chegou em Juiz de Fora e fez uma saudação para Governador Valadares, fez confusão entre o Paraibuna e o Rio Doce; um mineiro de verdade como Juscelino Kubitschek; o mais querido, o Senador Aécio Neves. O Brasil precisa de Aécio Neves, o Brasil precisa novamente do PSDB, dos seus aliados, para colocá-lo nos trilhos. O Brasil precisa novamente de entrar nos trilhos, e Minas Gerais precisa recuperar o seu crescimento com Aécio na Presidência, da duplicação da 381, Norte, em direção a Governador Valadares; da duplicação da 262, ligando com Goiás, ligando todo o nosso Triângulo Mineiro, da duplicação do Norte de Minas, que Aécio tanto ama e onde sempre foi majoritário. Aécio, para recuperar o Brasil, que o PT está quebrando.

O Deputado Paulo Guedes - Primeiramente, gostaria de declarar o voto favoravelmente, o que já expliquei antes. Mas quero também contestar as palavras enfurecidas, sem nenhuma conexão, do Deputado João Leite. Costumo dizer que o colega João Leite, a cada dia que passa, está entrando em desespero completo, e não em defesa do Aécio. Ele está cego, porque dizer que o governo Lula não fez nada para Minas Gerais e que a Presidente Dilma não está fazendo nada para este Estado é querer tapar o sol com a peneira, é esconder uma realidade. Então vou refrescar a sua memória Deputado João Leite. Já que V. Exa. não conhece Minas, deveria sair da Capital, aliás não precisa sair, não, porque aqui há muitas obras do governo federal. São inúmeras as obras do governo federal em Belo Horizonte. Se eu fosse citá-las, ficaria a noite inteira aqui. Mas vou relembrar o que o governo Lula e a Presidenta Dilma têm feito por Minas Gerais, pelo Brasil e pelo povo. Seu partido nunca olhou por esse povo. Basta irmos às comunidades rurais e ver o Luz para Todos, basta irmos a qualquer cidade para ver o Minha Casa, Minha Vida, basta viajarmos por Minas Gerais para ver como eram as estradas e como são hoje. Ora, João Leite, basta olharmos a geração de empregos, que era zero, porque o PSDB não conseguiu gerar emprego neste país, conseguiu quebrar este país, enquanto nós geramos 22 milhões de empregos com carteira assinada. Para refrescar sua memória, Deputado João Leite, basta lembrar como o PSDB deixou este país: com uma dívida imensa, impagável, como disseram, ao FMI, com pires na mão. Em oito anos, o Lula pagou a dívida e deu adeus ao FMI. Hoje o Brasil é respeitado mundialmente. Não tem o que comparar. Os oito anos de FHC foram um caos. Não houve nada de bom, nenhuma boa lembrança dessa época, e vêm aqui falar do Plano Real. O Plano Real foi feito pelo Itamar. E até isso querem tomar do Itamar, porque são oito anos que precisam ser apagados do Brasil, foram oito anos andando para trás, endividando este país, endividando Minas Gerais. Essa é a grande verdade. Quero refrescar, Deputado Adelmo Carneiro Leão, a memória do João Leite, que vem aqui falar que o PT quebrou o Brasil. Quem quebrou o Brasil foi o PSDB, o PT recuperou este país, e recuperou-o de forma digna, acreditando nas pessoas que mais precisavam, no povo brasileiro que estava excluído. O PT desenvolveu programas sociais como o Bolsa Família, que levou 1 milhão de jovens à faculdade, jovens que jamais sonharam com isso e que podem estudar hoje através do ProUni, sem falar nos milhares que estudam também por meio do Fies. Hoje filho de pobre, de carroceiro, de trabalhador rural, de lavadeira pode sonhar em fazer faculdade. Na época de FHC, que governava somente para os ricos, só estes podiam sonhar em ter um curso superior. É isso que João Leite e o PSDB não aceitam. O salário mínimo chegava a US$40,00. E o FHC enchia a boca para falar que, se o salário mínimo chegasse a US$100,00, o Brasil quebrava. E Lula elevou o salário mínimo a US$320,00, e o Brasil não quebrou, gerando 22 milhões de empregos com carteira assinada. E a população, Adelmo, agora pode sonhar. Há 10 anos, quando íamos a uma festa em uma comunidade rural, encontrávamos 300 cavalos amarrados. Hoje, quando chegamos a uma festa, vemos 100 carros e 500 motos, porque o brasileiro pode sonhar em ter um carro ou uma moto. Quando entramos na casa de um trabalhador rural, encontramos geladeira, televisão, antena parabólica, telefone celular. Na época de FHC, isso era para poucos. Por isso, eles não admitem que mudamos o Brasil, que fizemos uma inclusão social e que as pessoas aprovam o nosso governo e a nossa forma de governar. Ao contrário de Minas Gerais, que somente lança programas e coloca um artista na televisão para fazer propaganda. Mas nada chega de fato às pessoas. O governo federal faz muito por Minas, cuida de Minas. E o que acabamos de aprovar aqui é mais uma ação do

governo federal emprestando recursos para fazer as estradas do Caminhos de Minas, no Norte e em várias regiões do Estado. Se não fosse o dinheiro do governo federal, as coisas não andavam por aqui. Essa é a verdade que João Leite não consegue enxergar e não consegue ver. De forma cansativa, tenta repetir esse blá-blá-blá da tribuna da Casa. E o povo brasileiro, João Leite, sabe muito bem distinguir o certo do errado e não vai voltar atrás, àquela época em que apenas uma minoria recebia as benesses do poder. Lula governou e hoje Dilma governa para o povo. É assim que o povo brasileiro quer que continue, porque em time que está ganhando não se mexe. E temos que deixar a mulher trabalhar. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Adelmo Carneiro Leão) - Com a palavra, para declaração de voto, o Deputado Doutor Wilson Batista.

O Deputado Doutor Wilson Batista - Caro Presidente, é uma satisfação imensa estar aqui hoje falando sobre o projeto que aprovamos nesta Casa nesta noite, que é o Projeto de Lei nº 2.197/2011, de nossa autoria, de fundamental importância para as mulheres brasileiras, principalmente para as mulheres mineiras, em especial na semana em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher. Esse projeto de lei visa garantir a milhares de mulheres mineiras o direito à prevenção ao câncer. Estudos já demonstraram que 50% das mulheres brasileiras não têm acesso ao principal aliado do diagnóstico, que é a mamografia. Essas mulheres estão perdendo a chance, a oportunidade de combater uma doença na fase inicial, com menores sequelas, com maiores possibilidades de cura. Infelizmente, a grande maioria dessas mulheres hoje não têm acesso a esse importante exame, que é a mamografia. Esse nosso projeto foi criado a partir de um exaustivo estudo que demonstra que, apesar de haver mamógrafos em número suficiente espalhados pelo Brasil e em Minas Gerais, até o dobro do necessário, 50% das mulheres não têm acesso à mamografia, porque esses mamógrafos estão mal distribuídos, estão inoperantes, e as pessoas encontram dificuldade para fazer esse exame. Intitulamos esse projeto de lei de Caminhos da Prevenção, pois dispõe de unidades móveis oncológicas, para não fazer apenas a prevenção do câncer de mama, mas também a prevenção do câncer de colo uterino, do câncer de pele e do câncer de próstata. Essas unidades móveis percorrerão Municípios estratégicos, Municípios pobres, Municípios onde há carência de atendimento à saúde com qualidade, levando a toda a população todos os exames importantíssimos no diagnóstico do câncer, sem a necessidade de consultas prévias, sem a necessidade de pedidos de exame, sem a necessidade de longas filas à espera de um exame. Hoje, a partir deste ano, essas populações terão todos esses exames mais próximo de suas casas, por meio da rede pública do SUS, das unidades móveis oncológicas, levando a elas mais saúde, mais qualidade de vida, mais esperança de vida para todas essas pessoas. Os números demonstram que a cada ano quase 5 mil mulheres são afetadas pelo câncer de mama. Então, é uma esperança de vida para todas essas famílias, para todas essas mulheres. É uma satisfação ter partilhado com todos os pares desta Casa a tramitação desse projeto em todas as Comissões. Hoje está sendo aprovado por todos esse projeto de lei que servirá à grande maioria de tantas mulheres que sofrem de uma doença tão temida. Muito obrigado a todos. Deixo aqui minha satisfação de ter hoje aprovado um projeto na semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher. Boa noite a todos. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. Apenas gostaria de fazer um registro histórico. Acabamos de votar o Projeto de Lei nº 3.520/2012, de minha autoria, que acrescenta inciso ao art. 6º da Lei nº 11.726, de 30 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a política cultural do Estado de Minas Gerais. Nosso objetivo é incluir os acervos históricos da Polícia Militar no rol de bens culturais objeto de ações prioritárias na proteção do Patrimônio Cultural Mineiro. Muitos mineiros não sabem, e muitos Deputados desta Casa também não sabem, mas a Polícia Militar guarda um acervo histórico belíssimo. Aqueles que conhecem um pouquinho mais sabem que a história da Polícia Militar de Minas Gerais se entrelaça e se confunde com a própria história do Estado de Minas Gerais, desde os nossos inconfidentes. A Polícia Militar guarda peças uniformes e objetos do próprio alferes Tiradentes nos acervos históricos da Academia da Polícia Militar de Minas Gerais. Aliás, o comandante dessa academia, o Cel. Brasil, é uma figura brilhante, uma figura competentíssima, que guarda esse acervo histórico. Mantivemos um contato com o Comandante-Geral da Polícia Militar, o Cel. Márcio Martins Sant'ana, exatamente para somar todos os esforços para que a Polícia Militar crie, na sua Capital, em Belo Horizonte, o museu histórico da Polícia Militar. Então, a aprovação desse projeto em 1º turno irá ao encontro desse desejo. Fiz cerca de três reuniões com o comando-geral da Polícia Militar com o objetivo de enaltecer a importância de se criar o museu histórico da Polícia Militar e tenho certeza, Presidente, de que, se o governo caminhar nessa direção e esse museu for inaugurado de acordo com a minha vontade, com a nossa vontade e com a vontade do Comandante-Geral da Polícia Militar, o Cel. Márcio Martins Sant'ana, isso será feito no Circuito Cultural da Praça da Liberdade. Esse museu vai trazer para a apreciação de todo o público mineiro peças raríssimas e objetos raríssimos que ainda estão muito bem guardados pela Polícia Militar. São quadros, pinturas, objetos, espadas, armamentos, etc. O acervo é enorme. Milhares de peças estão aguardando a aprovação dessa lei para que o comando da Polícia Militar tenha maior segurança para expor todo esse acervo cultural. Tenho certeza de que os mineiros vão se orgulhar muito desse museu histórico. Então, é com muito orgulho que aprovamos esse projeto em 1º turno. Certamente não haverá nenhum óbice por parte de nenhum Deputado desta Casa. Com certeza, a sua aprovação em 2º turno também será muito tranquila. Assim sendo, quero aqui declarar o meu voto e falar da importância que esse projeto tem no aspecto cultural e obviamente para a milicia da Polícia Militar, que é motivo de orgulho para os nossos mineiros. Tenho certeza, Presidente, que V. Exa. também votou favoravelmente a ele porque conhece as raízes dessa história e sabe que esse projeto vem num bom momento. Os historiadores costumam dizer que é necessário que a história venha a decantar para que as pessoas a conheçam um pouco mais. Nesse caso, a história está mais do que decantada porque, afinal de contas, são 236 anos de fundação dessa bicentenária e orgulhosa Polícia Militar de Minas Gerais. Tenho muito orgulho de aprovar nesta noite esse projeto em 1º turno. Contarei com o apoio de V. Exa. em 2º turno.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 6, às 9 horas, e para a especial também de amanhã, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/3/2013

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro e Hely Tarqüínio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questões de ordem - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Rogério Correia; discurso do Deputado Rogério Correia; questão de ordem; votação do requerimento; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.745/2013; discursos dos Deputados Rogério Correia, Gustavo Valadares, Sávio Souza Cruz e Adelmo Carneiro Leão e da Deputada Maria Tereza Lara; questão de ordem; encerramento da discussão; votação do projeto; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 3.802/2013; aprovação com a Emenda nº 1- Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - Hely Tarqüínio - Adelmo Carneiro Leão - Neider Moreira - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fábio Cherem - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Mário Henrique Caixa - Marques Abreu - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarqüínio) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Questões de Ordem

O Deputado Rogério Correia – Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 3.745/2013, do Governador do Estado, discutido ontem à noite, altera a Lei nº 19.969 e está em regime de urgência. Ele já consta na pauta em 2º turno. Ora, o projeto sequer foi discutido na Comissão. Há um atropelamento grande por parte da Mesa da Assembleia, que sempre faz a pauta a serviço dos interesses do governo e sem consultar os outros partidos. O ordenamento da pauta já vem do governo. A pressa é tão grande que o projeto não foi sequer discutido em 2º turno na Comissão e já está na pauta, ou seja, o governo considera que tem maioria absoluta, que ninguém solicitará vista na Comissão e já o manda para ser aprovado pela manhã. Não há o mínimo respeito sequer aos trâmites do Regimento desta Casa. Salvo engano, ainda temos que discuti-lo na Comissão. Mesmo em regime de urgência, ele deve ser discutido na Comissão; não se pode atropelar a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e simplesmente vir para a pauta antes da discussão. Assim, agora será preciso interromper esta reunião para o projeto ir para a Comissão, a fim de se saber se ninguém pedirá vista ou o discutirá, para, depois, tentar-se retomar a pauta convocada para esta reunião extraordinária. Ora, esta é uma reunião convocada sob o risco de nada acontecer, enquanto outras comissões estão funcionando, numa urgência inexplicada do governo e sem respeitar os trâmites. O projeto poderia estar na pauta da tarde, sem a necessidade de convocação extraordinária pela manhã e gerando custos extras de funcionamento do Plenário para a Assembleia Legislativa, enquanto poderia ser votado sem atropelos na parte da tarde. Deixo meu protesto, porque a única coisa que pode acontecer é a interrupção da reunião para esperar a reunião da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Se ninguém pedir vista, poderemos voltar ou não. A forma como o governo age nesta Casa é um atropelo em relação ao Regimento Interno. Quando há projeto de interesse do governo, é impressionante: resolve-se até sem respeitar os trâmites. Publica-se, não se respeita nem o interstício de 24 horas. Deixo meu protesto. Já ouvi "bochichos" na Assembleia que está sendo preparada uma alteração no Regimento Interno. Peço a V. Exa., que é membro da Mesa, que tenhamos cuidado e parcimônia para não trazermos para o Plenário alterações que atropelem ainda mais o funcionamento desta Casa Legislativa por interesse do governo de evitar discussões neste Parlamento. Essa conversa de que o Regimento Interno será alterado, de que os prazos serão reduzidos, de que diminuirão os prazos e a possibilidade do debate político é muito perigosa. Fico preocupado com isso. Quando vejo Deputados saírem de uma reunião à noite e convocarem outra pela manhã, sem haver a apreciação do projeto, em 2º turno, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de fato acho que existe a intenção de se alterar o Regimento Interno desta Casa. Pediria a V. Exa., como Vice-Presidente, que tivesse cuidado. V. Exa. é um Deputado experiente, sabe que a Casa Legislativa tem o papel do debate político. Perdendo-se essa condição, perde-se até a possibilidade de intermediação, de alteração e melhoria dos projetos, impondo-se a vontade absoluta do governo. Isso não é bom para o Estado, o Parlamento, a Oposição nem para a Situação,

que fica refém da autocracia do governo, do que ele quer. Os técnicos discutem, enviam os projetos, e a Assembleia diz "amém". Já funciona mais ou menos dessa forma. Restringindo-se o espaço do debate político, nem V. Exas., da base do governo, terão utilidade para o governo. Bastará dizer "sim, senhor" e ir ao interior tentar aplicar cada vez menos verbas das parcas emendas parlamentares. Em vez do papel político do parlamentar, vamos choramingar atrás do governo, como despachantes de luxo. Chamo a atenção de V. Exa. Para o trâmite disso, que serve de exemplo para que não se altere o Regimento Interno e corte ainda mais o debate político nesta Casa.

O Sr. Presidente - Registrem-se as palavras do Deputado Rogério Correia. Esclareço ao Deputado que, em se tratando de tramitação em regime de urgência, os prazos regimentais são reduzidos à metade e não há exigência de prévia publicação de pareceres, razão pela qual o Projeto de Lei nº 3.745/2013 pode constar da pauta desta reunião, mesmo estando em pauta também na reunião de hoje da Comissão de Fiscalização Financeira.

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, gostaria de me manifestar, na esteira do comentário do ilustre Deputado Rogério Correia, que conhece muito bem o Regimento Interno e gosta de utilizar o espaço que a TV Assembleia lhe proporciona para tentar esfumaçar um pouco a realidade. O Regimento Interno permite perfeitamente, como V. Exa. esclareceu, que os projetos em tramitação em regime de urgência, como o projeto que está em primeiro lugar na pauta, dispensem a publicação dos atos. Nada há de diferente, de esquisito, de inovador se colocarem na ordem do dia projeto cuja tramitação ainda não tenha sido concluída, mas que esteja acontecendo, como ocorre com esse. A diferença é que, se esse projeto não estivesse na pauta, não poderíamos votá-lo nesta manhã. Como esta reunião poderá estender-se até meio-dia, tranquilamente, a Mesa, em boa hora, colocou-o na ordem do dia, sabendo que será discutido na Comissão de Fiscalização Financeira, que neste momento está emitindo parecer sobre ele. Posteriormente o projeto virá ao Plenário, para ser discutido, como ocorreu ontem e como ocorre com todos os demais projetos. Não há nada de inovador nisso, é perfeitamente regimental. Por que a pressa que o Deputado chamou de atropelo? Como foi discutido ontem, trata-se de um empréstimo concedido pelo governo federal e discutido e aprovado pela Assembleia. O empréstimo seria realizado pelo BNDES. O que estamos votando é uma mudança de cláusula no empréstimo. O governo federal diz que não só o BNDES seria o agente que liberaria os recursos. Seria necessário que esta Casa desse autorização legislativa. É apenas isso. É o mesmo empréstimo que aprovamos no ano passado, com os mesmos objetivos, com os mesmos valores. Os mesmos programas serão contemplados. Apenas estamos colocando essa cláusula. Em vez de ser somente o BNDES, será também o Banco do Brasil. Por quê? Porque o governo federal, que está emprestando os recursos, decidiu que assim fosse. Porém os prazos são exíguos. Essa tramitação tem de ser feita no Senado Federal e na Secretaria do Tesouro Nacional. Os prazos são exíguos. Por isso, a necessidade da urgência e da convocação desta reunião extraordinária para esta manhã. Não há nada de inovador, nada de inédito, nada de diferente, o mundo não vai parar de rodar, a vida continua e acontece tudo estritamente dentro do Regimento Interno. Era o que gostaria de dizer, Sr. Presidente.

O Deputado Gustavo Valadares - Sr. Presidente, discordo um pouquinho do meu colega, Deputado Lafayette de Andrada, porque não há o que justificar. Mesmo que assim fosse, qual seria o problema, pois o Estado tem suas contas em dia. Qual seria o problema de o Estado adquirir mais um empréstimo para investimento e melhoria da qualidade de vida do cidadão mineiro? Só tem condições de receber empréstimo quem é bom pagador, Deputado Luiz Henrique. V. Exa. sabe disso. Se estivesse com o nome sujo, devendo seus credores, quando batesse à porta de seus credores, receberia um não de primeira. Todas as vezes que o governo do Estado vai aos bancos de fomento pedir dinheiro, de pronto, é recebido com o tapete vermelho e ainda perguntam quanto quer e como quer pagar. Por quê? Porque é um bom pagador, porque é um Estado que se estruturou para isso ao longo dos últimos anos. A essa altura do campeonato, tem condições de investir não só com o dinheiro que tem em caixa, mas também investir com o que tem no Tesouro do Estado. Mas o Estado tem capacidade de endividamento, tem a credibilidade que outros entes federados não têm, porque não souberam gerir a coisa pública quando foi necessário. Por isso, pode ir aos bancos de fomento e dizer que quer dinheiro para investir em compra de viaturas, em aparelhamento para a saúde, para a construção de escolas estaduais, para aparelhar as infraestruturas urbana e a rural, coisa tão solicitada pelos nossos Prefeitos, para investir no Caminhos de Minas, que vai encurtar e trazer maior agilidade da logística nos quatro cantos do Estado. São poucos os Estados que têm essa credibilidade. É bom que isso fique claro. Por isso, discordo um pouco do ponto de vista do Deputado Lafayette de Andrada. Hoje não estamos aqui votando uma coisa nova, votando um novo empréstimo, estamos apenas mudando ou incluindo um novo sujeito, ou seja, incluindo o Banco do Brasil. E qual seria o problema se estivéssemos buscando um novo empréstimo? Que problema seria esse, se temos nossas contas em dia, se temos nosso planejamento feito para os próximos 20 anos? O próprio Deputado André Quintão, que não estou vendo aqui, conhece bem o assunto, porque conhece bem o PPAG e o PMDI, ou seja, eles é que programam o que vai ser feito nos próximos 20 anos. O Estado vai muito bem obrigado. E vai muito bem com a ajuda dos bancos, daqueles que querem fomentar o desenvolvimento, como o Banco do Brasil, o BNDES, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento etc. Vamos buscar o dinheiro aonde ele estiver. O governo do Estado tem de buscá-lo, porque, dessa forma, vamos melhorar a qualidade de vida da nossa população. Mais do que isso: foi-se o tempo, Deputados Hely Tarqüínio e Dalmo Ribeiro Silva, em que o Estado sozinho podia fazer tudo. Aquela história do Estado paternalista, que tinha a obrigação de cumprir todas suas obrigações, já passou. Hoje constrói-se um novo Estado, podemos ser de esquerda ou de direita, de centro ou comunista, com ajuda dos órgãos de fomento. Todos nós temos consciência, aqueles que têm responsabilidade no discurso, que é o caso de V. Exa., de que não há como mais administrar um Estado, um país ou um Município sem uma parceria profunda com esses bancos de fomento, com a iniciativa privada e até mesmo com entidades não governamentais. É assim que se cresce, que se desenvolve, que se constrói um novo Estado. Minas está no caminho certo. O conjunto dos Deputados estará aprovando aqui essa pequena mudança de um empréstimo que foi aprovada no ano passado. Se vierem outros projetos de empréstimo a esta Casa, votarei pela sua aprovação, porque todo o recurso adquirido será empregado para aumentar a satisfação do povo mineiro. Muito obrigado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, venho aqui para, lamentavelmente, discordar em parte do que disse o nosso colega Gustavo Valadares em relação a empréstimos, investimentos e à situação do Estado. Quanto mais profundamente mergulho nas contas e na estrutura deste Estado, mais inquieto fico

com o futuro de Minas Gerais. Um governo não pode olhar apenas para o seu umbigo, imaginar que vai resolver todos os problemas fazendo os empréstimos que está fazendo e se esquecendo de que, em um futuro próximo, essas contas deverão ser pagas. Os empréstimos são concedidos por muitos motivos: pela credibilidade, mas também pelo que temos e que, sendo nosso, é cobiçado por quem nos empresta recursos. O Estado de Minas Gerais ainda tem patrimônio e valores muito importantes que, eventualmente, poderão ser disponibilizados como mercadorias para pagar esses empréstimos. Essa situação se torna extremamente grave, pois já pagamos muito do que tomamos emprestado, fruto de nossas dívidas, com o nosso patrimônio: com o Bemge, com o Credireal, com a Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais e com uma boa parte da Cemig. A Cemig já não é mais nossa, e mais empréstimos serão realizados para nos comprometer ou para comprometer o patrimônio de Minas. E essa responsabilidade tem de ser levada em consideração. Temos de levar em consideração que o que está sendo tomado emprestado hoje começará a ser pago em 2015, e que temos dívida a serem pagas até 2038. Essas dívidas comprometem o futuro e o presente de Minas. Elas estão comprometendo o presente, pois atualmente todos estão falando sobre a dívida de Minas, mas parece que ninguém foi responsável por ela; dizem que quem a fez agiu da melhor maneira possível. Certamente, fizeram da melhor maneira possível. Mas da melhor maneira possível como fora feito no final dos anos 90, tornando impagável a dívida pelo Estado de Minas Gerais. Este governo a paga, mas, a cada ano, fica devendo mais. E isso ocorrerá com o próximo governo também. Não há nada dessa questão de as contas estarem todas em dia, de estar tudo certo, tudo resolvido. O que está resolvido hoje não soluciona o problema do futuro, e isso é grave. Vejo aqui muitos dos meus colegas insistindo, e faço parte dessa história também, para renegociarmos a dívida do Estado de Minas Gerais com a União. É realmente necessário e importante haver a renegociação da dívida não só de Minas, mas também dos outros Estados. Vimos o Fernando Haddad discutindo a necessidade de renegociar com o governo federal a dívida de São Paulo, Estado mais rico do Brasil, e da cidade mais rica do Brasil também, que é São Paulo. Isso é necessário mesmo. É importante que o governo federal se sensibilize, olhe para nós e busque resolver essa equação tão complexa, tão profunda e tão difícil. Somos parte daqueles que lutam por uma condição melhor para os Estados brasileiros. Não vejo aqui, Srs. Deputados, ninguém levantar a voz, ninguém. Condenam o governo como se o governo federal também fosse responsável por isso. Mas ninguém fala sobre a dívida do Estado com a Cemig, pois essa dívida não é para pagar um órgão público. Se assim fosse, poderíamos dizer que está bom, está entre irmãos, no mesmo processo. Não sendo nossa, ao pagarmos a dívida para a Cemig, estaremos pagando-a ao setor privado, que se beneficiou dos empréstimos públicos, buscando recursos no BNDES para comprar o patrimônio que é nosso. Comprou com nossos recursos, com o nosso patrimônio, sendo que o lucro é deles. Ninguém fala disso aqui, nesta Casa. É preciso – e eu já disse ao relator da dívida, na Comissão, Deputado Bonifácio Mourão – saber o inteiro teor dos fatos, pois a verdade é algo que clamamos. É preciso revelar a verdade dessa dívida, quem a fez, como a fez, e todos que nela estão envolvidos. Reconheço o trabalho do Governador Itamar Franco, que fez muita coisa importante. Mas, quando vejo a dívida da Cemig, vejo que também seu governo teve responsabilidade ao crucificar os recursos de Minas em favor da iniciativa privada, o que não podemos admitir. E não há intenção de salvar um e condenar outro; temos de nos debruçar sobre o fato, sobre a realidade, sobre a verdade. É ela que tem de prevalecer: a verdade. Como nas palavras de São Paulo, o amor tem de prevalecer ao final dos tempos, porque é a única condição para salvar o nosso país, o nosso Estado, a nossa sociedade.

O Deputado Duilio de Castro - Muito obrigado. Sr. Presidente. Ouvi atentamente este debate, importante para o Parlamento. É bom que a sociedade conheça alguns fatos, analise-os e faça as suas considerações. Gostaríamos de que o Estado de Minas Gerais nem precisasse votar esse empréstimo, assim como gostaríamos que os demais Estados disso não tivessem necessidade. Se o governo federal, que tem o domínio da agenda, votasse o que é necessário ao andamento do País, como o pacto federativo, como os "royalties" do petróleo, talvez isso não fosse necessário. Esperamos que o Congresso Nacional dê melhores condições aos Municípios e aos Estados, direcionando-lhes mais recursos. Que corrijam algo que, infelizmente, prejudica os Estados e Municípios: o veto da Presidente no caso dos "royalties" do petróleo. Precisamos de uma reforma tributária para que os recursos sejam melhor distribuídos nos Estados, já que somos uma Federação. É necessário que esses recursos cheguem aos Municípios, ao final da fila, onde realmente acontecem as políticas públicas e onde também são arrecadados os impostos. Mas, ontem, houve a votação do projeto, em 1º turno, e esperamos não fazer mais um empréstimo, mas simplesmente uma mudança de cláusula, a fim de que o recurso chegue onde se faz mais necessário, que é exatamente o final da fila. O dinheiro precisa chegar tanto no Vale do Jequitinhonha como na região Norte de Minas, na região Central, em todas as regiões onde esses recursos trarão maior desenvolvimento, gerando mais renda para o Estado. Esperamos, com essa arrecadação, pagar esses empréstimos, porque o Estado tem capacidade de endividamento. Ontem, à noite, foi feito um debate, em que todos tiveram a oportunidade de se manifestar. Foi um debate democrático, em que a Oposição votou a favor do empréstimo devido à sua importância para o desenvolvimento do Estado. Se o Regimento Interno permite essa abertura, em caráter de urgência, para resolvermos o problema mais rapidamente, isso é bom para o Estado, para o Parlamento. E é muito melhor para aquelas pessoas que estão nas várias regiões do Estado esperando que o dinheiro chegue, principalmente os recursos do projeto Caminhos de Minas. O que mais ouvimos nas regiões por onde passamos é o seguinte: "Que dia começa o asfaltamento da nossa estrada? Que dia vai começar a melhorar a logística de escoamento dos nossos produtos? Que dia o asfalto e o desenvolvimento vão chegar à nossa região?" Atender a isso é o que estamos buscando quando, em razão do Regimento, imprimimos maior agilidade à análise da matéria. O que eles querem saber lá é só em que dia vai começar a obra, porque o dinheiro já está garantido e deve ser utilizado para fazer o desenvolvimento chegar até lá. O que está acontecendo hoje está dentro da normalidade. É bom que o público saiba que o Regimento permite essa abertura, possibilita a votação em caráter de urgência. Esperamos, Sr. Presidente, que o projeto seja saneado nas Comissões, chegue aqui ainda na parte da manhã para que possamos votá-lo, já em 2º turno, para consolidarmos o que as pessoas estão esperando que façamos, que é o desenvolvimento em sua região. Quando há obstrução, quando a Oposição diz que o Regimento pode ser mudado, quando se diz que não querem deixar votar, quando se diz que o projeto não é bom, que se trata de novo empréstimo, na verdade não é nada disso. Quando a Situação se posiciona, é bom para a população ficar esclarecida, politizada e a par da realidade, saiba o que está sendo votado e para quê. A única finalidade deste projeto é levar o desenvolvimento a todas as regiões do Estado de Minas Gerais. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Bonifácio Mourão - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, estou aqui porque o eminente Deputado Adelmo Carneiro Leão, Presidente da Comissão Especial da Dívida Pública, mencionou meu nome na questão relativa à dívida com a Cemig. Na verdade, o Deputado tem razão quando fala que o Estado deve à Cemig e que a dívida era grande. Só que essa dívida foi renegociada com a empresa. O Estado tomou empréstimo junto a banco e, com isso, conseguiu um abatimento de cerca de quase R$3.000.000.000,00 no seu débito com a Cemig. O débito era de R$5.000.000.000,00 e foi reduzido para essa quantia que mencionei. Além disso, os juros caíram muito. Os juros pagos à Cemig eram de aproximadamente 8%, desde a época do contrato, no final da década de 90. Agora os juros caíram muito, e, porque o Estado conseguiu esse empréstimo, acabou pagando à Cemig e, em razão disso, ganhou uma diferença grande. Na verdade, nós, da Comissão da Dívida Pública, por recomendação do Presidente Adelmo Leão, pedimos informações sobre tudo que está acontecendo nessa renegociação da dívida com a Cemig. E essas informações deverão vir do governo para a Comissão. Quero aproveitar a oportunidade para voltar a dizer que, pelo simples fato de o Estado estar devendo à União... E está devendo muito, não só Minas, mas todos os 27 Estados brasileiros, sem exceção, estão devendo, inclusive Amapá e Tocantins, que, no final da década de 90, precisamente em 1998, não entraram na renegociação. Hoje devem e muito. Queremos deixar bem claro que o Estado não pode ficar amarrado, de braços cruzados, engessado, sem poder fazer nenhuma operação de crédito por causa da dívida pública. Se isso acontecer, o Estado não fará praticamente nenhuma obra. Não vamos ter mais asfalto, não vamos ter reforma e construção de escola, não vamos ter reforma e construção de postos de saúde e unidades básicas de saúde, não vamos poder reaparelhar as nossas Polícias Militar, Civil, Corpo de Bombeiros, etc. O Estado vai ficar completamente paralisado. Hoje mesmo os jornais estão mostrando uma declaração do Governador Anastasia em que ele diz que só de juros, sem falar em amortização da dívida, o Estado está pagando aproximadamente R$5.000.000.000,00 por ano. Ora, se está pagando isso, o Estado está sem condições de fazer investimentos. Ele está pagando o quanto ele tem, ou até mais, para investir. A própria Presidente Dilma está estimulando esses empréstimos. Não não só o Estado de Minas Gerais está fazendo empréstimos, mas também quase todos os Estados brasileiros, estimulados pela Presidente da República para movimentar a economia e continuar a geração de emprego. Por isso, os índices têm demonstrado que o percentual de desemprego no País já vem caindo. E por que isso? Por causa dos Estados, que estão gerando emprego. Se nós nos negarmos um empréstimo ou financiamento como esse, como vamos ter obras no Estado, como teremos geração de emprego? A Presidente da República, o governo federal precisa se convencer de que os Estados brasileiros não podem continuar pagando juros na base de 6% a 9% e mais a correção pelo IGP-DI, que eleva esse percentual para cerca de 14%. Enquanto isso, o governo federal está emprestando dinheiro para Cuba, Gabão e Bolívia a 6%, um percentual muito abaixo do cobrado em empréstimos aos Estados da Federação. Isso não é justo, não é admissível. Além desses juros, o comprometimento da dívida, que é de 13%, impede o Estado de ter recursos para fazer obras para todos os cidadãos mineiros. E a correção pelo IGP-DI é inadmissível. Então, precisamos chegar junto à Presidente Dilma, todos os Estados brasileiros, o colegiado de Presidentes, muito bem presidido pelo Presidente Dinis Pinheiro, e a Unale. Cerca de mil Deputados estão trabalhando intensamente para tentar resolver o problema da dívida pública. Só não podemos deixar o Estado engessado, sem condições de operação de crédito, porque o governo federal não resolve o problema da dívida pública. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, caríssimos Vereadores da minha querida Ouro Fino, que estão nesta Capital participando de um congresso. É um prazer tê-los conosco, nesta Casa Legislativa. Caros Deputados, com referência a esse projeto, que praticamente iniciou esta discussão, devo dizer a todos que Minas tem pressa. A Assembleia também tem pressa para votar esse projeto que veio em regime de urgência. Ontem ele foi apreciado na Comissão de Constituição e Justiça, onde o Deputado André Quintão destacou a necessidade desse projeto, principalmente tendo em vista os recursos que serão injetados em nosso Estado. Esse projeto é de suma importância, e estamos prontos para votá-lo. A Comissão acabou de aprová-lo, e há o regime de urgência. Existe a necessidade de aprová-lo, uma vez que não estamos mudando nada. Quero ratificar as palavras dos Deputados, principalmente do Deputado Gustavo Valadares, que se manifestou sobre a credibilidade do governo para buscar recursos. Esses recursos serão destinados ao asfaltamento das rodovias do Sul de Minas e das estradas do Programa Caminhos de Minas, já anunciado pelo nosso Governador. Sempre fomos parceiros e, agora, com recursos desse projeto, teremos maior visibilidade e maior desenvolvimento em nosso Estado. Estamos prontos para votar, Sr. Presidente.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Rogério Correia em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Resolução nº 3.802/2013 seja apreciado em primeiro lugar. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, estou solicitando a inversão da pauta porque o projeto de resolução da Mesa da Assembleia, que já está pronto para votar, que não teve que esperar reunião de Comissão, pois está tramitando há mais tempo que os outros projetos, no meu entender, é mais importante. Ele cria uma importante comissão nesta Casa cujo objetivo é a situação das pessoas viciadas em "crack" ou outras drogas. Na Assembleia Legislativa, uma comissão funcionou muito bem - teve como Presidente o Deputado Paulo Lamac e como um dos protagonistas e idealizadores o Deputado Vanderlei Miranda. Aliás, ao que tudo indica, o Deputado Vanderlei Miranda será também Presidente dessa comissão permanente e tem o nosso apoio para isso.

A criação dessa comissão é fundamental, porque os problemas são de fato graves. Todos os Deputados recebem em seu gabinete reclamações e reivindicações para que políticas públicas a respeito dessa questão sejam implementadas no nosso Estado de Minas Gerais. A droga passou a existir como epidemia, e não apenas na Capital e nos grandes centros: qualquer distrito ou comunidade se depara com pessoas com dependência química não só de drogas legais, como o álcool, mas ainda de drogas ilegais, em especial o "crack", que exige políticas públicas adequadas. A Assembleia Legislativa já contribuiu muito por meio da comissão especial e pode contribuir ainda mais por uma comissão permanente. Em boa medida, houve um acordo nesta Casa para que essa comissão fosse criada. O projeto de lei já foi aprovado em primeiro turno, já está amadurecido nesta Casa. Em relação a ele, não há nenhuma

polêmica. Porém, mais uma vez reclamo quanto à ordem de apreciação dos projetos de lei nesta Casa. Por isso, estou encaminhando a votação de inversão da pauta.

Deputados e Deputadas, nós nos sentimos pressionados a votar um projeto do governo que diz respeito a aumento. Vou discutir esse projeto depois. Escutei os argumentos favoráveis que foram apresentados, que são os mais banais possíveis, na minha singela opinião. Dizer que, como existe dinheiro emprestado e não há restrição a Minas, podemos pegar emprestado, que o Estado tem condições de empréstimo. Ora, isso quem tem de analisar é a Assembleia Legislativa. Até respeito essa opinião, mas, para mim, o Estado vai muito mal, tanto é que não quer pagar um centavo neste governo. Todo o empréstimo será pago pelo próximo governo, porque o atual tem consciência de que não tem dinheiro nem para investimento nem para pagar dívida, então empurra o pagamento da dívida para depois. Mas esse é outro assunto que vou discutir depois. Quero somente dizer que esse argumento apresentado é tacanho, simples, singelo, não se sustenta.

O Estado de Minas Gerais, hoje, não tem condições de arcar com mais empréstimos, porque já está com a capacidade de investimento quase zero, tendendo a zero. O investimento no Estado tende a zero, porque há empresas saindo daqui. Já disse isso ontem e vou debater depois. Quando dizem que o Estado tem condições de se endividar, concordo, mas depois ele não investe os 25% em educação, os 12% em saúde, arrocha o servidor público e o custeio.

Assim qualquer um faz, mas vai diminuindo a capacidade do Estado e de seu custeio, enforcando, cada vez mais, os servidores públicos civil e militar. Esse é o quadro de Minas.

Aqui, como a Assembleia Legislativa só funciona em favor do governo e de seus interesses, um projeto para o qual se tem todo o consenso de criar uma comissão importante como a de combate ao "crack" precisa ser colocado depois do projeto do governo. Meu requerimento, então, é no sentido de fazermos a inversão: primeiro, vamos discutir o projeto de resolução desta Casa, deliberando sobre a criação dessa comissão e, depois, vamos fazer, com calma, o debate acerca do empréstimo.

Se o governo está receando que alguém peça verificação de quórum, quero dizer que, em primeiro lugar, é obrigação dos Deputados estar na hora da votação. O Deputado não deve ficar aqui para votar algo e depois sair correndo. Não. A obrigação do Deputado é estar aqui para votar, e todos sabemos disso, não é, Deputado Alencar da Silveira Jr.? O governo não precisa duvidar do compromisso dos Deputados. Os Deputados e as Deputadas desta Casa têm esse compromisso e jamais faltaram ao dever de estar aqui para votar. Então, o governo não precisa ficar pedindo para colocar seu projeto em primeiro lugar. O Deputado tem a consciência do dever a ser cumprido. Não precisam colocar primeiro o projeto do governo para depois esvaziarem o debate. O governo quer esvaziar o debate para aprovar o projeto de empréstimo sem debatê-lo na Assembleia Legislativa.

Volto ao tema, Sr. Presidente. Estou realmente preocupado com os rumos que a Casa vem tomando. Para V. Exa. ter uma ideia, as comissões já estão todas fiscalizadas e vigiadas pelo governo. Naquelas presididas pelo PT, o governo nomeou os Deputados para ficarem lá, atentos, o que é chamado carinhosamente de tropa de choque. Onde há Presidência do PT ou dois Deputados desse partido, há a tropa de choque a fim de tentar impedir a aprovação de requerimentos da Oposição, requerimentos que solicitem informações. Isso está acontecendo, Deputado Célio Moreira. Vou mostrar a V. Exa. Até na Comissão de Direitos Humanos, isso já está acontecendo. Há uma fiscalização absurda. Para os requerimentos que não agradam ao governo, há uma tropa de choque a fim de evitar o debate.

Repito que já existem especulações pelos cantos da Assembleia Legislativa a respeito da existência de uma reforma regimental sendo proposta pela base do governo, o que significaria diminuir, ainda mais, o poder de debate desta Casa. Chamo a atenção da base do governo: vocês também ficarão sem nenhuma valia para o próprio governo aqui, na Assembleia Legislativa. Basta mandarem o projeto, e homologa-se a vontade do governo. Os Deputados virarão despachantes de luxo. Irão para o interior, com suas parcas emendinhas, distribuir mata-burros, verbas para hospitais, para educação.

Não tenho nada contra fazer isso, e também faço, não sou fariseu. Quando há uma emenda parlamentar, eu indico, não estou aqui fazendo o discurso de fariseu. Entretanto, esse não é o papel principal de um Deputado. Se não tivermos aqui a capacidade de fazer um debate político, viraremos despachantes de luxo, iremos para o interior para agradar: "Prefeito, tenho uma emendinha. É pouquinho, mas é de coração. É uma emenda pequenininha, R$20.000,00, mas é de coração". Ficaremos, então, nesse papel.

Portanto, chamo a atenção da base do governo para tomar cuidado. Os nossos Deputados mais novos, que estão chegando aqui para seu primeiro mandato, precisam ter cuidado, pois o valor do Deputado está exatamente no debate político da Situação e da Oposição. Retirado esse debate, o Deputado passa a ser porta-voz do governo, escravo de suas vontades, sem vontade própria, sem condições de reação e de opinião. Isso é o que vejo na Casa, infelizmente, cada vez mais.

Repito aqui mais um exemplo, para terminar. Ontem à noite, votou-se o projeto de lei de concessão do aumento ou de remanejamento do banco que fará o aumento, para ser mais fiel ao teor do projeto. Não se respeitou o interstício de 24 horas. A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária reuniu-se às pressas e apreciou em 2º turno. Voltou para cá e passou na frente do outro projeto, que aqui estava há muito tempo.

Poderia ter votado outro projeto enquanto esse se discutia na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, mas o governo ficou aqui ocupando o tempo com medo de se votar o outro projeto e o Plenário se esvaziar e não ter como votar o seu. Então, tem que vigiar os Deputados também. É um castigo: "Vou votar aquele projeto primeiro, porque, senão, você foge e não vota os outros". Bobagem, os Deputados têm consciência. Não precisa haver esse tipo de fiscalização sobre os Deputados. Acho uma vergonha para a Assembleia Legislativa esse tipo de comportamento. Então, estou pedindo a inversão da pauta para que seja respeitado um projeto que já está negociado, que é muito importante, que mereceu inclusive uma comissão especial na Casa, e ele seja votado em primeiro lugar. Muito obrigado.

Questão de Ordem

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, quero apenas solicitar um esclarecimento: o eminente Deputado Rogério Correia levantou uma questão de ordem sobre a possibilidade de votarmos ou não o projeto de empréstimo que aprovamos em 1º turno ontem

à noite. Pela manhã a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária apreciou o projeto, que já está na pauta para ser votado. O Deputado Rogério Correia havia apresentado um requerimento de inversão de pauta, aproveitando esse interstício, já que o projeto ainda estava em apreciação na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para que pudéssemos ir adiantando os trabalhos da Casa, votando o projeto que estava em segundo lugar. Entretanto, já está de posse da Mesa o projeto do empréstimo, que é o primeiro da pauta. Portanto, não vemos necessidade de se inverter a pauta, uma vez que o primeiro projeto já se encontra sobre a mesa e podemos, então, fazer fluir naturalmente os trabalhos. Dessa forma, Sr. Presidente, faço um apelo ao eminente Deputado Rogério Correia: que retire o requerimento de inversão de pauta para que possamos dar prosseguimento natural à forma da pauta. Caso permaneça com o requerimento, solicito aos companheiros que o rejeitem para seguirmos a ordem da pauta. Muito obrigado. Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado.

O Deputado Rogério Correia - Solicito verificação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Duilio de Castro - Sr. Presidente quero registrar meu voto "não".

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram "sim" 6 Deputados. Votaram "não" 35 Deputados, totalizando 41 votos. Está, portanto, ratificada a rejeição do requerimento.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.745/2013, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.969, de 26/12/2011, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir-lo, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, Deputados e Deputadas, companheiros da imprensa, telespectadores da TV Assembleia, senhoras e senhores das galerias, técnicos, servidores e funcionários da Assembleia Legislativa, solicitei a discussão em 2º turno do projeto, em que o Governador do Estado reitera o pedido de empréstimo, mas altera o credor - do BNDES para o Banco do Brasil. Isso porque creio que alguns pontos ainda precisam ser esclarecidos e discutidos no Plenário desta Casa.

Quero, em primeiro lugar, ressaltar novamente a minha indignação e contrariedade com a forma com que o governo encara o Poder Legislativo, apenas instrumento para aprovação de projetos, e não uma Casa de debate político. Esse projeto foi votado ontem à noite, e não se espera sequer o interstício de 24 horas, isto é, entra em primeiro lugar na pauta do dia seguinte, paralisando todo o processo de votação da Assembleia até que a Comissão de Fiscalização Financeira aprecie o projeto do governo. Assim sendo, podemos afirmar que só há interesse do governo em aprovar esse projeto. Os demais projetos de Deputados, que consideramos úteis, inclusive a criação da comissão de combate ao "crack" e a outras drogas ilícitas, precisam subordinar-se e ser apreciados apenas depois de aprovado o projeto do governo. Portanto, mais uma vez, a Assembleia Legislativa se curva diante da vontade soberana do Poder Executivo. É assim que vai funcionando o Poder Legislativo em Minas Gerais.

Não é à toa que Minas é o Estado que mais governou por leis delegadas. Minas Gerais inventou uma tal de lei delegada que virou febre, e agora Municípios do interior passaram a lançar mão dessa tal lei delegada.

Aproveito a presença do Deputado Lafayette de Andrada para fazer uma crítica construtiva ao Município de Barbacena, do Prefeito Toninho Andrada, que fez uma lei delegada de um ano para valer 365 dias. O Parlamento, a Câmara Municipal, foi anulado em Barbacena. Durante um ano, o Prefeito vai legislar mediante lei delegada.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Essa lei delegada a que V. Exa. se refere diz respeito somente à reforma administrativa.

Lembro que lá o Prefeito Toninho Andrada, na hora em que assumiu, encontrou a cidade e a administração em frangalhos: os postos de saúde não funcionavam; os funcionários estavam há três meses sem receber pagamento; e os aposentados também não recebiam a sua aposentadoria há quatro meses. Havia ainda uma dívida de R$50.000.000,00 com fornecedores, e nada funcionava na máquina pública. Então, faço apenas esta observação: a lei delegada serve para efeito de reforma administrativa, não para os demais temas.

O Deputado Rogério Correia* - Mantenho a crítica: um ano de reforma administrativa? O Prefeito precisará de 360 dias.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - São três meses e mais três meses para decretos.

O Deputado Rogério Correia* - Então, são seis meses. A informação que me foi dada era que seriam 360 dias. Que sejam seis meses de lei delegada. O governo vai funcionar seis meses para fazer reforma administrativa sem precisar do Parlamento. Há a Câmara Municipal; Vereadores foram eleitos. Esse é o exemplo que vem de Minas Gerais: delega-se. Em vez de a Assembleia Legislativa legislar, legisla-se por lei delegada. A moda está pegando. Agora também Municípios podem ficar seis meses decretando lei contra o Parlamento. É o exemplo; essa é a relação autoritária que, de maneira geral, o governo do PSDB tem com as Casas Legislativas. O mal exemplo de Minas Gerais, infelizmente, está virando agora exemplo para os Municípios também governados pelos tucanos; leis delegadas prosperam pelo Estado de Minas Gerais afora. Fica aí o exemplo.

Imaginem se o PSDB voltar - e isso não vai acontecer, felizmente – a presidir o Brasil! Fechariam o Congresso Nacional! Já pensaram o Aecinho mandando ver lei delegada no Congresso Nacional, substituindo a Câmara Federal e o Senado? "Leis delegadas: aqui quem manda sou eu". A imprensa cala a boca: "Quieta, imprensa. A imprensa não fala nada. Aqui está tudo dominado". Tribunal de Contas da União? "Não, nomeio todo mundo que é do meu partido". Faz igual ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais,

tudo dominado, leis delegadas, e aí vai. Assim funcionaria o Brasil. Já pensou, Deputado Elismar Prado? Sem Tribunal de Contas, o Supremo calado, uma beleza. Depois o Hugo Chávez é que era o ditador.

Aliás, mais uma vez, permitam-me fazer uma homenagem ao grande Presidente Hugo Chávez, que se foi. Ele honrou os compromissos com os pobres da Venezuela e foi atacado pelos poderosos e os grandes donos das mídias poderosas. Essas atacaram o Presidente Hugo Chávez, mas o povo pobre está lá, chorando a morte do seu líder. Quero, então, prestar a minha homenagem ao Presidente Hugo Chávez, um democrata. Diziam que ele era ditador, mas era democrata. Disputou e ganhou as eleições e fez plebiscito como ninguém. Não fez lei delegada; colocou para o Congresso fazer Constituição. É um democrata chamado de ditador pela mídia, que reclama que não há liberdade de imprensa, mas, na verdade, é liberdade de empresa, porque só publica quem paga.

A imprensa é isso: quem faz os grandes informes publicitários e a alimenta. Mas ela diz que tem liberdade. A Andrea Neves gastou, nos governos Anastasia e Aécio, R$2.000.000.000,00 com a imprensa livre. Com R$2.000.000.000,00 de informe publicitário, a imprensa é livre. Vocês viram a charge do "Estado de Minas" de domingo? Um absurdo. Era assim: de um lado estavam o Lula e a Dilma dizendo "Vamos continuar assim: prometendo, e não fazendo nada, que está dando certo." e, do outro lado, estavam o Anastasia e o Aécio dizendo "Vamos continuar assim: fazendo as coisas, que tem dado certo.". Esse é o jornal livre, essa é a imprensa livre. Com R$2.000.000.000,00 a imprensa fica livre para publicar o que o Aécio manda, o que o Anastasia quer; é a imprensa livre da Andrea Neves, Deputado Sávio Souza Cruz. É assim que funciona, em Minas Gerais; e Hugo Chávez é o ditador.

Agora, em Barbacena, o Toninho Andrada pegou o jeito. Ouvi falar que era um ano, mas o Deputado Lafayette de Andrada me chamou a atenção, dizendo que são só seis meses. Para fazer a reforma administrativa não precisam do Parlamento durante seis meses, pois há lei delegada. Aí, o Toninho vai lá. O Prefeito é meu amigo, gosto muito do Toninho, mas está exagerando. Seis meses de lei delegada? É esse o relacionamento que tem com o Parlamento para fazer reforma administrativa? Disseram que os hospitais e as escolas estão mal. Discutam, então, com a Câmara Municipal, seu Poder Legislativo, como melhorarão a situação das escolas e dos hospitais. Ou ele agora virou imperador de Barbacena? Põe o jamegão e sai decretando lei, à revelia do Parlamento, como Aécio Neves fez com Minas Gerais, com leis delegadas? Essa é a liberdade que aqui se coloca?

Estou abismado de ver. E a Assembleia Legislativa não pode sequer votar um projeto criando a comissão de combate ao "crack" antes de votar o projeto do governo, porque ele quer empréstimo; subordina-se a isso.

Sinceramente. Tem hora, Deputado Elismar, que ficamos até tristes. Desanimar, não desanimamos, mas ficamos um pouco constrangidos - acho que esta é a palavra certa. Ficamos constrangidos em um ambiente onde a vontade do governo tem de imperar de todas as formas, onde, como diz o Deputado Sávio Souza Cruz, está tudo dominado.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* - Obrigado, Deputado Rogério Correia. Gostaria de registrar que na cidade de Uberlândia nosso adversário, o Prefeito anterior, governou por um longo período, também por meio de uma lei delegada, o que é um absurdo, porque cerceou a participação dos Vereadores, que deram um cheque em branco ao ex-Prefeito. Abdicaram de sua prerrogativa, que, como a nossa, é acompanhar os atos do Poder Executivo, apresentar propostas de lei, apreciar os projetos que o Executivo envia ao Poder Legislativo. Infelizmente, aquele ex-Prefeito governou por um longo período através de lei delegada, instrumento antidemocrático e autoritário.

Gostaria de registrar que nosso Prefeito, Gilmar Machado, do PT, que foi eleito com 70% dos votos, aboliu de uma vez por todas o uso de leis delegadas no Município de Uberlândia, para permitir que a população possa participar de todo o processo político, para que haja audiências públicas, para que os movimentos sociais participem, discutam. Todos os projetos que são enviados à Câmara Municipal são discutidos pelas comissões temáticas, que se reúnem com os segmentos relacionados com aquele tema. Ou seja, dá mais trabalho, mas tem muito mais legitimidade, e a sociedade participa e reconhece. Então, parabenizo a atitude do Prefeito Gilmar Machado, que aboliu o uso de leis delegadas, para que todos possam participar – Situação, Oposição -, para que haja debates, para que haja liberdade, para acabar com as perseguições e com todo o autoritarismo. Essa é uma atitude democrática.

Em Minas Gerais, além do uso de leis delegadas, estamos discutindo agora mais um projeto de empréstimo. O Deputado Adelmo referiu-se muito bem à imensa dívida do Estado para com a Cemig. Enquanto isso, o governo solicita mais um empréstimo. Lamentavelmente, Deputado Rogério Correia, o governo repassa toda essa dívida para a população, inclusive a dívida com a Cemig. Enquanto a Presidenta Dilma anunciou – e depois de muita luta conseguimos converter em lei a Medida Provisória nº 579, que dispõe sobre a redução da conta de luz em Minas Gerais, já é lei, as contas já estão chegando às residências 18% mais baratas, na contramão da medida da Presidenta Dilma, o Estado faz todos os esforços, inclusive pressionando e capturando membros da Aneel, solicitando mais um aumento.

Agora, no processo de revisão tarifária, tivemos uma reunião ontem, em que expusemos toda a nossa indignação. Em vez de contribuir para o Brasil na redução dos custos de produção, dos custos com energia elétrica, gerar emprego, gerar renda, a Cemig quer mais um aumento, agora de 11%, para os usuários de baixa tensão, o que é lamentável. Infelizmente, em Minas Gerais aumentam-se taxas, aumentam-se tarifas, cobra-se o mais alto ICMS do Brasil, e repassa-se toda essa dívida, principalmente para a população mais carente. O ICMS que incide sobre negociações de outros setores é praticamente zero, como no caso da mineração, da exportação, do comércio de joias, que é apenas 5%, do comércio de querosene, que também é irrisório, enquanto em serviços essenciais, como o fornecimento de energia elétrica, a população é penalizada com mais de 40% de ICMS.

Enquanto o governo federal retirou impostos e reduziu encargos federais, infelizmente, mantém o ICMS caríssimo, contrai mais dívida e a repassa toda para a população. Isso é lamentável. Gostaria apenas de registrar o nosso posicionamento e parabenizar V. Exa. Muito obrigado.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* – Deputado Rogério Correia, as pessoas que assistem à TV Assembleia devem pensar de vez em quando que, em relação aos projetos de lei, estão sendo repetidas as transmissões das votações, pois, quantas vezes, eu, V. Exa. e tantos outros viemos falar sobre pedido de empréstimo.

Esse será mais um empréstimo. Ele foi pedido ao BNDES e, agora, vão tentar com o Banco do Brasil. Já sugeri, Deputado Leonídio Bouças, uma autorização genérica, para que seja pedido empréstimo onde quiserem e também a particulares e agiotas.

O Deputado Rogério Correia* – Poderia ser uma lei delegada, não é?

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* - Minas Gerais chegou a esse ponto depois de instituírem a contabilidade criativa, que criou o déficit zero. No ano passado, essa criatividade aperfeiçoou-se. O Governador Anastasia anunciou um superávit de R$1.700.000.000,00. Deputado Rogério Correia, como ele foi construído? Os R$3.700.000.000,00 de empréstimos tomados foram contabilizados como receita. Na contabilidade criativa de Minas Gerais, não se paga mais empréstimo. Esses R$3.700.000.000,00 foram contabilizados como receita, e a fração não paga da dívida com a União, aquela que é decotada pelo limite de 13% da receita líquida corrente, também sumiu do balanço de Minas Gerais.

Se fizéssemos aquela contabilidade antiga e tradicional, e não a criativa dos tucanos, não lançássemos empréstimo como receita e lançássemos o saldo não pago da dívida como despesa, fecharíamos o ano com um déficit de R$7.000.000.000,00. Esse foi o pior resultado do Estado de Minas Gerais no ano de 2012.

O crescimento do PIB brasileiro, de 0,9%, foi chamado pelos tucanos de "pibinho", mas não mencionam que o PIB de Minas Gerais em 2012 foi negativo. Tivemos um crescimento negativo do PIB em 2012.

Se fizéssemos um acompanhamento de 2003 a 2010, período em que Minas foi governada pelo Senador Aécio Neves, e inseríssemos nosso Estado no "ranking" dos outros, veríamos que ocupamos um honroso 22º lugar entre os Estados que mais cresceram. Somente seis Estados cresceram menos que Minas Gerais, que cresceu abaixo da média brasileira, embora tenha sido o que mais se endividou.

Agora iniciamos o ano com esse primeiro projeto, sempre no famoso trâmite Ben Johnson que os tucanos adotam nesta Casa, pois é rápido e viciado, sem discussão, sem cumprir os interstícios das horas, votando-se à noite, com ou sem quórum, e, no outro dia, já está na pauta. Temos de aprovar mais empréstimo. Esta é a rotina de Minas Gerais: empréstimo e propaganda, mistificação e campanha de Aécio Neves. É só isso que existe em Minas. Não há outro projeto.

Não há um projeto para a saúde, mas Minas avança e mostra o caminho. Agora batemos o recorde em casos de dengue. Foram 40 mil casos somente nos primeiros dias do ano. Esse foi um recorde histórico. Minas avança. Minas na vanguarda. O Milton Gonçalves faz propaganda da educação, dizendo que está uma beleza, mas não diz que aqui os professores ganham menos da metade do que querem pagar por preso na próxima PPP. Os professores ganham uma miséria, não têm carreira e não podem sequer ter acesso à merenda escolar, mas voltaram com as turmas multisseriadas. Essa é a educação em Minas Gerais.

Em relação à segurança, Minas Gerais é o único Estado do Sudeste em que a criminalidade cresce. Isso pouco importa. Essa é a Minas real, mas a que conta para eles é a do "marketing", da propaganda e das peças de campanha do Senador. Dessa Minas eles cuidam bem e zelam. Essa tem dinheiro à vontade.

Essa é a Minas construída na mídia, com a informação, com a publicidade e com a propaganda feita pela "Goebbels das Alterosas", Sra. Andrea Neves. Assim "lá nave va", Minas Gerais "va", cada dia mais pobre, cada dia mais exaurida, cada dia mais sem perspectiva, com a economia "reprimarizada", sem perspectiva para o futuro. Mas pouco importa, só há um projeto em curso, que é a campanha do Senador.

Aliás, anteontem, fazendo campanha em Goiânia, o Senador queixou-se, dizendo que a Presidente faz campanha. É uma coisa delirante. A sobriedade do ex-Governador precisa ser mais bem trabalhada; ele precisa cuidar um pouco mais daquilo que ingere, porque, fazendo campanha em Goiânia, queixa-se de antecipação de campanha, Deputado Hélio Gomes. Fazendo campanha e queixando-se de campanha. É Minas da contabilidade criativa, do choque de gestão, do déficit zero, do PIB da China, que, ainda assim, quebrou.

Vamos, então, para mais um empréstimo dos tantos que já foram aprovados aqui e que, de Aécio para cá, totalizam R$23.000.000.000,00. Se considerado o PIB, Minas Gerais é o 2º Estado mais endividado do Brasil. Se considerada a receita em relação à dívida, também é o 2º; e se considerada a participação relativa no PIB, Minas é o Estado mais endividado do País. Grande obra de Aécio Neves, e ele quer apresentá-la ao Brasil como um projeto para todo o País. Quem sabe quer transformar novamente o Brasil no País mais endividado, voltar ao FMI, voltar àquela condição mendicante na qual os tucanos deixaram o País? É isso que estamos vivendo aqui. Que os telespectadores da TV Assembleia não se assustem: as senhoras e os senhores não estão enganados, não é uma reprise, é mais um empréstimo, totalizando, como disse, R$23.000.000.000,00, que, somados aos mais de R$70.000.000.000,00 que o Estado já deve à União, totalizam quase R$100.000.000.000,00. É programado para quebrar depois do governo, porque a carência é até este governo. Isso quando chegar 2028, quando o decote da dívida deixa de ser 13% e passa para 25%. Então Minas Gerais pedirá falência, fechará as portas e entregará, quem sabe?, aos tucanos. Mas isso não os preocupa, porque a eleição ocorre antes, o projeto deles se materializa antes. Parabéns a V. Exa. Muito obrigado pela concessão do aparte.

O Deputado Rogério Correia* - Muito obrigado, Deputado Sávio Souza Cruz. Sempre profundo em suas análises, contribuiu muito para o debate. Deputado Sávio Souza Cruz, o comitê do Aécio, que tem as mesmas iniciais da Cidade Administrativa, CA, está a pleno vapor. Ontem, no encontro dos Prefeitos, custeado com verba pública, ele ganhou um reforço. O Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Vereador Léo Burguês, lançou publicamente Aécio Neves como candidato à Presidência da República. Ele disse que Aécio é a salvação do Brasil.

Deputado Sávio Souza Cruz, temos que dizer a verdade para o nosso povo. A postura do Senador Aécio Neves é corajosa. Preciso elogiá-lo, Deputado. Sei que V. Exa. não gosta que faça nenhum elogio a ele, mas preciso fazer esse. Agora, ele está assumindo, de fato, o que quer para o Brasil; não está mais escondendo Fernando Henrique Cardoso, que passou a ser seu espelho. O que ele quer para o Brasil é aquilo que Fernando Henrique fez. Então, ele está com Fernando Henrique para lá e para cá, já o trouxe aqui. Fernando Henrique Cardoso é o guru do Aécio. Deve estar sonhando com o FMI, aquele mesmo FMI para o qual 1.500.000 portugueses gritavam: "Fora já daqui!" Igual gritávamos: "Fora já, fora já daqui, FHC e FMI.'" E o Aécio quer voltar com o Fundo Monetário Internacional, com o Fernando Henrique. É o modelo mineiro. No Brasil era a dívida com o FMI, o endividamento e a venda das empresas.

Aqui não têm nem mais como vender, porque, infelizmente, 2/3 do capital da Cemig estão em poder de estrangeiros e da Andrade Gutierrez. O modelo de Minas está falido. Aliás, o Deputado Sávio Souza Cruz falou sobre o 22º PIB. Eu falei sobre isso ontem. É preciso dizer também que a segunda maior dívida pública do País é a do Estado de Minas Gerais.

Vejam bem o que é o Estado de Minas Gerais. Qual é a política do governo? Vou citar, mais uma vez, o exemplo da energia elétrica. O jornal "Hoje em Dia" publicou a seguinte matéria: "Alta dos preços perde força em fevereiro, em Belo Horizonte". Adivinhem o que contribuiu para essa redução de preços? A baixa da energia elétrica. A Presidenta Dilma acertou em cheio. Deputados Sávio Souza Cruz e Vanderlei Miranda, em Belo Horizonte houve deflação de 0,2% no mês de janeiro deste ano, impulsionada pela queda da energia. Devemos comemorar isso. A baixa da energia fomenta a industrialização, porque abaixa a conta de luz e os custos das empresas, além de diminuir o processo inflacionário e ajudar o povo mais pobre, que vai pagar menos. É uma questão muito bem pensada pela Presidenta Dilma em prol do Brasil. V. Exa. deve lembrar-se de que Aécio Neves e o PSDB ficaram contra essa medida, a fim de ficarem a favor da Andrade Gutierrez e das concessionárias. Então, o jornal "Hoje em Dia" está comemorando: "Alta dos preços perde força em fevereiro, em Belo Horizonte".

Como disse, houve deflação de 0,2%. É uma ótima notícia. O jornal "O Tempo" completa: "Cemig é acusada de maquiar dados que influenciam na tarifa". A Cemig quer aumentar em 10% a tarifa de energia elétrica. A denúncia de que a maquiagem existe não é do PT nem de entidades a ele ligadas. Pelo contrário, a Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia - Abrace - fez a denúncia de que a Cemig está maquiando dados para aumentar a tarifa de energia elétrica, na contramão do que está dando certo. Em Minas, vamos ter aumento de 10% na energia elétrica. Por quê? Como o Estado está falido, como Aécio Neves quebrou Minas, só pensam no valor do ICMS. Então, é preciso aumentar a conta de energia elétrica para que o governo arrecade mais ICMS, porque vive disso. Com esse ICMS maior, o governo vai pegando empréstimos e endividando o Estado. Assim, não está criando condições de desenvolvimento para o Brasil.

Muitas empresas estão saindo daqui. Ontem, li uma relação de empresas que saíram do nosso Estado: Belgo Mineira, Magnesita, Biscoitos Aymoré, Telemig Celular, Usiminas e mais recentemente Santa Amália; agora, houve a venda de 50% da Itambé. Em Minas vai haver aumento na tarifa de energia elétrica. A Presidenta Dilma abaixa, mas Aécio e Anastasia a aumentam. Não venham dizer que é a Aneel que aumenta a tarifa. A Aneel autoriza o aumento solicitado pela Cemig. Não venham dizer que agora a culpa é do governo federal. Não, a Dilma baixou a tarifa de energia elétrica, o pessoal está pagando menos, mas a Cemig quer o aumento.

Deputado André Quintão, ontem fiz uma proposta bastante clara para a Cemig reduzir a conta de luz em vez de aumentá-la. É muito simples, não precisa sequer desenhar para a Cemig entender. Sabe qual é a conta? Basta reduzir-se o ICMS, que é de 30%. Como é cobrado sobre o próprio ICMS, 42% da conta de luz é de taxa de ICMS. O que encarece a conta de luz é o ICMS.

Daqui a pouco vou conceder aparte ao Deputado Gustavo Valadares.

Sabe quanto São Paulo paga de ICMS? Treze por cento, e aqui são 30%. Não estou propondo baixar para 13% porque o Estado já está quebrado; o Aécio quebrou Minas e o Estado só sabe pedir dinheiro emprestado. Com essa quebradeira que está Minas, Anastasia está dizendo que vai reclamar da dívida. Diz ele que vai a Brasília reclamar da dívida e vai pedir mais dinheiro emprestado. Não entendo: vai reclamar da dívida e pedir mais dinheiro emprestado; vai endividar-se mais. Em São Paulo, o ICMS equivale a 13% - e digo isso para citar um Estado tucano. Em Minas Gerais, são 30%. Chega a 42% porque é um sobre o outro. Vamos colocar os 30%. Que proposta tenho para a Cemig? Para não impactar a conta de luz das nossas indústrias, para não impactar a conta de luz dos mineiros, proponho que se reduza no mesmo patamar que a Presidenta Dilma reduziu os encargos de energia elétrica. Faz-se o cálculo do quanto foi reduzido no patamar, diminuindo-se, portanto, o ICMS na conta de luz do Estado. Retira-se também o percentual de dividendos das grandes empresas, os dividendos que a Cemig passa para os acionistas. Hoje está passando no mínimo 50%. Ontem, a Andrade Gutierrez e os acionistas ganharam R$1.000.000.000,00 de dividendos. Se fosse na época do Itamar, que eram no máximo 25%, em vez de R$1.000.000.000,00 seriam R$500.000.000,00; em vez de R$3.300.000.000,00, acumulados da Andrade até o final do ano, seriam R$1.350.000.000,00. Vejam bem: se a Cemig passar os dividendos à metade do que hoje aplica para grandes empresas e, ao mesmo tempo, fosse reduzido o ICMS na mesma proporção que a Dilma fez com os encargos federais, teríamos condições de reduzir a conta de luz, o que será bom para toda Minas Gerais, para as indústrias, para o desenvolvimento do Estado. O governo precisa parar de pensar pequeno. Aumenta 10% na conta de luz, mas tira a indústria, tira o desenvolvimento, tira o crescimento do Estado. O que resta? Vender as empresas. Não há muito mais o que vender, porque pelo menos essa prerrogativa a Assembleia Legislativa tem. Não se pode mais fazer a venda completa da Cemig ou da Copasa. Assim, o governo irá pedir dinheiro emprestado, e é o que faz. Por isso, essa ladainha, essa repetição.

Como bem disse o Deputado Sávio Souza Cruz, viemos à tribuna, e o telespectador que nos assiste deve pensar que está passando repeteco, "replay" da TV Assembleia. Ele assiste o Pinduca bravo, e pensa que é repeteco. O telespectador pensa que é "replay", que é repetição da reunião anterior. Infelizmente não é, pois se trata de mais um pedido de empréstimo. São R$9.500.000.000,00 este ano e R$100.000.000.000,00 em dívidas. Somos o segundo Estado mais endividado e o 22º PIB do Brasil, vergonha nacional. E tome lei delegada; tome propaganda de Andrea Neves, a "Goebbels das Alterosas"; tome R$2.000.000.000,00 em publicidade; tome silêncio da imprensa; tome Tribunal de Contas a favor do governo; tome Ministério Público e Tribunal de Justiça; e se cala todo mundo. "Silêncio, Deputado. Não fale bobagem. O Aécio sabe o que faz, é o nosso Presidente." Léo Burguês o lança e ele fala que não está em campanha política, e por aí vai. Agradeço, Presidente. Iria conceder aparte ao nobre Deputado...

O Sr. Presidente – Com a palavra, para discutir, o Deputado Gustavo Valadares.

O Deputado Gustavo Valadares* - Serei bastante breve, mas tenho de responder ao Deputado Rogério Correia, que muito sabidamente não me concedeu aparte, porque sabia que seria desmentido.

Deputado Zé Maia, em relação às tarifas da Cemig, a cada cinco anos, a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel - promove uma revisão tarifária. Todas as concessionárias de energia elétrica no Brasil passam por essa revisão. Quem concede reajuste é a Aneel. A Cemig não tem nada a ver com o aumento de tarifa. Não foi e não será a Cemig responsável por esse aumento, ela apenas repassa à Aneel os dados do que perdeu ao longo dos últimos anos, desde a última revisão tarifária, para que a agência defina o valor

do reajuste, se for necessário. Deputado Leonídio Bouças, haverá reajuste por uma simples razão: o governo da Presidente Dilma, que se diz da área de energia elétrica, do setor energético, não planejou e não investiu em formas de geração de transmissão de energia mais baratas. Isso fez com que hoje, devido à pouca quantidade de chuva, tenhamos de usar as usinas termelétricas, que são muito caras. Deputado Lafayette, continuamos aguardando o quórum dos nobres pares. Por essa razão, o valor da tarifa será reajustado, por única e exclusivamente omissão e falta de planejamento da Presidente Dilma, que se dizia e se diz ligada ao setor energético brasileiro.

Mais uma vez, desta tribuna, quero desmentir a inverdade dita pelo Deputado Rogério Correia. A Cemig não tem nada a ver com esse aumento. É engraçado. Há um mês, Deputado Rômulo Viegas, quando foi anunciada a diminuição da conta de energia, tão propagada pela Presidente Dilma, ela aumentou o valor da gasolina. E não vejo ninguém do PT discutindo os lucros exorbitantes da Petrobras. Qual a razão disso? Quem aumentou a gasolina foi a Presidente Dilma, e ninguém discute o lucro da Petrobras. Era isso Presidente.

O Deputado André Quintão (em aparte)* – Ouvi as observações do Deputado Gustavo. No conteúdo, o Deputado Rogério Correia contemplou a visão do PT. Deputado Gustavo, quero lembrar-lhe apenas que, com a sua inteligência e análise crítica e, agora, com a entrada do Partido de V. Exa., o PSD, no governo, V. Exa. vai ter muita contribuição direta a dar. V. Exa. será de um partido irmão do governo da Presidente Dilma, que estará de braços abertos para receber tão importantes contribuições do partido de V. Exa., o PSD, que tem em V. Exa. uma das grandes expressões de Minas Gerais.

O Deputado Gustavo Valadares* – O meu recado partidário à Presidente Dilma foi dado nas eleições de Belo Horizonte, quando ela quis, junto ao Presidente estadual da legenda, entregar um presente, uma caixa vazia ao candidato Patrus. Entregou-a ao PSD, sem levar com ele o tempo de televisão. O meu recado foi dado claramente, Deputado André.

O Deputado Fred Costa (em aparte)* - Deputado Gustavo e nobres pares, estamos discutindo o projeto de empréstimo, como se fosse algo isolado de Minas Gerais. Quero lembrar aos nobres pares que, se fizermos uma análise dos 27 Estados, incluindo o Distrito Federal, nos últimos sete dias, três postulam empréstimo. Vários deles são da base de sustentação da Presidente Dilma. Ontem iniciou-se na Assembleia do Rio de Janeiro uma discussão para o empréstimo de R$750.000.000,00 para os eventos esportivos que se aproximam. No Maranhão, foram R$1.500.000.000,00. Há ainda as operações de crédito fomentadas e estimuladas pelo governo federal. Ontem, no Senado, houve o início da discussão para se inviabilizarem R$337.000.000,00 ao Paraná.

Portanto, fazer a discussão sobre o mérito nesta Casa é inconteste. Não acredito que nenhum Deputado Estadual seja contrário a investimentos na saúde, na educação ou no Programa Caminhos de Minas. Se fosse contra seria um suicídio, pois todos nós estamos submetendo nossas vidas a essas rodovias, sobretudo as federais, que estão ainda piores que as do Estado de Minas. A discussão tem de ser muito maior. Está na hora de nos unirmos para cobrar do governo federal que reúna sua base no Congresso Nacional para discutir a reforma tributária. Enquanto o bolo tributário estiver concentrado na União, os 26 Estados da Federação e o Distrito Federal estarão com o pires na mão.

Todas as Prefeituras, desde a de São Paulo, que é a que mais arrecada no Brasil, até as pequenas, estão na mesma situação. Querem um exemplo maior que o que aconteceu com Haddad, quando assumiu a Prefeitura de São Paulo? Seu primeiro ato foi pedir bênção para a Dilma. Ao invés de agradecer aos que lhe deram a eleição, foi pedir a renegociação da dívida. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas, na pessoa de seu Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, e de todos os seus outros 76 Deputados, está de parabéns. Temos de renegociar a dívida, pois ela é inviável. O Governador Antonio Anastasia e seu antecessor, Aécio Neves, estão de parabéns pela organização e exemplo de gestão pública, o que possibilita ao Estado de Minas pleitear empréstimos. Numa relação extremamente paradoxal, no momento em que nosso povo sofre com fome, sofre com a situação das rodovias e com a falta de saúde, quero lembrar aos nobres pares que, até 2011, o governo federal emprestou ou doou R$61.000.000.000,00 para outros países, incluindo três ditaduras: Líbia, Síria e Irã. Esse valor é muito maior que o emprestado aos Estados, algo que considero lamentável. Portanto, sou completamente favorável ao empréstimo.

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarqüínio) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Sávio Souza Cruz.

O Deputado Sávio Souza Cruz* – Sras. Deputadas e Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, em primeiro lugar gostaria de tranquilizar o Deputado Adelmo Carneiro Leão. Não sei se ele poderá fazer uso da palavra, mas terei o maior prazer em conceder-lhe aparte durante minha fala. O Deputado Fred Costa, que me antecedeu, disse que não é somente Minas que faz empréstimo. É claro que não. Todos os dias, diversos entes federativos do Brasil, Municípios e Estados, contraem empréstimos, como também particulares o fazem. Curioso é justamente o caso de Minas, que tem choque de gestão, déficit zero, PIB da China, mas totaliza agora R$23.000.000.000,00 em novos empréstimos, sempre programados para serem pagos no próximo governo. Isso é curioso e precisa ser levado ao conhecimento dos mineiros.

O Estado recebido por Aécio Neves, com uma dívida de R$20.000.000.000,00, tem hoje uma dívida de R$100.000.000.000,00. De 2003 a 2010, Deputado Fred Costa, Minas Gerais foi o Estado que mais se endividou no Brasil. De 2003 a 2010, período dos dois governos de Aécio Neves, propagandeava-se no Brasil o déficit zero, o choque de gestão, o Minas Avança, o Minas na Vanguarda. Mas a realidade é que avança na vanguarda dos empréstimos, no endividamento, rumo ao abismo, rumo à quebradeira. Essa é a realidade dos números.

Minas Gerais, que se apresentava como modelo para o Brasil, não logrou, durante os dois governos Aécio Neves, Deputado Cabo Júlio, sequer crescer no ritmo do Brasil. De 2003 a 2010, no "ranking" do crescimento do PIB entre os Estados brasileiros, Minas Gerais ficou em um ridículo 22º lugar, mesmo sendo o que mais se endividava. Durante oito anos, o nosso Estado é o que mais se endivida e fica em 22º lugar no crescimento do PIB, abaixo da média do País. Mas na propaganda, a realidade é outra; na propaganda, a Minas é outra. Alguém disse que todos gostaríamos de morar nas propagandas de Minas, porque lá somos uma espécie de filial do paraíso, um oásis, onde tudo vai bem, onde as coisas acontecem às mil maravilhas. Minas dá o caminho, Minas dá o rumo, Minas avança.

Vamos área por área. Na saúde, há 10 anos os tucanos não cumprem a Constituição e não investem o mínimo constitucional. Em 2003, não investiu; em 2004, não; 2005, não; 2006, não; 2007, não; 2008, não; e 2009, 2010, 2011, 2012, não. Não se cumpriu o mínimo constitucional em saúde. Consequências: recorde no número de casos de dengue, corpos no chão do IML, doentes nos corredores dos hospitais públicos, falta de salário e de carreira aos servidores.

E na educação? Em Minas, após 40 anos, voltamos às turmas multisseriadas. O que é isso? É uma coisa tão antiga, tão anacrônica, sobretudo para os mais jovens, para a geração do Deputado Fred Costa que, quando nos vê pela TV Assembleia, deve indagar o que é turma multisseriada. É o seguinte: algum iluminado do choque de gestão decidiu que as salas não podem ter menos de 40 alunos. Mas e se só houver apenas 15 alunos na 2ª série? Põem-nos na 3ª série, põem-nos na 4ª série; socam-nos na 5ª série; entulham-nos na 6ª série. Mas põem-se 40 alunos dentro de cada sala, porque haverá um professor a menos e sobra dinheiro para pagar o Milton Gonçalves e ele fazer a propaganda da educação. Não é importante que a educação esteja boa na sala de aula: ela tem de estar boa na televisão, no jornal, na rádio; lá ela tem de estar bonita. O Milton Gonçalves, sentado, e as crianças lindas, correndo, abraçando-se. E na sala de aula? Não há quadro, não há professor ou merenda, mas há turma multisseriada.

Vi que nesses 10 anos, o mínimo constitucional a ser investido em educação também não foi cumprido. Vamos repetir? Em 2003, não; 2004, não; 2005, não; 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, não. Saúde? Educação? Dinheiro para médico tratar de doentes, de gente pobre? Escola para menino de periferia, carente? Não. Que bobagem! Tem de dar dinheiro para a Andrea fazer propaganda; dar dinheiro para a Andrea fazer a campanha do Aécio! É isso que conta; só isso se conta em Minas; esse é o único projeto no CA, Comitê do Aécio, Cidade Administrativa. Vamos tratar da educação? Não. Deixa essa bobagem para lá, vamos tratar da propaganda. E como são boas as propagandas de Minas! Na propaganda, a educação de Minas é fantástica. Até eu fiquei com vontade de correr e abraçar o Milton Gonçalves.

E a saúde em Minas? Estamos combatendo o mosquito. Eta mosquito danado! Recorde: são 45 mil casos de dengue no Estado.

E na segurança? Vamos maquiar as ocorrências porque, para combater a criminalidade, tem de se gastar dinheiro com segurança. E queremos gastá-lo na propaganda. Maquia-se a estatística, e a segurança apresenta bons números. Constrói-se uma estatística para fins de "marketing". A segurança é tratada na televisão dessa forma, assim como a educação. Esses temas são divulgados por meio da televisão, do rádio, dos textos de jornal. O mesmo ocorre à saúde. Mas o resultado final, quando se vai aferir os números de Minas, é essa tragédia: 22º crescimento do PIB, maior endividamento, segunda pior relação dívida-PIB, segunda pior relação receita-PIB, pior relação entre participação no PIB e a dívida.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Sávio Souza Cruz, o pior é que a receita do governo para tentar sair desse imbróglio, em que ele próprio se meteu com essa política de endividamento, venda de empresas, com essa política que chamamos de neoliberal, é aprofundar a crise. Qual a receita do governo para sair desse imbróglio? Aumentar a conta de luz. Na contramão do Brasil que a abaixa, a Cemig quer aumentá-la em mais 10%. Isso porque arrecadaria para o ICMS, obtendo um dinheirinho a mais para fazer propaganda. E nesse caso, agrada, também, à Andrade Gutierrez e, portanto, melhora as condições de campanha política. Portanto, a solução é aumentar o ICMS, e não há problema se as empresas vão embora, tais como biscoitos Aymoré - há outros biscoitos e não se precisa dela. O mesmo em relação à Itambé, em que 50% vai embora, a Belgo Mineira, a Magnesita, a Telemig Celular, a Usiminas. Podem ir embora.

Eu analiso o Estado de Minas e não posso dizer se os outros Estados estão em condições de empréstimo. Mas aqui, nessas condições, aumentando conta de luz e pedindo empréstimos não iremos a lugar algum. Minas vai se afundar cada vez mais. Essa é a solução que o governo apresenta: pedir empréstimo, aumentar a conta de luz para arrecadar mais ICMS e vender empresas.

Falando somente dos bancos que Minas Gerais perdeu ou foram vendidos, tivemos o Nacional, o Progresso, o Bemge, o Banco Mineiro, a MinasCaixa, a Agrimisa, o Credireal, o Milbanco, e o Minas Brasil Seguros. Todas essas instituições nós as perdemos em Minas Gerais; ou foram privatizadas ou foram embora. E ainda perdemos o comando decisório da Telemig, da Açominas, tudo no processo de privatização. Essa política deu errado, levou Minas Gerais ao estado em que se encontra. Resta ao governo as propagandas, ora o Milton Gonçalves, ora a Débora Falabella, atores aos quais o governo paga cachês altíssimos para falar da Minas da fantasia, como disse V. Exa.

Apenas gostaria de dizer que os Estados – é claro – podem endividar-se, mas de forma responsável, e não dessa maneira perigosa, como faz Minas Gerais. Esse é um retrato do que Fernando Henrique fez para o Brasil. Por isso, Aécio Neves agora anda com Fernando Henrique a tiracolo; ele, de um lado, e o Léo Burguês, de outro. E ele dizendo: eu farei do Brasil aquilo que FHC fez no passado... volta FMI! Deve ser essa a campanha do Aécio Neves.

O Deputado Sávio Souza Cruz* – Antes de conceder um aparte ao Deputado André Quintão, gostaria de dizer que o "cast" global das propagandas de Minas é de primeira linha: Débora Falabella, Fernanda Montenegro, Milton Gonçalves. A Minas da propaganda, essa está bem demais, essa não tem problemas. Mas a Minas real, como disse o Deputado Rogério Correia, é a que pratica as mais altas alíquotas de ICMS; é uma Minas que reprimariza a sua economia, que já teve 30% de seu PIB oriundo de indústrias, e hoje voltamos a menos de 14%.

É a Minas que, embora tenha 10,5% da população do País, só tem 9,1% do PIB; ou seja, na média, os mineiros são 15% mais pobres que os brasileiros. E, se temos apenas 9,1% do PIB, já respondemos por 16% da dívida. Quer dizer, somos 15% mais pobres que o Brasil e 50% mais endividados.

É essa a grande obra dos tucanos em Minas Gerais. Mas isso não é importante. O que acontece com os mineiros, o que acontece com a Minas real não vale nada, porque a Minas da mídia, a Minas do "marketing", esse "case" de "marketing" político em que se transformou o governo de Minas nos últimos 10 anos, vai bem demais. Criaram até o que chamo de contabilidade criativa, para instituir o déficit zero e até um superávit no ano passado. Pode ter superávit um Estado que investiu menos que contraiu empréstimo? Onde? Em qual escola aprenderam isso? Na escola da mentira, da desfaçatez, do diversionismo, do desrespeito ao erário. Nessa escola pode.

O Deputado André Quintão (em aparte)* – Parabenizo-o, Deputado Sávio Souza Cruz, por explicitar os graves problemas de Minas Gerais e não quero estender-me no tempo, para V. Exa. retomar seu pronunciamento. Quero me reportar à questão das PPPs, que também foram divulgadas com uma panaceia, resolveriam todos os problemas de Minas Gerais. A PPP da MG-050, vencida pelo consórcio Nascentes das Gerais, deve ter um dos pedágios mais caros do Brasil, quase quatro vezes mais que os pedágios licitados das concessões das rodovias federais no governo Lula e Dilma. Uma concessão com o cronograma absolutamente atrasado, em que não se tem duplicação de via - há melhorias que se arrastam ao longo dos anos. Quem percorre esse trecho da MG-050 sabe da perversidade em relação a quem frequenta aquela rodovia.

Agora, mais recentemente, a PPP do Mineirão. Aquela vergonha! No primeiro jogo faltou tudo, até água. Onde já se viu, numa tarde quente como aquela, com milhares de pessoas presentes? E com esse discurso de que a iniciativa privada resolve tudo, tem competência, tem gestão. Faltou água, Deputado Rogério Correia! Mas aí veio a desculpa: aquele era a estreia, um jogo atípico, um clássico, é assim mesmo, nos próximos vai melhorar. Nesse final de semana, Cruzeiro e Tombense. Não estamos falando de Inglaterra e Brasil, mas de Cruzeiro e Tombense. Oito mil torcedores, muitos pais de família que vieram do interior com seus filhos, para frequentar o Mineirão, para levar sua criança a um jogo talvez mais tranquilo, não conseguiram ingresso, Deputado Sávio Souza Cruz. Lá existem 60 bilheterias e disponibilizaram apenas 12. Por quê? Menos bilheteria, menos funcionário, mais lucro para o consórcio. Quem paga o preço? Nem ovo estão colocando no tropeiro! É menos ovo, menos qualidade no tropeiro. Corte, contingenciamento do tropeiro. Estão contingenciando o tropeiro. Isso não é brincadeira, se imaginarmos que 8 mil pais de família se deslocaram do interior. O Mineirão é patrimônio do Estado. Não podem fazer com o Mineirão o que andam fazendo. Isso é uma insanidade, poderia gerar até tumulto, confusão, brigas.

Queria que V. Exa. também abordasse esse assunto, porque me parece que esse modelo de gestão precisa ser questionado. Uma PPP, um consórcio que não consegue vender ingresso para uma previsão de público estimada!

São contas de uma matemática básica: o preço de venda por pessoa, o número de pessoas estimadas e o número de bilheterias que precisam ser abertas durante um período. Até uma criança do ensino fundamental faz essa conta. São tantas pessoas e gastam-se tantos minutos para vender ingresso. Em tantas horas quantas pessoas precisam estar nesses postos? É uma vergonha, é um atestado de incompetência. O próprio governo do Estado já teve, nos seus órgãos estaduais, pessoas muito mais competentes nessa área. Agora, estão com essa conversa de que PPP resolve tudo. Não resolveu a MG-50, não está resolvendo o Mineirão e agora estão falando em PPP de gestão de resíduo sólido para tomar os materiais recicláveis dos catadores, que fazem esse trabalho há anos, para passar para a iniciativa privada incinerar.

Temos que ficar atentos, Deputado. O pronunciamento de V. Exa. abre os olhos de muita gente para essa realidade, que não é essa ilha da fantasia como muitos acreditam. Muito obrigado.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Muito obrigado pelo aparte, Deputado André Quintão. PPP em Minas Gerais deve significar que, se é público, pode pegar. Mas pode significar também o povo paga o pato. São três PPPs. Uma é a da MG-50, toda esburacada, com um alto pedágio. A outra é a Minas Arena, onde deram um choque de gestão até no tropeiro. Tiraram o feijão. Se pode fazer um tropeiro só com farinha, para que vamos colocar feijão? Somos modernos, cortamos o feijão para dar mais lucro. Torresmo? Para que torresmo? É só colocar um pedaço de tofu, que é mais barato, é mais moderno. Choque de gestão no tropeiro do Mineirão! Além de tudo, e o mais grave, é que são R$3.700.000,00 de lucro garantido para o consórcio de três empreiteiras. E nenhuma delas com experiência pretérita em gestão esportiva. Isso é capitalismo sem risco, com lucro garantido pelo erário, com lucro garantido aos amigos de Aécio.

A outra PPP, Deputado André Quintão, é a penitenciária. São R$2.700,00 pagos, por mês, por preso. Isso significa que em Minas Gerais cada preso vale 2,2 professores, porque somos modernos e o particular que for gerenciar essa penitenciária terá que ter lucro. Então, um preso em Minas Gerais custa 2,2 professores. Choque de gestão, PPP! São três PPPs que competem entre si para ver qual a mais indecente.

O Deputado Cabo Júlio (em aparte)* - V. Exa. é um especialista em fazer essa análise entre a Minas real e a Minas que vemos pela televisão. Vou ater-me a um subitem do discurso de V. Exa., que é segurança pública. Pela propaganda está tudo muito bem. Mas eu faço um desafio a todas as pessoas que nos assistem pela TV Assembleia. Eu queria que um morador de uma cidade ou de um bairro em Belo Horizonte dissesse que se sente mais seguro. Não tem como alguém dizer isso e explico o porquê. Primeiro, não se investe em segurança tanto quanto dizem por aí. Todas as unidades de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais estão com falta de policiais. As delegacias, então, nem se fala. O hospital da Polícia Civil, que não é um hospital, é um ambulatório num fundo de um prédio, não existe. E o discurso do governo é demonstrar às pessoas a sensação de segurança, mas a sensação de segurança é diferente de ter segurança. Fico triste porque o dinheiro que se gasta em publicidade, e não é pouco, é maior do que a maioria dos orçamentos das cidades de Minas.

Costumo dizer que sou policial, mas estou parlamentar. E essa não é a realidade. A realidade é diferente. E não vou falar nem de bombeiro. Para V. Exa. ter ideia, há cidades em que o bombeiro mais próximo está a 200km, ou seja, se houver um incêndio ou algum acidente, vão lá apenas buscar as cinzas. Essa é a segurança da realidade; essa é a Minas da realidade. Ao ver televisão e assistir a determinadas propagandas, fico me perguntando se sou lunático, se sou doente mental, se moro realmente na Minas Gerais da televisão. Será que essa é a realidade da segurança pública que represento? E penso que estou no lugar errado, que represento a classe no Piauí, no Maranhão, porque a Minas Gerais que vejo não é bem essa.

Deixo aqui a minha análise para dizer que a realidade é bem outra. Eu gostaria que se propagasse menos e se fizesse mais pela segurança. Assim certamente não daríamos sensação de segurança para a sociedade, mas daríamos segurança de verdade. Muito obrigado.

O Deputado Sávio Souza Cruz* – Agradeço ao Deputado Cabo Júlio. Esta Casa, Deputado Zé Maia, é muito visitada pelo povo de maneira geral, mas os administradores públicos municipais, Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores também vêm muito aqui. Quero fazer uma reflexão sobretudo com esses agentes políticos municipais.

Que Estado é esse que tem choque de gestão, mas que, se o Prefeito não pagar a gasolina da Polícia Militar, a cidade fica sem viatura? Se o Prefeito não pagar a troca do pneu da viatura, ela dá baixa? Se não pagar o aluguel, não tem IEF, IMA, Emater nem porcaria alguma? Se não pagar papel higiênico, a delegacia fica sem? Que Estado é esse? Que choque de gestão é esse? Que organização é essa? Que modelo é esse? A Sedese vai fazer agora uma propaganda assim: Delegado de Polícia, use com moderação. Os Delegados passam em algumas cidades de 15 em 15 dias; eles vão andando pelas cidades e ficam um dia em uma, outro em outra, depois em outra, e assim por diante; e gastam 15 dias para voltar. Pode haver segurança onde há Delegado itinerante?

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - Agradeço a V. Exa.

Já que, na discussão do projeto, ninguém falou nada do projeto, Deputado Sávio, gostaria de falar sobre outro "p", o da Petrobras. Tivemos um projeto do governo que V. Exa. apoia - é do partido de V. Exa. o Vice-Presidente da República -; projeto de eleger Governador da Bahia o Sr. Sérgio Gabrielli. Primeiro, quebraram a Petrobras, perderam-se mais de 50% do valor, e tiraram o polo acrílico de Ibirité, Deputado Hely Tarqüínio, para levá-lo para a Bahia. Tiraram-no de Minas para eleger o Sr. Sérgio Gabrielli Governador da Bahia. O Presidente Lula deu um incentivo fiscal para Pernambuco, seu Estado de origem, e perdemos uma ampliação da fábrica da Fiat, que poderia ser feita aqui. Levaram-na para Pernambuco, tiraram-na dos mineiros. Esse é o partido que V. Exa. apoia. Roubaram Minas, além dos juros da dívida. Não estamos discutindo a dívida, mas os juros, que são um assalto ao povo mineiro.

O pior, Deputado, é que o partido que V. Exa. apoia é o partido do mensalão, que comprou os Deputados no Congresso Nacional. Os Deputados representam o povo, mas compraram a consciência do povo brasileiro com dinheiro público. Eles já foram condenados pelo Supremo Tribunal Federal, já não há apelação - isso é verdade, não há discussão. Eles foram condenados inapelavelmente por comprar Deputados e a consciência do povo brasileiro. É esse o time que V. Exa. apoia, Deputado. Nunca antes na história deste país isso aconteceu. Já vivemos muitos problemas - Collor, corrupção -, mas comprar o Congresso Nacional foi o mais ousado projeto de poder deste país.

E o partido de V. Exa. ocupa a Vice-Presidência desste governo que V. Exa. apoia e que comprou a consciência do povo e o último pilar da democracia. Aliás, vocês querem calar a imprensa. Queriam o terceiro mandato para o Lula, mas não houve clima. O último pilar da democracia e o mais importante é o Parlamento, e vocês o compraram. Isso não é dito por mim, mas pela ampla maioria da mais alta Corte de Justiça deste país, por Ministros nomeados até pelo governo de V. Exa. Disseram que eles compraram o povo, o Congresso Nacional, as reformas, as votações, tudo isso com o dinheiro do povo. E vem V. Exa. falar de moralidade, de honestidade, de negociata, de PPP?

Vocês deveriam conversar com o povo do Sul de Minas, que passa pela MG-050. Todos estão satisfeitos com a rodovia. No Minas Arena, pode haver problemas de água, o que é uma bobagem, mas foi feita uma ampla reforma sem usar dinheiro público. Esse é um exemplo para o Brasil. Aliás, o governo federal deveria fazer as PPPs e as privatizações para duplicar as rodovias, como a BR-381, onde, certamente, agora está morrendo alguém. Se vocês a tivessem privatizado ou delegado para a iniciativa privada, a situação estaria diferente. Já que não conseguem fazer mesmo, passem para a iniciativa privada: o metrô de Belo Horizonte, o Anel Rodoviário, a BR-040, a BR-153. Era isso que deveriam fazer, e não comprar o Congresso Nacional, a consciência do povo brasileiro. Esse é o mais triste episódio da política brasileira, e a história haverá de registrá-lo. Muito obrigado, Deputado.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Agradeço ao Deputado Zé Maia, mas confesso que me frustrei, pois ele começou falando sobre o projeto, e pensei que falaríamos do empréstimo. Mas, quando se trata de mensalão, aí tenho de admitir: Minas na vanguarda, Minas na frente, Minas dá o caminho.

Ouvi seu aparte, Deputado Zé Maia, e penso que posso concluir meu pronunciamento. Minas deu o caminho. Seu partido, o Eduardo Azeredo foi quem inventou esse mecanismo de tirar dinheiro público por meio das empresas de publicidade. Os primeiros túneis do "valerioduto" foram construídos em Minas. Os tucanos conceberam, projetaram e construíram os primeiros túneis. Aqui se inventou a fórmula. Nisso, hei de concordar: Minas deu o caminho, e foram os tucanos. Só não foram julgados ainda, o que é uma curiosidade, já que é um evento ocorrido cinco anos antes. Mas se aguarda candidamente, dormindo no Supremo, o seu julgamento para que a opinião pública tenha escancarada a origem desse perverso mecanismo, que, se lá já foi punido, aqui ainda adormece debaixo do tapete, com seus criadores posando de vestais pelo Estado afora.

Isso, sim, temos de esperar, Deputado Zé Maia. Vou-me ombrear com V. Exa.: quero ver penalizados e punidos todos que cometeram esse tipo de desvio - mas quero insistir: todos, todos. Não vamos ficar demonizando um lado enquanto o outro foi quem criou o mecanismo. Hoje está demonstrado, à exaustão, que esse processo nasceu em Minas, tem pai e mãe: Eduardo Azeredo e PSDB. O mensalão surgiu em Minas Gerais. Nisso, sim, Minas Gerais, infelizmente, deu o caminho errado. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Começarei, Sr. Presidente, pelo fim da fala do Deputado Sávio Souza Cruz e pela ação do Deputado Zé Maia. Aliás, sugerirei ao Deputado Zé Maia que vá ao Supremo Tribunal Federal, como advogado, e analise os documentos apresentados, até os enviados pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, fruto de uma audiência pública que fizemos aqui. Neles, incluímos a lista de Furnas: as gravações, as falas, o comportamento dos vossos companheiros.

Não posso permitir que V. Exa. venha a esta Assembleia tratar dessa questão, fazendo acusações dessa dimensão, como se nós fôssemos os culpados, ou em vista das condenações do Supremo, sabendo o que nós sabemos. Pode baixar a bola, Deputado, que a situação neste Estado é muito grave, e seus companheiros também têm grande envolvimento nisso. Rogério, ontem eu ouvi de um advogado que, se estivéssemos em um país que utilizasse a justiça com mais seriedade e onde eventualmente existisse pena de morte, muitas dessas pessoas que ainda não foram julgadas pelo Supremo estariam no corredor da morte. Mas não aprovo isso; em nenhuma circunstância, sou favorável à pena de morte neste país. A situação é muito grave, Deputado Zé Maia; por isso não é possível que V. Exas. venham aqui fazer acusações dessa natureza.

Considero a existência de muitos erros que precisam ser corrigidos. Todos nós cometemos muitos erros. Precisamos corrigi-los. Estamos num processo evolutivo, civilizatório; a democracia do nosso país é muito tímida, incompleta; estamos num processo de

construção e existem erros e acertos. Há acertos no seu governo também, mas não posso admitir que alguém suba aqui para falar da Petrobras, do governo da Dilma e dos erros que cometemos, especialmente com o passado que vocês têm. A situação é muito séria e espero, como nas palavras de São Paulo, que ao final dos tempos prevaleça o amor, a verdade. E a verdade está escondida numa propaganda sem fim neste Estado. Sofismas, sofismas e mais sofismas, e precisamos resolver esses problemas.

Vou tratar aqui também da questão da dívida. Ouço aqui, todos os dias, a conversa segundo a qual o Estado, o governo, enfim, ninguém foi culpado disso. Há responsáveis. Estou propondo, há muito tempo, uma ação com o objetivo de auditarmos a dívida com a Cemig, a dívida com a União, porém não há acolhimento por parte daquele que professa ou estabelece as relações, ou seja, o governo que V. Exa. representa. Dizem que não foram responsáveis, que fizeram o melhor negócio. Qual foi o melhor negócio que vocês fizeram? Esse é o problema. Naquele tempo, eventualmente talvez tenha sido o melhor negócio. Mas vocês projetaram o melhor negócio daquele tempo para o futuro, que agora compromete e dificulta a negociação? Não há uma cláusula sequer no acordo feito pelos tucanos que trate da renegociação da dívida, da revisão da dívida, da alteração do contrato. O que está no contrato obstrui, impede. O melhor negócio que vocês fizeram naquele tempo comprometeu o tempo de hoje e o futuro. Está escrito lá, está no contrato, está nos convênios que vocês fizeram; tudo isso resultou na entrega da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais e do Bemge e nas falcatruas que estão lá declaradas, gravadas.

Penso que o Deputado Rogério tem muitas informações para passar a V. Exa. sobre a lista de Furnas, informando quem a fez, com documentos, informações comprovadas, registradas em cartório, com reconhecimento de firma, reconhecidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. Precisamos saber qual é a dívida. Foi o melhor negócio que vocês fizeram, com a participação do ex-Governador, com a participação, aliás, do Governador Itamar Franco, que tem o lado bom, mas também tem o lado ruim. Não estou aqui para preservar pessoas, mas para discutir a política de Estado que compromete ou melhora a política do Estado. E o que fez o Governador Aécio Neves no passado? O pior acordo que existe é o da Cemig, por diversos motivos. Quanto aos juros, é o pior acordo, pois os juros são os mais altos. Não é com a União, mas com a Cemig, assinado pelo Governador Aécio Neves. As correções, a entrega da Cemig, caso não haja pagamento, as multas que são cobradas e os pagamentos que não foram feitos.

Só para V. Exa. ter uma ideia, somados a multa e os juros, o valor dos juros passa de 20%, Deputado Elismar Prado. A mora, somada aos juros de 8,15%, eleva o valor para 20% de juros ao ano, e ninguém fala nada. Não discutem e não fazem auditoria. É uma contradição.

Quando a Petrobras reduziu o ganho, todos fizeram discurso de que o governo federal estaria comprometendo a Petrobras, e hoje ouvi um discurso de um parlamentar colega nosso que dizia que a Petrobras está ganhando muito. Ou seja, Deputado, na realidade o que o governo fez - e que reduziu o ganho da Petrobras - foi exatamente assegurar um preço razoável da gasolina para sustentar uma política de equilíbrio do País. É isso o que foi feito. O problema é que a Petrobras ganhou menos, mas ela não está inadimplente por causa disso.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Mas eu não disse que ela estava inadimplente. V. Exa. me entendeu mal.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Não, entendi corretamente. V. Exa. é bem didático. V. Exa. disse que a Petrobras agora está ganhando muito, e estou falando exatamente dessa contradição. Alguns dizem que ela ganha muito, e outros dizem que ela está em prejuízo.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Vou lhe dizer qual foi a contradição levantada por mim. O engraçado é que o PT em Minas gosta de propagandear a questão da Cemig com seus altos lucros e o porquê de ela estar aumentando o preço da energia. Entretanto, ao mesmo tempo, jamais ouvi, neste Plenário, de qualquer membro do PT, algum questionamento contra o aumento dos combustíveis, se comparado com o faturamento da Petrobras, que já foi muito melhor do que é hoje. Mas essa é outra discussão para ser feita em outro momento, em outro embate político. A gestão atual da Petrobras está completamente equivocada, mas - volto a dizer - este não é o momento de se fazer essa discussão.

Quis apenas demonstrar a contradição existente entre a Cemig e a Petrobras. Dizem que, se a Cemig está lucrando muito, não pode haver aumento na tarifa da energia; porém, por outro lado, não dizem que, se a Petrobras também lucra muito, o preço do seu combustível não pode subir. Essa foi a contradição, apenas isso.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Exatamente. Estou tratando da contradição do conteúdo da dialética da própria estrutura que V. Exa. também compõe e representa. Alguns estão dizendo que a Petrobras está ganhando demais, e outros vêm aqui para dizer que a Petrobras está quebrando, porque o governo não aumenta o preço do combustível. É isso o que está sendo dito.

Em relação à Cemig, estamos dizendo que ela já lucrou o suficiente. Existe todo um histórico de ganho da Cemig, em que os investimentos feitos foram recobrados. A decisão do governo federal para abaixar o valor da energia é porque a Cemig já ganhou o suficiente, ela não precisa lucrar mais. Entretanto, a Cemig insistiu em ter ganhos sucessivos sem rever o que as outras empresas e instituições elétricas produziram. Essa é a contradição. Queremos que a Cemig tenha condição de prestar um bom serviço para Minas Gerais, porque isso é importante, mas o que estamos tentando mostrar é que a Cemig tem um crédito indevido com o governo de Minas Gerais, em virtude do acordo feito no passado, que sacrifica por demais o Estado em favor da Cemig.

Faço parte dessa discussão e concordo com a análise de que é necessário revermos a dívida do Estado com a União. É preciso que a União reveja conosco e refaça a negociação considerando os juros de 7,5% e o índice de correção - IGP-DI. É preciso fazer isso. Mas, no caso da Cemig, o problema é ainda pior. A relação entre o Estado e a União é uma relação entre entes federados da República, e a relação entre o Estado e a Cemig não é uma relação entre entes públicos no seu inteiro teor. É exatamente isso que os Deputados Elismar Prado e Rogério Correia têm dito. Está demonstrado que a Cemig já não é a nossa Cemig, a Cemig do povo de Minas; a Cemig é da Andrade Gutierrez ou das empresas privadas. Dessa forma, não há sentido em se estabelecer uma relação tão generosa para, depois, o lucro ser distribuído para a iniciativa privada.

Isso é inconcebível. É isso que estamos falando aqui, com muita clareza. Está absolutamente claro. Quem não quer entender? Por que não querem entender isso? Por que não fazem uma auditoria dessa dívida para saber como ela foi formada e a causa desses valores?

Essa é a questão colocada. Estamos estudando essa situação para encontrar uma solução que não pode ter pesos e medidas diferentes. O resultado que queremos buscar é garantir uma melhor condição de vida para o povo de Minas e o povo brasileiro.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - Deputado Adelmo Carneiro Leão, agradeço e cumprimento V. Exa. pelo equilíbrio das suas palavras. Nem sempre, dessa tribuna, as pessoas fazem uma discussão honesta; relativizam, coisa que V. Exa. não faz. Então, cumprimento V. Exa. pelo alto nível do debate.

Quero dizer, Deputado Adelmo Carneiro Leão, que V. Exa. iniciou dizendo que vim aqui atacar, que eu tinha de tomar cuidado, porque o PSDB tem muitos problemas e tudo. Digo a V. Exa. que nunca inciei atacando as pessoas. Não é da minha alma atacar ninguém. Porém, quando o faço, é na defesa de alguém ou de algo. Na verdade, ouvimos aqui uma hora de ataques ao governo e ao PSDB. Vim aqui apenas, às vezes, atacar também, mas foi na defesa de alguém. Quero deixar isso muito claro. Jamais V. Exa. verá em mim o início do ataque. Contudo, talvez na defesa, terei de atacar para defender as pessoas que julgo que o mereçam.

No ponto da dívida dos Estados com o governo federal, há uma grande convergência - e não há aí a questão da partidarização. Há a real necessidade de renegociação. Na época, em 1997 e 1998, houve uma negociação melhor. Não posso dizer que foi boa, mas pelo menos foi melhor que a que havia anteriormente. O Brasil mudou, as coisas mudaram, as taxas de juros mudaram, e precisamos mudar essa relação. A única crítica que faço, Deputado Adelmo Carneiro Leão, é que o governo federal está demorando demais a tomar a iniciativa. Em dezembro, houve a notícia de que baixariam uma medida provisória para mudar e melhorar a situação dos Estados. Não digo melhorar, mas colocar a coisa de forma mais honesta. O que estão cobrando é um absurdo. No caso de Minas, são pagos R$4.000.000.000,00, R$5.000.000.000,00 por ano, e, mesmo assim, a dívida aumenta. Isso é impossível. Há que se ter honestidade nessa negociação, não honestidade de partidos, mas do ente federal com os entes estaduais. Deve haver uma justa negociação que dê condição de os Estados investirem em saúde e em educação. Não há boa vontade do governo; não há celeridade em se resolver algo que está sufocando o povo. O nosso apelo – e penso que esse também é o de V. Exa. - não é para mencionar o culpado ou o que já passou, mas para que tenhamos agilidade em uma negociação para facilitar a vida dos Estados, do povo brasileiro que mora nos Estados. O governo precisa agir e dizer qual é a sua proposta. Disseram que baixariam uma medida provisória. Baixada, a medida provisória passa a valer imediatamente. Então, vamos cobrar do governo: tenham piedade do povo, porque, em vez de investir, estamos pagando juros não para o governo, mas para o mercado. Há que se ter boa vontade do governo federal para uma rápida solução do problema dos juros e da correção monetária da dívida dos Estados com o governo federal.

Há um último ponto, Deputado Adelmo Carneiro Leão: acho que V. Exa. não devia mexer nesse assunto de lista de Furnas; ele é muito ruim talvez não para V. Exa. Já fui chamado para assinar documentos aqui que cassariam Deputados e disse que não era desse time. Não sou do caça às bruxas, mas esse assunto é muito grave e sério. V. Exa. é um homem muito bem-informado e deve ter visto laudos da Polícia Federal, gravações telefônicas e coisas sérias e gravíssimas. Sincera e honestamente, acho que não deveríamos entrar nesse assunto. Vamos aguardar o pronunciamento do Supremo. Não sou arauto da moralidade, como foram alguns partidos da oposição no passado, quando arrebentavam quem aparecia pela frente. Ao chegarem ao poder, o Supremo fez um decreto severo contra eles. Também não sou desse time. Não sou o arauto da moralidade. Tenho uma conduta serena e tranquila.

Encerrando, repito: quando V. Exa. me vir atacando as pessoas, é porque estou na defesa de alguém. Jamais iniciarei o ataque, mas muitas vezes não me silenciarei quando não concordar e não aceitar palavras maldosas e relativizadas de alguém que, às vezes, só quer ver um lado da situação.

Temos de ver os vários lados da moeda. Deputado Adelmo, acho que a lista de Furnas é um assunto muito perigoso. A Polícia Federal já falou sobre a lista, que tem problemas. E esse problema é muito grave para gente ligada a seu partido. Muito obrigado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão – Não estamos tratando aqui de quem está ligado ou não ligado. Estou mais aliado a um pensamento, a uma reflexão de um pensador indiano chamado Sai Baba. Para você ter uma ideia, citarei um exemplo muito claro, muito simples, para entendermos. Quando guardamos material em uma despensa iluminada por uma lâmpada de baixo teor de iluminação, você vê um cenário. Com uma lâmpada de 40w você vê um cenário. Se no mesmo ambiente você coloca uma lâmpada de 100w, muda totalmente o cenário, você vê sujeira onde não via, vê muita coisa que estava escondida. E isso nos impele a fazer as limpezas necessárias. Ao final de sua reflexão, ele fala sobre o tempo em que estamos vivendo, que é um tempo de luz. Eu não tenho medo. Não podemos ter medo, temos de ter coragem de iluminar os cantos escuros dessa nossa República, doa a quem doer.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* – Deputado, não tenho medo disso, absolutamente, mas acho que esse assunto não é bom para vocês, não é para nós, não. Não tenho medo de absolutamente nada, mas acho que não é bom negócio.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão – Esse assunto, como os outros assuntos da República que comprometem e que fazem essa República malcheirosa tem de ser esclarecido, de todos os lados. Todos os cantos têm de ser iluminados. E é só a luz que vai nos permitir ver a sujeira. Nós devemos limpá-la, se realmente quisermos a Nação próspera, justa e solidária, uma Nação diferente desta que estamos vivendo. Não tem nenhum problema. E o que estou vendo me deixa estarrecido. Se é verdade ou não, tem de iluminar nossa despensa. Tem de esclarecer. Esta é minha tarefa, Deputado. Doa a quem doer. Eu também, como ser humano, tenho qualidades e defeitos. Todos os dias procuro acender uma luz e clarear mais meus defeitos, alguns difíceis de consertar. Consertar nós mesmos não é fácil. Às vezes, apontar os defeitos dos outros, dos partidos dos outros, é mais fácil. Mas precisamos cuidar da gente, para limpar a sujeira que está na gente mesmo e que está nessa República. Temos responsabilidades muito grandes para com essa República. E a situação é grave. Quando vemos essas coisas reveladas para nós, e qual o conteúdo de verdade e de mentira, que precisa ser ampliado, é de embrulhar o estômago. É grave. Quando assistimos às gravações e falas entre essa gente, é de doer o coração. E precisa ser revelado. E o que vejo nessa República é de intensa gravidade. E essa República tem de mudar. Não é com silêncio, não é escondendo, não é jogando para debaixo do tapete. Espero que o Supremo e o Ministério Público, que têm a informação em suas mãos, que têm condições de sabê-las verdadeiras ou não, tomem providências. Ao julgar o chamado mensalão, o Supremo inverteu muitas das questões, tomou medidas afrontosas à nossa legislação, estabeleceu conceitos que não eram da nossa República até então. Foi para atender determinadas demandas e interesses ideológicos ou foi para podermos aplicar isso como uma generalidade nessa República e poder facilitar e implementar uma legislação mais moderna? Isso está em discussão. E o tempo é

muito curto para dizer que o Supremo, por ter julgado como julgou, está na linha correta. Não ouso dizer que o Supremo adotou as melhores medidas e tomou a decisão mais acertada ao fazer o que fez, até vendo e sabendo como é o jogo nessa República.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* – Deputado Adelmo Carneiro Leão, o Deputado Zé Maia tem insistido nesse assunto do mensalão, e agora apareceu essa lista de Furnas.

Ele trouxe a questão do mensalão, e, agora, surgiu a discussão da lista de Furnas. Isso é algo de que deveríamos tratar.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão – Não há como discutir mensalão e esconder a lista de Furnas.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* – Deveríamos tratar desse assunto com mais sinceridade. Na verdade precisamos de uma reforma política séria no Brasil.

Na ausência dessa reforma, todos os partidos políticos, sem exceção, estão vivendo às custas de caixa dois para campanha eleitoral. O PT também o fez. Em relação à questão do chamado mensalão, ficou evidente que houve utilização de caixa dois, como houve aqui, no governo Eduardo Azeredo, no chamado mensalão tucano. Foi estabelecida aqui uma enorme arrecadação. Isso também foi comprovado, embora o Supremo não tenha julgado, mas o inquérito da Polícia Federal é muito claro em relação a todos os passos dados para o chamado mensalão tucano. Deputados também receberam para a campanha. Há uma lista com os diversos Deputados que receberam e que fizeram disso caixa dois.

Quiseram aproveitar esse assunto para tentar separar os puros dos impuros, como se esse não fosse um problema real da legislação eleitoral e da forma de fazer política no Brasil. Talvez esse tenha sido o grande erro do PSDB. E aí querem se transparecer como o arauto da moralidade. Se formos discutir esse assunto, temos de nos lembrar do significado do Cachoeira, com o Perillo. Há vários casos a serem lembrados do Eduardo Azeredo. Há também o caso da lista de Furnas, que está sendo investigado.

Deputado Zé Maia, para que V. Exa. tenha uma ideia, fui vítima desse assunto, pois um Deputado do PSDB até tentou cassar o meu mandato para dizer que eu não poderia investigar e para tentar silenciar-me. Não me silencio. Para que V. Exa. tenha uma ideia, em 2006, em matéria publicada no "Folha de São Paulo" - e tenho o laudo da Polícia Federal -, a Polícia Federal confirmou a autenticidade da chamada lista de Furnas, documento de cinco páginas que registra supostas contribuições de campanha, no esquema de caixa dois, a 156 políticos durante a campanha eleitoral de 2002, que teriam recebido um total de R$40.000.000,00. O laudo da Polícia Federal atesta a veracidade disso. Na ocasião, ela foi assinada por Dimas Toledo, que fez ou teria feito o esquema do caixa dois naquela época. Esse caixa dois foi confirmado em algumas concretudes. Por exemplo, o Deputado Roberto Jefferson, o mesmo que denunciou o tal mensalão, disse que recebeu exatamente o valor que consta na lista de Furnas, das mãos do Dimas Toledo, que teria feito a lista. O Deputado Antônio Júlio, claramente, disse aqui que solicitou exatamente esse valor, que foi repassado. Ele mostrou o recibo.

Que Furnas foi instrumento de caixa dois já não há mais dúvidas. A Procuradora Andrea Bayão, do Ministério Público Federal, já apresentou a denúncia do ocorrido sobre Furnas, com o nome até das empresas que fizeram o caixa dois e estabeleceram aquele valor. A Polícia Federal está investigando. Que investigue. Mas esse é o tipo de procedimento.

Por que isso não afeta as campanhas políticas? Não é crível, povo brasileiro, que apenas uns utilizaram um determinado instrumento quando todos o fizeram. Não é crível que o PT tenha feito uso de caixa dois e nenhum dos outros o tenha feito. Não é crível que o PSDB não tenha feito isso. Não é crível que o DEM não tenha feito isso. Não é crível que o Fernando Henrique e o Aécio Neves não o tenham utilizado. Eles também foram denunciados por prática de caixa dois.

No caso do mensalão tucano, o Senador Aécio Neves foi denunciado por ter recebido R$110.000,00. Muitos outros Deputados receberam isso, até por DOC bancário. Isso também foi demonstrado, mas não será julgado. Com certeza, o caso daqui foi o embrião. O Deputado Sávio Souza Cruz tem razão sobre o que aconteceu depois, nacionalmente, erros cometidos no PT por pessoas, assim como outras pessoas também o fizeram.

Em relação à lista de Furnas, que V. Exa. pretende diferenciar, há um laudo da Polícia Federal, e também a Procuradora, que fez a análise, confirmou essa veracidade. Portanto, vamos esperar o julgamento. Tenho certeza de que V. Exa. se surpreenderá com os relatos e laudos oficiais que apontam a veracidade da lista. Agora, isso é algo a ser analisado. Não serei o arauto para dizer que isso ocorreu e que as pessoas utilizaram isso para proveito próprio. Não sei; isso tem de ser visto e analisado.

Agora, a análise não pode ser feita de um lado só. Não se pode tentar, nesta ocasião, culpar um lado e tentar desvencilhar de outro erros de uma prática política eleitoral que precisa de uma reforma. É isso que queria colocar.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* – Deixe-me fazer uma pequena correção.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão – Peço a compreensão de vocês.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - Quero concluir, Deputado Adelmo Carneiro Leão. A revista "Veja" trouxe um laudo da Polícia Federal, colocando a lista de Furnas como fraudulenta. Outro detalhe: o Deputado Rogério Correia está falando de Caixa 2, mas o pronunciamento final do Supremo Tribunal Federal não foi de Caixa 2, mas de compra de Deputados no Congresso Nacional.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Peço a compreensão de vocês.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - A revista "Veja" não trouxe um laudo, mas trechos que ela pinçou de um documento - depois vou mostrar à V. Exa. - em que a Procuradora Andréa Baião cita, aliás, que, em diálogos que a revista "Veja" publicou, a Polícia Federal conclui que não houve absolutamente nada que demonstre a falsificação da lista. Vou mostrar para V. Exa. "Pelo contrário, disse a Procuradora, reforçou nas ligações ouvidas pela própria Polícia Federal, a certeza da veracidade da lista". Vou mostrar esse documento ao senhor.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Peço a compreensão dos meus colegas só para encerrar, nesses dois minutos e meio que me restam, sobre a questão do endividamento do Estado, de agora para frente. O argumento que estamos vendo é que é preciso esse recurso porque vai se investir na saúde, na educação, no transporte. Então, tem que pagar essa conta em dia, gente! É preciso olhar para o futuro, não apenas para o hoje. Qual a perspectiva para 2015 se tivermos os recursos para investir? Ou o governo vai parar de investir na saúde, na educação, na segurança e no transporte em 2015, 2018, 2020? É claro que vamos aplicar os recursos. Então, vamos criar prosperidade, salvar este Estado com dinheiro emprestado? Há 200 anos, Abrahão Lincoln disse: "Não criarás

prosperidade com dinheiro emprestado". Não é isso, Deputado Duarte Bechir? Imaginar que esse governo vive tomando dinheiro emprestado, emprestado, emprestado, essa conta tem que ser paga acrescida de juros e correção. Por menores que eles sejam, vamos ter que pagar mais do que estamos tomando emprestado. É uma questão séria. Não é possível discutirmos hoje que é muito importante tomar dinheiro emprestado porque isso será a salvação de Minas. Como os mesmos Deputados que estão fazendo isso vão dizer em 2015, 2016 ou 2018 qual o momento de pagar essa conta? Aí, vamos ter que renegociar a conta? Por que o negócio foi bom agora, mas, no futuro, será ruim? Temos que olhar para o futuro. Se quisermos, como queremos, um Estado próspero e portador de um futuro reverente e respeitoso, é preciso que tratemos dessa questão com mais seriedade. Vejo com muita preocupação essa questão da quantidade de recursos tomada emprestada nesse governo em nome de prosperidade. Para investir na saúde não é preciso isso, porque o povo de Minas Gerais paga muito imposto. Os recursos para a saúde devem ser originários do governo, da arrecadação que temos, que são os 12%. O governo não tem que pegar dinheiro emprestado para investir em saúde. Temos que aplicar os 12% da arrecadação geral do Estado na saúde e os 25% na educação. É isso que queremos. Fica aqui o registro dessa minha preocupação porque estamos em um tempo em que o nosso papel aqui não é apenas de construtores do presente, analíticos e críticos do passado, mas de responsáveis pelo futuro do nosso Estado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, a Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara - Bom dia ao nobre Deputado Hely Tarqüínio, que preside esta reunião; às Deputadas e Deputados desta Casa; à imprensa. Deputado Adelmo Carneiro Leão, gostaria de cumprimentar V. Exa., que, de maneira tão séria e competente, tem acompanhado a discussão na comissão sobre o endividamento do Estado. Numa ótica democrática, está pensando verdadeiramente em Minas como ente federado e no bem comum deste Estado - que todos respeitamos e amamos -, inserido num país que tem crescido e está sendo respeitado em nível mundial.

Não poderia, de forma alguma, deixar de me manifestar. Estamos no mês de março. No dia 8 comemora-se o Dia Internacional da Mulher. Está aqui a Deputada Ana Maria Resende, que faz parte da nossa bancada feminina, grande companheira desta Casa. No dia 19 de março, faremos aqui uma homenagem às mulheres. Por isso não poderia deixar de mencionar que temos, pela primeira vez neste país, uma Presidenta da República. Não poderia me calar - porque quem cala consente - diante de algumas opiniões, das quais discordo radicalmente, sobre o governo federal.

Deputado Adelmo Carneiro Leão, de maneira não oficial, mas oficiosa, ao pé de ouvido, muitos Deputados da oposição têm dito que a respeitam, porque é uma mulher inteligente, comprometida com o nosso país, que pensa no bem comum. Pela sua trajetória, demonstra na prática como estava preparada para ser a primeira Presidenta, o que nos orgulha muito. Na época da campanha eleitoral, pedi a Deus que a candidata Dilma assumisse como primeira Presidenta do Brasil, desde que nos orgulhasse como mulher. Não que eu estivesse com medo: queríamos uma mulher no poder, mas não qualquer mulher com qualquer projeto. Queremos mulheres, Deputada Ana Maria Resende, que, em todos os espaços de poder - na União, nos Estados e nos Municípios -, em vários órgãos, tenham projetos em defesa da vida, do bem comum, enfim, tenham compromisso com a sociedade. E temos visto isso diariamente.

O combate à miséria é um objetivo muito claro não apenas em sua fala desde a campanha eleitoral, mas também na prática. Não é um combate à miséria de maneira assistencialista. São programas sociais, como o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida. Conforme proposta da própria Presidenta, são as mulheres que assinam os contratos. Hoje 22 milhões de famílias brasileiras são chefiadas pelas próprias mulheres. Isso, que deveria ser motivo de orgulho, nos entristece, porque significa que, infelizmente, em milhares de famílias a mulher é a única responsável pela educação dos filhos. Muitos e muitos homens – não estou generalizando, porque os parlamentares desta Casa e milhares de homens são comprometidos com suas famílias - não se envolvem com a educação dos próprios filhos. Isso precisa ser mudado. Por isso as mulheres assinam os contratos.

A Presidenta Dilma também está investindo em creches, tem cumprido na prática esse compromisso. Inúmeras creches estão sendo construídas, porque possibilitam a educação desde a infância, Deputado Elismar Prado, praticamente desde o nascimento da criança. Isso permite que as mães possam trabalhar fora, cumprir o seu papel profissional.

Temos também o Pronatec. Há 20 anos, houve um decreto presidencial que extinguiu os cursos técnicos. Quando cheguei a esta Casa, em 1999, havia filas de jovens pedindo bolsas de estudo, porque não existiam cursos técnicos nem recursos para fazer curso superior. Felizmente isso não ocorre mais, diante de tantos cursos técnicos que vieram. Agora, o ProUni está possibilitando que milhões de jovens possam fazer cursos superiores. Há, inclusive, cursos caros, como os de Medicina e de Engenharia. Hoje os filhos de famílias de classes populares podem estudar.

Na história da República do Brasil, até há pouco, havia mais de 100 escolas técnicas federais no País; no governo atual, estão sendo implantadas mais de 200. Recentemente, visitamos o Prof. Caio, no Cefet, que nos falou a respeito de mais de 30 mil vagas a serem implantadas em Minas Gerais em cursos técnicos. Isso deve nos orgulhar e nos unir. Apesar de todas as divergências partidárias, no que diz respeito ao bem comum, seja do Estado, seja do País, não podemos perder de vista que o objetivo dos parlamentares é lutar para que, cada vez mais, o nosso Estado e o nosso país sejam reconhecidos pela sua soberania e pelas suas condições efetivas. Temos um país continental, um povo inteligente, uma grande massa de jovens e crianças e um futuro brilhante. Realmente, o País poderá integrar as grandes nações que existem no Planeta.

Este ano sou Vice-Presidente da Comissão de Educação e da de Participação Popular, e não me desliguei do tema da Comissão de Segurança Pública. Ontem, eu e o Deputado João Leite estávamos conversando sobre o ciclo de debates a respeito da violência no trânsito. Precisamos continuar, pois são 40 mil mortos por ano, por causa do trânsito. É uma guerra civil. Isso diz respeito a quem? A todas as pessoas que têm compromisso com este país. Esse caso é gravíssimo, então precisamos unir forças.

O Deputado Adelmo, nosso companheiro, disse ser preciso que todo espaço de poder esteja a serviço da verdade e que não haja manipulação política em cima de pareceres, de órgãos e de pessoas que estão recebendo recursos públicos para servirem ao bem comum, à sociedade e para defenderem a verdade. Esse deve ser um compromisso de todas e de todos nós. Sabemos que a imprensa é importante para a democracia representativa, que deve ser fortalecida. O Brasil superou a ditadura; nunca mais queremos ditadura. A

nossa Presidenta foi torturada e, ao assumir o poder, não partiu para o revanchismo. Ao contrário, disse que prefere o barulho da imprensa ao silêncio da ditadura. Isso é muito importante.

Algumas lideranças chegaram a conversar com o Lula sobre pleitear um terceiro mandato. Porém, em momento nenhum ele foi tentado pela mosca azul do poder. De forma alguma podemos aceitar o que foi dito aqui, porque não é verdade; vai contra a história do nosso país. Considero o Lula um profeta dos nossos tempos. É um homem que saiu de uma família que passou fome; família do Nordeste que foi para São Paulo. Sabemos da história dele. Mesmo os que são adversários políticos devem reconhecer o seu papel e, inclusive, o respeito que o nosso país conquistou no exterior, após o Presidente Lula ter assumido o poder. Falo isso sem desmerecer os outros governantes, que, como bem disse o Adelmo, também têm pontos positivos.

Quero dizer também que não podemos desqualificar os governantes que estão dando e deram a vida para que esta nação fosse reconhecida como grande potência mundial. Não podemos aceitar nem nos calar diante disso. Como disse o Adelmo, a democracia precisa ser fortalecida. O melhor sistema de governo até hoje é a democracia. Não podemos aceitar, de forma alguma, que se desqualifique a democracia. Parte da imprensa desqualifica os parlamentos, fazem generalizações, como se todos nós, políticos, fôssemos corruptos. Isso é um desserviço à democracia. Se fizermos uma pesquisa, correremos o risco de grande parte da população votar contra os parlamentos, o que significa fechar o Parlamento e voltar à ditadura. Não podemos aceitar isso. Como disse, a imprensa é extremamente importante, mas temos de cobrar que ela mostre o contraditório, fale a verdade e tenha compromisso com os fatos reais. Temos de cobrar isso, pois essa cobrança faz parte e tem de fazer parte do papel deste Parlamento.

Antes de conceder aparte aos Deputados Rogério Correia e Elismar Prado, gostaria de falar sobre a importância do Parlamento, sobretudo o mineiro. Aqui há grandes parlamentares, pessoas inteligentes e comprometidas. A população precisa saber disso, mesmo com as divergências, que, às vezes, são radicais. Mas temos de superá-las e transformá-las em ações políticas e de falas, não em outra coisa. Que possamos debater isso com profundidade e não permitir, de forma alguma, que nenhum outro poder – nem a imprensa, nem o Judiciário, nem o Ministério Público, nem o Executivo - desqualifique e desvalorize o Legislativo ou outra liderança do País.

Concedo aparte ao Deputado Rogério Correia, Líder da nossa Bancada até o ano passado, liderança importante desta Casa.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Obrigado, Deputada Maria Tereza. Quero parabenizá-la por sua fala, que sempre nos traz boas notícias e otimismo em relação ao nosso país. Queria congratular-me com V. Exa. em razão de seu pronunciamento, oportunidade em que foram citados os benefícios que o Presidente Lula trouxe ao nosso país, o tanto que avançamos, especialmente na questão da divisão de renda, na finalização do processo de miséria em que se encontrava o Brasil.

Queria aproveitar para, mais uma vez, convidar, em meu nome e em nome da Bancada do PT, os mineiros a estarem aqui em 17 de abril, quando será feita a entrega do Título de Cidadão Honorário de Minas Gerais ao nosso eterno Presidente Lula. Lula será cidadão mineiro, um título mais do que merecido. Queria reiterar esse convite.

Entre os merecimentos, Deputada, V. Exa. citou os feitos do Lula em relação à diminuição da miséria, do número de pessoas que se encontravam em condição de pobreza nas Classes D e E, que hoje alcançaram um patamar melhor de vida, a Classe C. Um gráfico faz parte da cartilha elaborada pelo PT dos avanços dos 10 anos dos governos Lula e Dilma, que têm sido chamados de década da inclusão social. O número de brasileiros que pertenciam às Classes D e E em 2003, quando Lula assumiu o governo, era de 96,2 milhões. Há projeção de que, até o final de 2014, esse número seja de 53,8 milhões. Deputada, isso significa que os 65,9 milhões da Classe C passarão para 115,2 milhões, ou seja, quase dobraremos o número de pessoas da Classe C, retirando-os das Classes D e E. Aprendíamos nas escolas que a nossa pirâmide social era triangular, mas hoje é um trapézio. Ampliamos, para depois fazer a outra parte do trapézio.

Alteramos o mapa, inclusive. Os alunos já não aprendem que o Brasil tem uma pirâmide social pobre e um triângulo dos ricos. Hoje já temos uma trapézio. Começamos com uma fatia menor, vamos a uma maior, que depois se afunila. A ideia é que, cada vez mais, essa diferença desapareça. Queria exemplificar isso nas palavras de V. Exa.

Para terminar, gostaria de dizer que Minas Gerais precisa estar atenta a esses movimentos do Brasil. Minas não conseguirá obter qualidade de vida para o seu povo, se o próprio governo não tiver um pensamento que se equivalha ao que foi demonstrado. Solicitar empréstimos e mais empréstimos e aumentar a arrecadação do ICMS não vai resolver o problema, porque isso não divide rendas. Ao não dividir rendas, o Estado não cresce, não permite que as classes mais populares tenham condições de rodar a economia mineira. Esse é o problema que vemos nesse tipo de política econômica que tem sido adotada. Isso não pode nem ser chamada de política econômica. Na verdade, é pegar empréstimos que deverão ser pagos a partir de 2015, com custos caros, porque abaixamos a capacidade de investimento.

A Deputada Maria Tereza Lara - Deputado Rogério Correia, quero cumprimentá-lo por essa iniciativa e convidar a todos que estão nos ouvindo pela TV Assembleia para essa homenagem ao ex-Presidente Lula, que receberá o Título de Cidadão Honorário de Minas Gerais.

Antes de passar a palavra ao Deputado Elismar Prado, quero dizer que a Presidente Dilma está defendendo que 100% dos recursos dos "royalties" sejam para a educação. Isso vai ser um grande avanço a médio prazo. Temos de conclamar todas as lideranças políticas para que possamos fazer um mutirão na defesa desse investimento na educação. Às vezes, fazemos discursos mas, na prática, tirar recursos para a educação é difícil. Muitas lideranças não estão acreditando nisso, porque não acreditam que a educação possa ser a saída para se ter um país mais desenvolvido e com distribuição de rendas.

Quero cumprimentar a Deputada Liza Prado, já cumprimentei a Deputada Ana Maria Resende, bem como a Deputada Luzia Ferreira e Rosângela Reis. Somos a bancada feminina desta Casa. Somos cinco entre os 77 Deputados. Temos de, cada vez mais, ocupar esse espaço.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* - Parabenizo-a pela defesa que faz do governo Dilma, do governo Lula, que, nesses 10 anos, ajudaram a colocar o Brasil no caminho certo. V. Exa. citou uma das políticas da Presidente Dilma, que se iniciou no Governo Lula, muito importante. V. Exa. falou aqui sobre o programa Pró-Infância, que é um programa para a construção de escolas de ensino infantil. Sabemos do grande déficit de vagas no Estado de Minas Gerais. Mães não conseguem vagas para suas crianças nas escolas de

ensino infantil. O programa Pró-Escola está em todo o Estado de Minas, contribuindo com todos os Municípios, independentemente de quem seja o Prefeito, ligado ao Governador ou não. Vou dar um exemplo aqui da cidade de Uberlândia. Quando Deputado Federal, coloquei uma emenda parlamentar para a construção de oito novas escolas para o programa Pró-Infância. Aprovamos a emenda e foi empenhada. Foi assinado o convênio com o ex-Prefeito Odelmo Leão, mas infelizmente quero lamentar o fato de que ele teve anos para fazer essas obras. Coloquei esses recursos em 2007. Já estamos em 2013 e essas escolas não foram construídas, porque o Prefeito, para fazer uma disputa política imatura, não as fez, prejudicando toda uma cidade.

Milhares e milhares de crianças precisam de vagas para estudar, mas até hoje estamos enfrentando o sério problema de falta de vagas no ensino infantil. As mães são obrigadas a procurar a Promotoria de Justiça para conseguir uma vaga para seus filhos.

Quase perdemos esse recurso. Graças ao empenho do Deputado Federal Weliton Prado e, agora, do Prefeito eleito Gilmar Machado, conseguimos, Deputada Maria Tereza Lara, salvar esses recursos. As escolas já deveriam estar inauguradas anos atrás, mas só agora vamos abrir o processo de licitação e construir, graças a Deus, com empenho do Prefeito Gilmar Machado e do Deputado Federal Weliton Prado. Serão construídas oito novas escolas do programa Proinfância e mais três que o Prefeito Gilmar Machado, quando foi Deputado, conseguiu. Serão onze novas escolas a serem construídas no Bairro Jardim Sucupira, na região do Alvorada, Joana D'Arc; no Bairro Planalto; no Bairro Jardim Botânico, região do Grande São Jorge; uma escola no Bairro Mansur; outra, no Bairro Morumbi; outra, no Bairro Pacaembu; outra, no Bairro Jardim Europa, na região do Luizote, Jardim Patrícia; outra, no Bairro Jardim das Palmeiras II e mais três escolas anunciadas pelo Prefeito. Isso será feito para resolver o problema da falta de vagas no ensino infantil, o que só foi possível pela sensibilidade do Presidente Lula, que criou esse programa. Na época, participei da sua criação, solicitei esses recursos, e estamos garantindo vagas para todas as crianças do Estado de Minas Gerais no ensino infantil, pois o Estado não está investindo nessa modalidade de ensino. Isso ajudará as nossas famílias, as mães que precisam de uma escola de qualidade.

O Proinfância é uma escola muito bonita, com todo o mobiliário já cedido pelo governo federal, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Agora, graças a Deus, vamos construir essas 11 novas escolas no Município de Uberlândia e em muitas outras cidades do Triângulo, para garantirmos vagas às nossas crianças. Infelizmente, o déficit de vagas é muito grande nessa modalidade de ensino.

Quero parabenizar V. Exa., pois essa é mais uma política pública do nosso governo federal que contribui para melhorar todo o Brasil. Quero parabenizá-la e ainda dizer, Deputada Maria Tereza Lara, que, ontem, participamos de audiência pública com a Aneel, enfrentando a proposta do relator, que trata do processo de revisão tarifária. Ele quer 11% de aumento na conta de luz dos consumidores de baixa tensão. Isso vai implicar 9% de reajuste para os consumidores residenciais. A alegação da Cemig e do Estado é que eles foram obrigados a comprar a energia das termelétricas, por isso estão pedindo esse aumento de 11%. Rapidamente quero contestá-lo, dizendo que a baixa do nível de água dos reservatórios é uma questão transitória, sazonal, temporária; mesmo assim querem aumentar a conta de luz em 11% de maneira permanente. Segundo todos os estudos - e essa foi a solicitação que fizemos ao relator desse processo -, o impacto na conta não passa de 1%, no caso da compra da energia das termelétricas. A Cemig está comprando a energia das termelétricas caríssima e a vendendo muito mais caro, com a intenção de, simplesmente, lucrar cada vez mais em cima do sacrifício dos consumidores mineiros. Ela está repassando toda essa conta aos consumidores, o que, para nós, é um absurdo.

Deixamos registrada a nossa indignação, as nossas contribuições à Aneel e vamos fazer todo o enfrentamento para reduzir esse valor, porque a população não pode pagá-lo. A Presidenta Dilma já transformou em lei a conta mais barata; as contas estão chegando 18% mais baratas para as residências. Foi uma luta nossa, uma luta do povo mineiro, do povo brasileiro. Agora a Cemig quer anular essa conquista dando 11% de aumento, justificando que foi obrigada a comprar energia das termelétricas, mas isso não representa nem 1%. A população não pode ser prejudicada, porque a falta de chuva é uma questão transitória; os reservatórios voltarão à normalidade em breve, mas o aumento da conta é permanente, pelo menos por cinco anos, até o próximo ciclo de revisão tarifária.

Quero deixar registrada a nossa indignação e dizer que fizemos todo o enfrentamento, toda a luta e tentaremos minimizar esse impacto negativo para a população de Minas Gerais. Parabéns, Deputada Maria Tereza Lara, e obrigado.

A Deputada Maria Tereza Lara - Cumprimento-o por seu aparte, por sua defesa intransigente do consumidor quanto à energia que esse custo seja reduzido, pois isso é legítimo.

Encerrando, gostaria de dizer, Deputado André Quintão, que precisamos achar uma saída na legislação, estadual ou federal, para que os Municípios, os Prefeitos, os Executivos, sejam impedidos de rejeitar emendas parlamentares, a fim de não prejudicarem a população. Isso tem acontecido. Ocorreu comigo em Prudente de Morais, porque o Vereador que solicitou a emenda fazia oposição ao Prefeito e não recebeu R$50.000,00 - isso, há uns três anos -, para o conselho tutelar, o que fez imensa falta. Maria do Carmo, quando era Deputada Federal, conseguiu mais de R$2.000.000,00, e o Prefeito, à época, da oposição, não retirou o recurso. Quem fica prejudicada é a população, o que não podemos aceitar. O Prefeito ou a Prefeita de qualquer partido que tiver uma atitude dessas deveria ser incriminado. Essa é uma política atrasada, um desrespeito à população. Precisamos debater essa situação a fim de haver uma legislação que impeça esse tipo de atitude. E sei de vários outros casos em que ocorreu o mesmo. Que Município pode enjeitar arrecadação? Que Município não necessita de mais recursos para política pública, para política social, para saúde, educação, assistência, cultura, esporte? Não podemos aceitar essa mentalidade atrasada em nosso país. Precisamos garantir, por meio da legislação, que isso não mais aconteça.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Cumprimento-a, Deputada Maria Tereza Lara, por seu trabalho. É muito importante essa preocupação com os Municípios. É um absurdo o fato de entrar um Prefeito, sair outro, e um desfazer a obra do outro.

A população de Uberlândia ficou muito revoltada porque o Prefeito Gilmar Machado, por meio do Secretário, resolveu que uma das ciclovias deveria ser destruída. Se já está pronta uma ciclovia, ela não deve ser destruída, pois a população não mais admite desperdício de dinheiro. Acredito que o Prefeito de Uberlândia não aceitou essa atitude, aliás nem se pronunciou a esse respeito. Então, precisamos respeitar os recursos públicos.

Cumprimento-a, Deputada Maria Tereza Lara, por seu trabalho em relação à questão da mulher. A Deputada é muito combativa, e temos lutado para que as nossas Delegacias de Mulheres recebam viaturas, material e equipamento de informática, motocicletas, a fim de enfrentarmos a violência. Cumprimento a Ana, que aqui está presente, a Rosângela, a Deputada Luzia e você, Maria Tereza Lara, que faz parte da bancada feminina. Trabalhamos juntas em prol de nossos Municípios. Trinta e um deles receberão esses equipamentos e, até o final do ano, mais 20, num total de 51. É muito pouco, mas representa um avanço em nossa luta, por meio da Coordenadoria do Estado. Obrigada.

A Deputada Maria Tereza Lara - Obrigada, Liza Prado, Deputada aguerrida. No momento oportuno, espero que o Deputado Elismar Prado possa nos informar sobre essa questão em Uberlândia, para entendermos a situação. Não acredito que o Prefeito destruirá uma ciclovia sem ouvir a população.

Obrigada a todos os Deputados desta Casa. Que possamos, juntos, construir uma Minas Gerais e um país cada vez melhor.

Questão de Ordem

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, verifico que não há mais oradores inscritos, portanto peço a V. Exa. que votemos os projetos.

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Muito bem, Deputado Vanderlei Miranda. Realmente não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.745/2013. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 3.802/2013, da Mesa da Assembleia, que altera a Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, que contém o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Resolução nº 3.802/2013 com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a especial também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/2/2013

Às 14h34min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Bosco, Duarte Bechir e Elismar Prado, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente "ad hoc", Deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e comunica que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da Comissão nesta Sessão Legislativa. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente. A seguir, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Bosco para atuar como escrutinador. Apurados os votos, são eleitos para Presidente o Deputado Duarte Bechir e para Vice-Presidente a Deputada Maria Tereza Lara, ambos com quatro votos. Na condição de Presidente "ad hoc", a Deputada Maria Tereza Lara empossa no cargo de Presidente o Deputado Duarte Bechir. Este, por sua vez, empossa a Vice-Presidente, Deputada Maria Tereza Lara. Prosseguindo, a Presidência fixa o horário das reuniões ordinárias desta Comissão para as quartas-feiras às 16 horas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária a ser realizada amanhã, 27/2/2013, às 16 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de março de 2013.

Duarte Bechir, Presidente - Maria Tereza Lara - Elismar Prado.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 28/2/2013

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Fabiano Tolentino, Duarte Bechir e Paulo Lamac, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Glaycon Franco. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a votar as proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício do Deputado Lafayete de Andrada, Líder do Bloco Transparência e Resultado, indicando o Deputado Fabiano Tolentino como membro efetivo desta Comissão e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil (13/12/2012); do Sr. Luiz Audebert Delage Filho, Corregedor-Geral de Justiça; do Sr. Júlio César dos Santos Esteves, Secretário de Casa Civil em exercício; da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil (22/12/2012); do Sr. Júlio César dos Santos Esteves, Secretário de Casa Civil em exercício; do Sr. Vander Oliveira Borges, Coordenador-Geral de Operacionalização do Fundeb e de Acompanhamento e Distribuição da Arrecadação do Salário-Educação do FNDE; do Sr. Joaquim Herculano Rodrigues, Presidente do TJMG (2/2/2013); do Sr. Cássio Soares, Secretário de Desenvolvimento Social; do Sr. Júlio César dos Santos Esteves, Secretário de Casa Civil em exercício (8/2/2012); da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil; da

Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento; do Sr. Júlio César dos Santos Esteves, Secretário Adjunto de Casa Civil; do Sr. Bilac Pinto, Secretário de Desenvolvimento Regional (16/2/2013); da Sra. Maria Cláudia Peixoto de Almeida Paula, Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação (22/2/2013); e da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil (23/2/2013). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos do Deputado André Quintão (4) em que solicita seja realizada audiência pública como parte integrante das atividades do "Abril Indígena 2013"; seja realizada audiência pública com a finalidade de acompanhar o encaminhamento e a execução das propostas do documento final do seminário legislativo "Pobreza e Desigualdade", realizado por esta Casa em 2011; seja realizada audiência pública com a finalidade de apresentar as realizações do Fórum Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Estado de Minas e de apresentar as realizações de sua atuação nesse enfrentamento, inclusive em relação ao controle social e às propostas de emendas populares aprovadas; e em que solicita seja encaminhado à Fundação Palmares, à Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial e à Presidência da República pedido de providências para instalar uma representação da Fundação Palmares no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de março de 2013.

André Quintão, Presidente - Maria Tereza Lara - Duarte Bechir - Glaycon Franco.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O VETO PARCIAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 21.549, EM 6/3/2013

Às 14h1min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Duarte Bechir, Doutor Wilson Batista (substituindo o Deputado Gustavo Valadares, por indicação da Liderança do BTR) e Mário Henrique Caixa (substituindo o Deputado Tiago Ulisses, por indicação da Liderança do BAM), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente. A seguir, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Doutor Wilson Batista para atuar como escrutinador. Apurados os votos, são eleitos por unanimidade para Presidente o Deputado Duarte Bechir e para Vice-Presidente o Deputado Mário Henrique Caixa. Na condição de Presidente "ad hoc", o Deputado Duarte Bechir empossa o Vice-Presidente, Mário Henrique Caixa. Este, por sua vez, empossa o Presidente, Deputado Duarte Bechir, que, logo após ser empossado, avoca a si a relatoria da matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, amanhã, dia 7, às 9h30min e às 15 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de março de 2013.

Duarte Bechir, Presidente - Mário Henrique Caixa - Glaycon Franco.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 11 de março de 2013, destinada à entrega do Título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Marco Mazzu, Presidente da Iveco e da Case New Holland.

Palácio da Inconfidência, 8 de março de 2013.

Dinis Pinheiro, Presidente.

CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 7/3/2013, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Bernardo Santana de Vasconcellos, Deputado Federal, prestando informações relativas ao Requerimento n° 3.918/2012, da Comissão de Transporte.

Do Sr. Cabo Almi, Presidente da Comissão de Segurança Pública e Defesa Social da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, prestando informações relativas ao Requerimento n° 3.830/2012, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Campos Machado, Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, encaminhando, para conhecimento e apreciação, cópia da Proposta de Emenda à Constituição do Estado de São Paulo nº 1/2013. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, Chefe da Assessoria Institucional da PMMG, prestando informações relativas ao Requerimento n° 4.154/2012, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Elcione Barbalho, Deputada Federal e Procuradora Especial da Mulher, encaminhando exemplares da cartilha "Como Criar Uma Procuradoria Especial da Mulher em Estados e Municípios". (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Do Sr. Francisco Miranda de Figueiredo Filho, Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda., solicitando empenho deste Legislativo para a realização de audiência pública no Município de Três Pontas a fim de tratar de assuntos ligados às estradas de interesse regional, especialmente a Rodovia MG 167, no trecho entre os Municípios de Três Pontas e Varginha. (- À Comissão de Transporte.)

Do Sr. Gilson Carvalho Queiroz Filho, Presidente da Fundação Nacional de Saúde, convidando este Legislativo para a cerimônia de lançamento do IV Seminário Internacional de Engenharia de Saúde Pública, em 25/2/2013, nesta Capital.

Do Sr. Humberto Viana, Secretário Nacional de Defesa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.891/2012, da Comissão Especial das Enchentes.

Do Sr. Joares Ponticelli, Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, dando ciência de sua eleição para o cargo de Presidente dessa Casa e informando a composição da nova Mesa.

Do Sr. José Sarney, Presidente do Senado, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.911/2012, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Leonardo Valério França Pinheiro, Presidente da Câmara Municipal de Manga, reiterando solicitação feita a esta Casa para que realize audiência pública, com a presença de representantes da Cemig, com o objetivo de tratar da imediata instalação de redes de energia elétrica convencionais para os moradores das Ilhas do Corculho, da Curimatá e da Ingazeira, localizadas nesse Município. (- À Comissão de Minas e Energia.)

Do Sr. Marco Antônio Feital Leite, Juiz Auxiliar da Corregedoria e Diretor do Foro da Capital, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.965/2012, do Deputado Marques Abreu.

Da Sra. Maria Cláudia Peixoto de Almeida Paula, Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.951/2012, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil (11), prestando informações relativas ao Requerimentos n°s 3.156/2012, da Comissão de Direitos Humanos; 3.808/2012, da Comissão de Segurança Pública; 3.909, 3.914, 3.915, 3.972, 3.977 a 3.979, 3.983, 3.984 e 3.991/2012, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Mauro Savi, 1º-Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, informando a composição da Mesa dessa Casa Legislativa para o biênio 2013-2015.

Do Sr. Paulo Roberto Messias Strack, Coordenador-Geral de Finanças da Embratur, comunicando a celebração de convênio entre esse Instituto e a Secretaria de Turismo. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Raquel de Andrade Lima Coelho, Coordenadora-Geral do Programa de Pesquisa em Saúde do CNPq, informando sobre a celebração de convênio entre o CNPq e a Fapemig. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Renan Calheiros, Presidente do Congresso Nacional, encaminhando exemplar do Relatório Anual nº 1, de 2012, da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Da Sra. Rosilene Alves de Souza, Coordenadora do Núcleo de Gestão Prisional da Polícia Civil, prestando informações relativas ao Requerimento n° 3.742/2012, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Sérgio Elian Moreira, Vereador da Câmara Municipal de Paraopeba, solicitando a colaboração desta Casa para a realização de reunião nesse Município sobre a participação dos Municípios mineiros na Campanha Assine + Saúde.

Da Sra. Simone Maria da Silva Salgado, Diretora de Gestão Interna substituta da Secretaria Executiva do Ministério do Turismo, informando a liberação de recursos financeiros do convênio que menciona. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Tenente-Coronel PM Erika Bergamo, Chefe de Gabinete Interino da Polícia Militar do Estado de São Paulo, agradecendo o apoio manifestado à instituição por meio do Requerimento n° 3.923/2012, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Assuntos Municipais encaminhado pelo Ofício nº 3.074/2012/SGM.

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de aplauso à 6ª Delegacia Especializada Antidrogas da Polícia Civil pelo excelente trabalho realizado na operação que culminou na prisão de uma quadrilha que seria responsável por 90% dos roubos a joalherias em Belo Horizonte e Região Metropolitana, nos últimos dois anos (Requerimento nº 4.264/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais militares responsáveis pelo policiamento da partida de futebol entre o Ipatinga e o Guaratinguetá, realizada em Ipatinga, em 17/12/2012, por sua brilhante estratégia, que evitou confrontos (Requerimento nº 4.265/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso ao Maj. PM Lúcio Mauro Campos Silva, Comandante do 21º BPM, e ao Sr. Eurico Barreto Neto, Promotor de Justiça, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Visconde do Rio Branco (Requerimento nº 4.266/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso, pelo excelente trabalho realizado, aos policiais militares lotados na 202ª Cia. do 40º BPM que participaram da operação, no Bairro Campos Silveira, em Ribeirão das Neves, que culminou na apreensão de um adolescente e de quase duas mil pedras de "crack" e na prisão de um homem que cumpria pena em regime semiaberto por tráfico de drogas (Requerimento nº 4.267/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais militares lotados na 239ª e na 249ª Cias. do 52º BPM que participaram da operação que culminou na apreensão de 150 barras de maconha, 300 pedras de "crack", balanças de precisão, dinheiro, além de várias armas e munições no Bairro Vila Maria, no Município de Mariana (Requerimento nº 4.268/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais militares lotados na 1ª Cia. e na 3ª Cia. Rotam que participaram da operação que culminou na prisão de um homem e na apreensão de 50kg de maconha, um revólver e uma balança de precisão, no Bairro Novo Boa Vista, nesta Capital (Requerimento nº 4.269/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais militares lotados na 192ª Cia. e na 62ª Cia. do 25º BPM que atuaram na operação que culminou na apreensão de um menor e de 138 barras de maconha, no Município de Sete Lagoas (Requerimento nº 4.270/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais militares lotados no 31º BPM pela atuação na operação que culminou na prisão de quatro pessoas e na apreensão de sete menores, armas de fogo, farta munição, além de cerca de 50 kg de maconha, no Município de Conselheiro Lafaiete (Requerimento nº 4.271/2013, da Comissão de Segurança Pública).

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 5/3/2013

O Deputado Inácio Franco* - Sr. Presidente, membros da Mesa, Deputados e Deputadas, ocupo esta tribuna para render homenagens especiais a sete cidades que, no dia 1º de março, atingiram um marco histórico em suas trajetórias. Comemoramos o cinquentenário Bonfinópolis de Minas, Conceição do Pará, Florestal, Igaratinga, Leandro Ferreira, Onça de Pitangui e São José da Varginha, todas emancipadas pela força e poder da Lei n° 2.764, de 1962, que lhes concedeu maioridade e autonomia para seguirem seus próprios destinos; todas entregues à própria sorte para trilhar seu caminho.

A grande maioria dessas cidades teve como ponto de partida o povoamento iniciado por aventureiros à procura de ouro em terras mineiras, nos séculos XVII e XVIII. Hoje, 50 anos depois de sua emancipação, estão consolidadas, estruturadas e avançam rumo ao desenvolvimento e à qualidade de vida de sua gente.

No Noroeste de Minas, instalada em terras férteis, Bonfinópolis de Minas tem na religiosidade de seu povo e na pecuária a força para mover o seu progresso. A cidade, cujo nome homenageia seu padroeiro, Nosso Senhor do Bonfim, transformou em símbolo marcante a Praça Senhor do Bonfim, uma de suas atrações turísticas.

No Centro-Oeste mineiro, Conceição do Pará é agraciada pela beleza das terras cortadas pelo Rio Pará. Turistas de toda a região se direcionam a essa cidade para o lazer, a pesca e para apreciar os sabores dos doces caseiros, quitandas, além de participar das tradicionais festas de Nossa Senhora da Conceição e do Sagrado Coração de Jesus.

A cidade de Florestal ainda traz muito do esplendor verde das grandes florestas que ocupam a região. Hoje é um importante polo de produção do conhecimento com cursos de pós-graduação, superiores, técnicos, de ensino médio e a distância da Universidade Federal de Viçosa - câmpus Florestal, mais conhecida por Cedaf.

Igaratinga, que em tupi-guarani significa canoa branca, é banhada pelo Rio São João, que percorre as terras nutridas por grandes jazidas de barro. Essa riqueza natural alimenta a indústria da cerâmica e sempre foi a grande referência da economia sólida do Município.

Leandro Ferreira é considerada sítio arqueológico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan - por causa dos objetos de origem indígena encontrados em seu solo, entre eles urnas mortuárias. Mas são a fé e a comoção geradas pelo museu e pelo túmulo do milagroso Pe. Libério que atraem multidões à cidade, tornando muito populares as romarias feitas a cavalo, de bicicleta, moto e caminhão.

Cercada por montanhas e matas, Onça de Pitangui ainda se beneficia da beleza dos casarões antigos e da Capela de Santa Cruz, que são marcos arquitetônicos da cidade. Além das cavalgadas e rodeios, as festas de Santana, Santa Cruz e Nossa Senhora do Rosário animam esse Município, cuja economia é sustentada pela produção de aves de corte e de hortifrutigranjeiros.

E, finalizando, temos São José da Varginha, grande centro produtor de tomates do Estado e realizador da famosa Festa do Tomate. Terra de gente acolhedora, que encontra ainda na avicultura, na suinocultura e na pecuária de leite as bases de sua economia para produzir alimentos para Minas Gerais e o Brasil. De forma muito especial, parabenizo todas as pessoas que nasceram nessas sete cidades ou escolheram esses Municípios para viverem. Parabenizo as Câmaras Municipais e os Prefeitos Donizete Antônio dos Santos, de Bonfinópolis de Minas; Procópio Celso de Freitas, de Conceição do Pará; Herbert Fernando Martins de Oliveira, de

Florestal; Fábio Alves Costa Fonseca, de Igaratinga; Robério Antônio de Campos, de Leandro Ferreira; Geraldo Magela Barbosa, de Onça de Pitangui; e Marcos Eugênio Sanches Martins, de São José da Varginha.

Muito jovens, se comparadas com outros Municípios mineiros, essas cidades, em seus 50 anos, apresentam vitalidade para crescer em desenvolvimento e qualidade de vida, com a força do trabalho de seus moradores. Então, eu gostaria de parabenizar todos esses Municípios que completaram 50 anos de emancipação política.

Gostaria ainda de abordar um outro assunto. Ontem, numa reportagem especial do "Jornal Nacional", falou-se sobre a alta carga tributária cobrada no Brasil. Mais de 36% de toda a riqueza produzida neste país, o nosso PIB, são transformados em impostos, e esses tributos cobrados às vezes não revertem em obras para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Vimos, numa reportagem em Mato Grosso, o escoamento da produção, e agora se inicia a alta produtividade da soja. É a maior safra colhida este ano no Brasil, mas infelizmente não temos estradas para o escoamento da produção. Vimos os caminhoneiros puxando a soja em seus caminhões, nas rodovias, que estão em estado lamentável, com buracos, e a grande preocupação do produtor é quanto à próxima safra de milho que está vindo, com a preocupação também de não termos armazém para estocagem da produção de grãos.

Ficamos tristes em ver essa situação. Essa alta carga tributária cobrada dos brasileiros, que infelizmente não reverte em obras para facilitar a vida dessas pessoas.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Inácio Franco. Serei breve porque o Deputado Célio Moreira também quer fazer uma intervenção. V. Exa. é muito feliz no seu pronunciamento, defendendo os interesses dos Municípios da sua base política, e o fazendo com experiência e, sobretudo, com competência. E traz um assunto importantíssimo, porque ontem, realmente, no "Jornal Nacional", tivemos oportunidade de verificar que o Brasil não é essa maravilha que alguns Deputados da base do governo federal apresentam. Estamos com muitas dificuldades, o Brasil bate recorde de arrecadação, e a nossa infraestrutura, a nossa logística, continua de péssima qualidade, trazendo problemas para os investimentos, para os empresários, para o agronegócio. O Tribunal de Contas da União também está questionando a Agência Nacional de Telecomunicações por causa do serviço de internet móvel. Estamos correndo risco de "pagar mico" na Copa do Mundo. Estamos avisando isso já há um certo tempo. Então, quando eles criticam aqui alguns problemas do governo do Estado, temos de lembrar que está tudo interligado, e o governo central é que tem de dar o maior exemplo para esse grande evento no ano que vem, a Copa do Mundo. E nós estaremos muito preocupados, porque até agora não se chegou a um consenso no que diz respeito aos portos, aos aeroportos, às estradas. Eles não gostam do termo "privatização", mas adoram o termo "concessão". Então, ficamos realmente impressionados de ver esse excesso de imposto, de carga tributária, mas o serviço para o cidadão não está realmente como deveria ser nos países do Primeiro Mundo. Muito obrigado.

O Deputado Célio Moreira (em aparte) - Deputado Inácio Franco, obrigado. Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento em defesa dos Municípios que V. Exa. muito bem representa. Além disso, anexar, juntar à sua fala felicitações a outras cidades que fizeram bodas de ouro, como, por exemplo, Inimutaba, Presidente Juscelino, Datas, Joaquim Felício, Augusto de Lima e Couto de Magalhães de Minas. Na realidade, várias cidades comemoraram 50 anos juntamente com suas dificuldades. Aliás, algumas já com a sua independência e outras dependendo demais tanto do governo do Estado quanto, principalmente, do governo federal.

Ontem até foi veiculada uma reportagem na televisão mostrando a situação de algumas estradas por onde escoa a riqueza do Brasil, com a presença de buracos, armadilhas, enfim, rodovias da morte como o Anel Rodoviário, a BR-381, o metrô, que, aliás, é só promessa do governo federal, pois nada acontece. Então, estamos aí esperando.

Como já está em campanha por todo o Brasil, a Presidente está deixando para começar a liberar os recursos nas próximas eleições. O objetivo é a campanha para a reeleição em 2014. Estamos atentos. Além disso, sabemos que Minas Gerais está sendo boicotada pelo governo federal, que tem uma Presidente mineira, mas que não trabalha por Minas e ainda dificulta qualquer emenda ou liberação para o Estado. Isso não é novidade para os mineiros. Portanto, estamos atentos e continuaremos denunciando o descaso do governo federal com Minas Gerais.

Parabéns, Deputado Inácio Franco. V. Exa. falou sobre a soja. Só para registrar, há também a questão da BR-381, do Anel Rodoviário, dos aeroportos e do metrô, que tem 28 anos, e nada acontece. Espero que o pronunciamento de V. Exa. ecoe em Brasília para que o ouçam e tomem providência, a fim de que vidas sejam preservadas em nossas rodovias.

O Deputado Inácio Franco* - Pois bem, Deputado. Esperamos que, com a cobrança dessas altas taxas e tributos, o governo federal reveja a distribuição dessa grande riqueza. Mais de R$1.000.000.000.000,00 de impostos foram arrecadados no ano passado.

Estamos falando sobre as bodas de ouro dos Municípios que se emanciparam há 50 anos. Às vezes, ficamos até com pena dos Prefeitos que assumiram as Prefeituras, pois realmente muitos deles se encontram com o pires nas mãos procurando recursos. Só que, como vemos, todos eles estão no governo federal. Quer dizer, mais de 70% de tudo que é arrecadado fica com o governo federal, 20% com os Estados e 10% com os Municípios. Onde mora o cidadão? Onde estão os problemas? Nas áreas da saúde, da educação e na infraestrutura urbana. Os Prefeitos estão vivendo uma situação de penúria, passando por dificuldades.

Esperamos que haja uma reforma tributária, a fim de distribuir as riquezas e fazer com que esses recursos cheguem aonde deveriam chegar, ou seja, aos Municípios, para que os Prefeitos realizem obras e melhorem a qualidade de vida das pessoas que realmente precisam disso.

Hoje recebemos a visita de alguns Prefeitos. A situação está muito complicada. Há problemas de toda ordem, como problemas ambientais, problemas relativos ao lixo na zona urbana. Os Prefeitos estão sem condições de fazer esses investimentos e vieram até aqui para procurar os Deputados e lhes pedir socorro. Só que, às vezes, ficamos de mãos atadas sem sabermos o que fazer. Portanto, esperamos que essa reforma tributária seja feita para que esses recursos cheguem aos Municípios e os Prefeitos realizem essas obras. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Celinho do Sinttrocel* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados presentes, senhoras e senhores que nos acompanham nas galerias, telespectadores da TV Assembleia, servidoras e servidores desta Casa, boa tarde.

Venho a esta tribuna, no Grande Expediente, para tratar de dois assuntos de grande interesse para o Vale do Aço e toda a região do Vale do Rio Doce, os quais atingem diretamente toda Minas Gerais e o Brasil. Vou me referir à BR-381, estrada fruto e promotora de uma integração nacional.

Todos sabem da minha participação no movimento sindical, especificamente entre os rodoviários. Sei das dificuldades e convivo cotidianamente com a vida e os perigos das estradas, principalmente da BR-381. Como morador do Vale do Aço e usuário regular dessa estrada, presenciei muitos e muitos acidentes, assisti a várias mortes, perdi vários amigos, rodoviários ou não, e conterrâneos em acidentes na 381. Portanto, a minha vivência e preocupação, Sr. Presidente, vem de longe. Por isso mesmo, desde o início, estou na luta pela duplicação da Rodovia da Morte, como ficou conhecida a BR-381, no trecho BH-Governador Valadares.

A estrada tem um traçado obsoleto, da década de 1950, e foi projetada para receber 500 veículos por dia. Hoje esse número ultrapassa 60 mil veículos diários. Há anos, governos sucedem governos, e renovam-se promessas, sem que os problemas da 381 tenham solução.

No meu primeiro discurso nesta Casa, há dois anos, tratei da questão da BR-381, da sua urgente e necessária duplicação. Relatei a visita de Deputados desta Casa ao então Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, que nos garantiu o iminente início do processo licitatório das obras.

Nesses dois anos, apresentamos 21 requerimentos referentes à BR-381. Neles solicitamos, entre outras coisas, informações, audiências públicas e visitas técnicas. Realizamos, em Coronel Fabriciano, dia 24/5/2011, audiência pública desta Casa, com a presença da população local, de Vereadores, Prefeitos e outras autoridades, como o Dr. Nívio Pinto de Lima, representante do DER-MG; Luciano Medrado, representante do Sindicato das Empresas de Transportes de Carga do Estado de Minas Gerais; Ivair Andrade, então Presidente da Associação Comercial, Industrial e de Prestação de Serviços de Coronel Fabriciano; José Euler, Presidente da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Aço; Carlos Rogério Caldeira Lima, Presidente da Comissão de Fiscalização da BR-381-MG, representando o DNIT. Participamos ainda, naquele semestre, de audiências públicas promovidas pelo DNIT em São Gonçalo do Rio Abaixo, João Monlevade e Belo Horizonte. Nos eventos, a autarquia federal apresentou as propostas das obras dos lotes nºs 1 a 6 da duplicação.

Em 1º/9/2011, a Presidenta Dilma Rousseff afirmou que a licitação para a duplicação dos dois primeiros trechos da BR-381 deveria ser aberta ainda naquele ano.

Segundo o Presidente, o projeto executivo para as obras, que incluem trechos da saída de Belo Horizonte em direção a Governador Valadares, deveria ser finalizado no máximo em um mês, ou seja, em outubro de 2011. Em 16/9/2011, o DNIT falava em iniciar as obras em 2012, mas isso não ocorreu. Em maio de 2012, foram lançados dois editais que visavam à duplicação da BR-381 eixo norte: nº 654/12 e nº 791/12. Em junho de 2012, em visita a Belo Horizonte, a Presidenta Dilma, juntamente com o Ministro dos Transportes e o Governador de Minas, Prof. Antonio Anastasia, anunciou a liberação de verba e o início da elaboração dos projetos executivos para o trecho entre Belo Horizonte e Governador Valadares. Em setembro de 2012, novas garantias de recursos foram anunciadas pelo governo federal, e o Ministro dos Transportes anunciou que as máquinas estariam na pista no máximo em março de 2013. Para nossa surpresa e desapontamento, em janeiro deste ano, a Comissão de Licitação do DNIT suspendeu o Edital nº 645/12. Enquanto isso, só no ano passado, foram registrados sete acidentes por dia, totalizando 2.564 desastres. Ao todo, 124 pessoas perderam suas vidas. Isso significa uma morte a cada três dias.

Não acredito em má vontade do governo federal, nem da Presidenta Dilma Rousseff em relação aos mineiros. Ao contrário, como mineira que é, ela já deu demonstrações de seu compromisso com nosso povo e nosso Estado. Exatamente por isso e porque conhece a realidade do Estado, é que, desta tribuna, dirijo-lhe a palavra para dizer que já não aguentamos mais, que já não é mais possível suportar tamanho atraso da duplicação da BR-381. Por isso, desta mesma tribuna, conclamo a todos desta Casa, ao governo estadual, aos Deputados Federais, aos Prefeitos, Vereadores, a sociedade civil mineira e a população em geral, para que nos unamos em prol da duplicação da BR-381.

Nesta hora, acima das colorações partidárias, de ser governo ou Oposição, devemos nos unir pela vida, por Minas e pelo Brasil. É imperioso, de uma vez por todas, o início imediato das obras da duplicação do eixo norte da BR-381. O início tem que ser já. Não dá mais para aceitar desculpas, não dá mais para conviver com tanta tragédia, como se vidas não valessem nada e como se não houvesse responsáveis. A crise, a ausência de recursos, a burocracia e a legislação não podem mais ser usadas como argumento para adiar o início das obras. Crise se enfrenta com investimentos públicos, como tem feito bem a Presidenta. Se a obra de duplicação for tratada como prioridade do governo federal, serão alocados recursos. Burocracia e legislação se enfrentam com determinação, iniciativa e eficiência.

Sendo assim, não há argumento possível para não resolvermos o problema da BR-381. Afinal, estamos falando também de integração nacional e de progresso econômico e social. Acima de qualquer coisa, falamos de vida, de centenas de brasileiros, brasileiros de todas as idades e origens, que morrerão nessa estrada enquanto ela não for duplicada. Volto a dizer: estamos falando de vidas.

Outro assunto que vou abordar é a ponte que liga Timóteo a Coronel Fabriciano, que está interditada há 120 dias. Pasmem. Em novembro de 2012, logo após as eleições, a ponte entre Timóteo e Coronel Fabriciano, subordinada ao governo federal e ao DNIT no Vale do Aço, foi interditada. A ponte é a principal ligação viária de diversas cidades da região.

A Deputada Luzia Ferreira (em aparte) - Nobre Deputado, parabéns por suas palavras tão adequadas a este momento que vivemos. Na semana passada, abordei essa suspensão da licitação mais uma vez. Como V. Exa. diz, não há justificativa. Esse edital está sendo feito há pelo menos seis anos, portanto houve tempo suficiente para dirimir todas as dúvidas. V. Exa., que transita nessa estrada semanalmente, sabe melhor que eu do perigo que representa, do que ela causa ao desenvolvimento do Estado e também regional. Creio que essa é uma unanimidade na Casa. Precisamos unir forças e esperamos ter um mineiro como Ministro dos Transportes. Quem sabe possamos juntar forças, e ele, sendo mineiro - uma vez que a Presidente Dilma, sendo mineira, não se sensibilizou para agilizar essa obra -, possa nos ajudar a colocar esse edital na rua e iniciar as obras.

Parabéns por trazer esse assunto mais uma vez, porque é uma grande demanda de Minas Gerais, e não de partido A ou B nem de corrente ideológica. É uma constatação óbvia e urgente, pois a duplicação dessa avenida salva vidas.

Se V. Exa. me permitir, gostaria de aproveitar este aparte para dizer que a Assembleia de Minas está recebendo, no piso térreo, a exposição da Fundação de Arte de Ouro Preto, uma fundação pública ligada à Secretaria de Cultura, extremamente relevante para o nosso Estado. Tem toda a produção artística dos seus alunos, dos ofícios que lá são ensinados, inclusive alguns que estão deixando história, como a fábrica de tijolos de adobe e telhados de palha. Gostaria de convidar a todos para prestigiar a nossa exposição da Faop. Obrigada.

O Deputado Celinho do Sinttrocel* - Obrigado.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Celinho do Sinttrocel, V. Exa. está abordando um assunto pelo qual todos nós, mineiros não só daquela região do Vale do Rio Doce e do Vale do Aço, temos clamado. Ontem V. Exa. nos deu a honra de comparecer a Governador Valadares, que é da região de V. Exa., quando vimos as lideranças, Prefeitos, Vereadores, Deputados, Presidentes de entidades, todos clamando pela duplicação da BR-381. Isso pelos problemas que V. Exa. está enumerando e por tudo que já temos dito, não só nós, mas todos os Deputados da região e outros Deputados, como o Deputado João Leite. Tanto temos falado e repetido, mas até hoje parece que ainda não sensibilizamos o governo federal. É hora de a Presidente Dilma Rousseff dar um murro na mesa para fazer acontecer. É preciso chegar o momento - e todos falam que a Presidente é boa para isso - de dar um tapa na mesa para valer, ou não acontecerá, e os editais continuarão saindo errado, os anos vão passando, as vidas vão se perdendo, o desenvolvimento vai ficando atravancado naquela região, mas a duplicação não sai.

Então estamos aqui para nos solidarizar com V. Exa., que foi testemunha ontem do protesto e do clamor de toda uma região pela duplicação imediata da BR-381. Obrigado.

O Deputado Celinho do Sinttrocel* - Obrigado, Deputado Bonifácio Mourão. Quero ver esse sentimento de união em torno da necessidade de duplicação da BR-381, que é forte e presente nos 77 Deputados daqui. É extremamente necessário unirmos forças para levarmos essa preocupação ao governo federal, ao Ministério dos Transportes, e não admitirmos mais qualquer tipo de adiamento das obras de duplicação da BR-381.

Meu tempo está esgotado. Retornarei a esta tribuna para tratar novamente do assunto do fechamento da ponte que liga Coronel Fabriciano ao Município de Timóteo, uma região metalúrgica, que concentra empresas importantes do setor metalúrgico. Esse acontecimento tem prejudicado consideravelmente a população. Chegamos ao ponto de fazer uma manifestação na última sexta-feira trancando a ponte nova, para que o DNIT de Minas Gerais tomasse posição, e, além de vigiarmos a BR-381, também resolvamos de vez a abertura dessa ponte e a situação das obras que estão interditadas há mais de 120 dias. Muito obrigado a todos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Exmo. Presidente, caro amigo Deputado José Henrique, Srs. Deputados presentes, imprensa, povo do nosso Estado, gostaria de aproveitar esta oportunidade e destacar um trabalho magnífico que o recém-eleito Prefeito de Montes Claros vem fazendo na cidade. É importante que, nesse momento tão difícil dos atuais administradores, tenhamos momentos iguais a este e destaques importantes a fazer.

Mas, em primeiro lugar, Sr. Presidente, gostaria de fazer alguns anúncios a respeito de alguns bons momentos que acontecerão lá na nossa região do Norte de Minas. Primeiramente, vamos realizar no dia 18 de março próximo uma reunião fundamental, que é a reunião da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil de Minas Gerais e da Defesa Civil Nacional, com as autoridades de Montes Claros, o Prefeito, os Vereadores e a imprensa. Estarão presentes autoridades do Japão, que virão exclusivamente para fazer um estudo e para dar uma resposta ao grande temor da população de Montes Claros: os tremores que têm acontecido. Todo o mundo sabe que a imprensa noticiou que a cidade de Montes Claros este ano já passou por vários terremotos, até de magnitude superior a 4,5 da Escala Richter. Isso levou preocupação e pânico à cidade de Montes Claros. Dezenas de tremores, praticamente imperceptíveis, acontecem a toda hora. Sabemos perfeitamente que esses temores podem ou poderão ser o prenúncio de uma catástrofe que pode acontecer em Montes Claros.

De maneira muito correta, o Governador Anastasia, de Minas, determinou que a Coordenadoria de Defesa Civil fizesse um estudo e, com isso, levasse tranquilidade ao povo de Montes Claros.

No dia seguinte, dia 19, a Cedec também vai fazer uma reunião com os Prefeitos, com lideranças de todo o Norte de Minas, para poderem discutir essa seca que, na verdade, é a pior seca da história do Norte de Minas, da história da nossa região. Em alguns locais, do mês passado até o mês de março, choveu apenas 120mm, quase como acontece nos desertos.

Então, no dia 19, a Cedec vai realizar essa audiência.

A presença dos Prefeitos, dos representantes da Unimontes e da população nessa audiência é muito importante, a fim de terem acesso às informações e orientações para que, com a ajuda de Deus, possamos superar esse momento tão difícil.

Comunico que hoje foram aprovados alguns requerimentos na Comissão de Segurança Pública desta Casa. O Presidente João Leite recebeu um requerimento, de nossa autoria, propondo a realização de uma audiência pública em Montes Claros para debater as condições precárias de trabalho da Polícia Civil, que está em um prédio alugado, passando por grandes dificuldades, e a construção da sede do Corpo de Bombeiros de Montes Claros. A audiência será marcada em abril.

A Comissão de Transporte e Obras Públicas, na pessoa do Presidente Ivair Nogueira, marcou duas audiências públicas. A primeira audiência será realizada em Francisco Sá, para debater a situação da BR-251. O Deputado Celinho do Sinttrocel falou da BR-381, a Rodovia da Morte, mas a BR-251, que liga Montes Claros até a Rio-Bahia, não fica por menos. São dezenas de pessoas que morrem mensalmente nessa rodovia. Há acidentes que atrapalham todo o trânsito. Por essa BR transitam mais de 30 mil carretas pesadas, interligando o Sudeste ao Nordeste Brasileiro. Portanto, repito, realizaremos uma audiência pública, no dia 21 de março, em Francisco Sá, que é o símbolo dos pontos negativos dessa rodovia. No mesmo dia, debateremos também a situação do Anel Rodoviário de Montes Claros, novela que já se arrasta há tantos anos.

No dia 24 de abril, realizaremos outra audiência em Três Pontas, no Sul de Minas, para debatermos o Programa Caminhos de Minas e a situação da MG-167, que liga Três Pontas a Varginha. Recebemos a solicitação do Prefeito Paulo e dos Vereadores para realizarmos esse debate. Portanto, faremos essa grande audiência pública em Três Pontas.

Companheiros, Deputados, quero trazer as nossas congratulações ao Prefeito de Montes Claros, Ruy Muniz. O balanço de 60 dias de sua administração causa-nos grande satisfação e orgulho, pois, mesmo recebendo a Prefeitura numa situação difícil - não vou dizer uma herança maldita, porque é um termo que não gosto de utilizar -, com uma dívida de mais de R$290.000.000,00, com as folhas de dezembro e do 13º salário atrasadas, ele nos mostra que há condições de cada vez mais trabalhar e acreditar na sua administração. O Prefeito Ruy Muniz já foi Vereador em Montes Claros e Deputado Estadual, e tem uma grande folha de serviços prestada à comunidade como professor, como dirigente na área da educação e atualmente como dirigente da cidade de Montes Claros.

Sublinhei alguns temas, alguns tópicos, para mostrar que, quando o Prefeito quer realizar um bom trabalho, mesmo com falta de recursos, ele consegue. Sabemos que as Prefeituras estão praticamente imobilizadas pela falta de condições orçamentárias, de receitas e com as despesas herdadas de antecessores, como foi o caso da Prefeitura de Montes Claros.

Nesses 60 dias, o Deputado Ruy Muniz fez o cadastramento de todos os servidores e constatou que verdadeiras aberrações aconteciam. Hoje a Prefeitura tem controle desses servidores, valorizando os que trabalham pelo nosso Município.

Na licitação do transporte escolar da zona rural, vimos escândalos serem anunciados. A Polícia Federal teve de agir nas questões da merenda escolar e na licitação de transporte. Mas o Prefeito Ruy Muniz pôs um ponto final em tudo isso ao mostrar transparência nos atos, usando o poder de informação, que é tão importante para o desenvolvimento da cidadania do nosso povo.

Quanto à operação de limpeza e de tapa-buracos, parece que ocorreu uma guerra em Montes Claros, pois todas as ruas estavam cheias de buracos, e as bocas de lobo, entupidas.

Naquela chuva fatídica ocorrida há um tempo, vimos o efeito da enchente que deixou mais de 1.200 pessoas desabrigadas. A criação da força-tarefa para atender os atingidos pela chuva foi importante, porque pessoas que moram em áreas de risco precisavam ser deslocadas. Não apenas no momento trágico das chuvas, mas, posteriormente, as ações desenvolvidas mostraram a importância da organização de uma Prefeitura.

Desobstrução do canal da Avenida Vicente Guimarães e do Córrego das Melancias. A Delegacia Regional de Segurança Pública de Montes Claros fica exatamente às margens dessa avenida. As chuvas que inundaram o córrego que corta o centro da cidade invadiram as dependências da sede da Polícia Civil, estragando computadores e causando pânico nos moradores da região. A água estava mais de 1m acima do nível normal.

Já citei o processo licitatório da merenda, motivo de vergonha para todos os montes-clarenses. A Polícia Federal fez uma operação, mostrou o envolvimento das pessoas. O Prefeito também colocou um ponto final no capítulo negro dessa novela que se arrasta há tantos e tantos anos.

Gostaria de falar ainda da reforma e da faxina do mercado central, orgulho de todos os montes-clarenses, hoje pronto para receber os visitantes.

Regularização salarial e pagamento no quinto dia útil. Em dezembro, o Prefeito pagou o 13º salário e, em janeiro e fevereiro, fez o pagamento dos salários sempre no quinto dia útil, o que é um direito dos servidores e não um favor.

No que se refere às ações educativas de combate à dengue, foram retiradas milhares de toneladas de lixo e visitadas mais de 25 mil casas em duas áreas de maior risco. Milhares de casos foram notificados. Em Montes Claros, brincam dizendo que quem está na parte de cima da cidade corre o risco de terremotos, quem está no meio corre o risco de dengue e quem está embaixo sofre com as enchentes.

Citamos ainda a criação da força-tarefa para intensificar a fiscalização das casas de "shows", evitando o que aconteceu no Rio Grande do Sul, e o protocolo do VLT, do PAC 2, projeto de R$185.000.000,00 do Ministério das Cidades que beneficia toda a população. Esse projeto foi muito bem elaborado e protocolado a tempo. Esperamos que a Presidenta Dilma beneficie realmente o povo com esse VLT, que cortará toda a cidade, utilizando os trilhos de uma antiga central ferroviária, que hoje é uma chaga em Montes Claros, mas que poderá ser uma solução no futuro.

As ações do Prefeito Ruy junto à bancada de Deputados Federais e à Codevasf, permitindo a disponibilização de recursos, também merecem nossa consideração. Vemos por aí inauguração de praças, distribuição de cestas básicas, ampliação de UBS.

Também queremos anunciar que já foi liberada pelo governo do Estado uma unidade básica de saúde para toda a região do Village no valor de R$1.600.000,00, para atender aos programas de Saúde da Família. Além disso, tivemos a inauguração de academias ao ar livre - trata-se de um programa do governo do Estado. Enfim, são ações dessa natureza que faço questão de destacar aqui.

Como já disse, hoje as Prefeituras andam capengando com toda dificuldade. Às vezes, não conseguem as portas abertas do governo federal e, muitas vezes, recorrem ao governo do Estado, que tem ajudado muito as cidades do Norte de Minas, como Montes Claros. Veja, meu caro Tenente Lúcio, em uma cidade do porte de Montes Claros, com mais de 400 mil habitantes residentes, com uma população flutuante de mais de 1 milhão de pessoas e com 5 universidades, o Prefeito pegando uma terra arrasada como pegou e conseguindo, com pouco mais de 60 dias, sem colocar culpa em ninguém, sem pessimismo e sem olhar para trás, organizar as finanças, a Prefeitura, os pagamentos e dar uma nova visão aos moradores e trazer novo ânimo.

Portanto, gostaria de dizer ao Prefeito Ruy Muniz que pode contar com este parlamentar e com a Bancada do Norte de Minas, a qual um dia ele também integrou, para que possamos não só ajudar a nossa Montes Claros, a capital do Norte de Minas, mas também toda a nossa região, principalmente em um momento tão difícil como o que estamos passando com essa seca que se arrasta há tantos meses, que tem tirado vidas e tanta coisa material, mas que em nenhum momento, Sr. Presidente, tirou a esperança e a vontade de lutar do valoroso povo norte-mineiro. Muito obrigado.

O Deputado Bosco* - Cumprimento o prezado Presidente Deputado Hely Tarqüínio, que interinamente conduz os trabalhos desta reunião; os caros Deputados e Deputadas; de forma muito especial, os telespectadores que acompanham os trabalhos da Assembleia

Legislativa do Estado de Minas Gerais por meio da TV Assembleia; e também os internautas que nos acompanham em transmissão ao vivo pela internet.

Sr. Presidente, caros Deputados e Deputadas, é com muita satisfação que, mais uma vez, hoje retornamos a esta tribuna de uma forma muito especial, pois queremos aqui relatar um pouco do nosso trabalho realizado, sobretudo, durante o exercício de 2012, já que no último mês de fevereiro complementamos aqui o segundo ano deste mandato. Cabe aqui fazer um balanço até para levar ao conhecimento daqueles que temos a honra, a alegria e o prazer de representar aqui na Assembleia de Minas Gerais.

Nós, por meio de várias comissões, pudemos realizar várias audiências, vários fóruns técnicos e debater diversos assuntos, principalmente aqueles relacionados a minha região de Araxá, do Alto Paranaíba, do Triângulo Mineiro, enfim, de outras regiões do Estado. No entanto, quero aqui destacar - e fizemos questão até de fazer isso aqui, Sr. Presidente, caros Deputados e Deputadas - um informativo sobre as ações que marcaram o nosso trabalho no ano de 2012 e que contou de forma efetiva, prezado Deputado João Leite, com o apoio irrestrito e fundamental do nosso Governador Anastasia e também de todos os Secretários que compõem seu governo.

Dentre todas essas ações, destaco aqui os mais de 13 milhões que, em parceria com o governo estadual, carreamos para Araxá e para as cidades da região, a exemplo de Perdizes, Pedrinópolis, Santa Juliana, Pratinha, Campos Altos, Medeiros, Bambuí, Córrego Dantas, Itabira, Sacramento, São Roque e outras. Foram recursos importantes nas áreas de saúde, educação e infraestrutura.

Quero destacar aqui a questão do trevo do Distrito Industrial localizado na minha querida Araxá. Esse trevo antigo que existia ali era arcaico, Deputado Doutor Wilson Batista, e dava acesso ao Distrito Industrial. Ele foi palco, por diversas vezes, de inúmeros acidentes, em sua maioria fatais. Muitos foram os trabalhadores e empresários de Araxá que, ao saírem do serviço, retornando para suas casas, sofreram algum tipo de acidente naquele trevo. Lamentavelmente, vários faleceram.

Portanto, trouxemos, em nome da comunidade de Araxá, dos empresários, da Associação Comercial e Industrial - Acia -, esse pedido ao governo do Estado logo no início deste mandato. O Governador Anastasia, sensibilizado com a situação, principalmente com as vítimas de acidentes naquela localidade, deliberou uma parceria do DER com a Codemig, e está ali sendo realizada uma obra da ordem de mais de 2,5 milhões para construção de um novo trevo. Tenho certeza de que colocaremos fim àquela situação insegura do trevo no Distrito Industrial de Araxá.

Há também outra ação importante que aqui vale a pena ressaltar. Há muitos anos, Araxá e toda a região clamavam pela instalação de uma UTI neonatal, sobretudo para que gestantes com gravidez complicada tivessem mais tranquilidade, segurança e a certeza de que, se houvesse necessidade de atendimento de urgência, de emergência em uma UTI neonatal, teriam essa estrutura, tão importante na área de saúde. Sei que essa reivindicação já foi apresentada por inúmeras lideranças da nossa região, e que, em outros momentos, em outros tempos, isso não foi concretizado. Mas agora, por meio do nosso trabalho, do apoio desta Casa e da sensibilidade do Governador Anastasia, do Danilo de Castro, Secretário de Governo, e do Secretário Antônio Jorge, que tão bem está conduzindo a Secretaria de Saúde, o recurso foi liberado para a construção da UTI neonatal em Araxá, que atenderá toda aquela região. É um recurso importante, da ordem de 2,5 milhões, que garantirá à Santa Casa de Misericórdia de Araxá a implantação dessa tão sonhada UTI, que doravante contribuirá para salvar a vida dos recém-nascidos que porventura necessitem desse atendimento.

Quero aqui também, caros colegas Deputados e Deputadas, ressaltar uma questão, já que Deputados que me antecederam nesta tribuna falaram muito sobre a situação caótica e crítica das rodovias, principalmente das federais, a exemplo da BR-381. Nós, por intermédio de uma comissão conjunta com a Comissão de Segurança Pública, presidida pelo Deputado João Leite, obtivemos, por meio do fórum técnico que tratou da cultura da paz no trânsito, um resultado extremamente positivo para a região do Alto Paranaíba, com relação à BR-262. Enquanto não acontece a duplicação da BR-262, principalmente do trecho de Bom Despacho até Uberaba, outras medidas precisarão ser tomadas. Aquele fórum que realizamos, em especial na cidade de Ibiá, no Alto Paranaíba, em que foi detectada a necessidade urgente de tomarmos medidas para diminuirmos os acidentes com vítimas fatais na BR-262, numa ação conjunta, já gerou frutos. Conseguimos sensibilizar o DNIT, numa parceria importante com a Cemig, e foram instalados, em vários pontos da BR-262, principalmente na Serra da Saudade, vários radares, que já estão em funcionamento e que contribuíram, sobremaneira, para a diminuição de acidentes naqueles trechos.

Tenho conversado com alguns Prefeitos da região - de Ibiá, de Campos Altos, de Santa Rosa da Serra, de Luz, de Bom Despacho - e todos eles são unânimes em dizer que, depois que foram instalados ali os radares, houve um resultado positivo, ou seja, diminuiu o número de acidentes.

Entendemos que se trata de uma medida razoável, provisória. O ideal é que seja concluída a duplicação da BR-262, de Nova Serrana até Uberaba, já que o trecho de Belo Horizonte até Nova Serrana já foi duplicado. No trecho onde se fez a duplicação o número de acidentes diminuiu significativamente. Agora, é preciso que esse projeto da duplicação chegue às próximas cidades, levando segurança e, acima de tudo, maior agilidade para o transporte, no escoamento da produção do Triângulo Mineiro, do Alto Paranaíba, vindo para a Capital ou indo daqui para aquela região.

Quero aqui, também, caro Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, destacar o entusiasmo das regiões do Alto Paranaíba e do Triângulo Mineiro com relação a esse programa fenomenal do governo do Estado, o Caminhos de Minas. Vários Municípios da nossa região já iniciaram suas obras de asfaltamento de vias e de rodovias que vão interligar Municípios. Citamos, como exemplo, o Município de Perdizes. Serão 24km asfaltados da cidade até a BR-262. A obra já está licitada e será iniciada ainda neste primeiro semestre. É mais uma ação positiva do governo do Estado.

Há outra obra importante prestes a ser iniciada. Refiro-me ao asfaltamento da rodovia que liga Rio Paranaíba à Serra do Salitre. É um trecho importantíssimo numa região que tem contribuído sobremaneira para o desenvolvimento do Estado. Essa obra já foi licitada e está para ser iniciada ainda neste primeiro semestre.

Outra obra importantíssima dentro do programa Caminhos de Minas é o asfaltamento do trecho Medeiros-Ibiá-Pratinha. Essa obra é muito esperada pelas populações desses Municípios e totalizará mais de 45km; é sonhada e almejada por toda aquela região há décadas e, agora, vai tornar-se uma realidade por meio dessa ação do nosso Governador Anastasia.

São conquistas, projetos e programas importantes que estão chegando pela ação competente e responsável do Governador Anastasia. Assim, aproveito este momento em que faço um breve balanço dessas conquistas para a nossa região - Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro - para fazer também um agradecimento ao Governador Anastasia pela forma atenciosa com que tem conduzido os destinos não só da nossa região, mas de todo o Estado.

Quero ressaltar também o trabalho magnífico da Secretária de Educação Ana Lúcia Gazzola. Só para o Alto Paranaíba e o Triângulo Mineiro foram destinados muitos milhões para reforma e ampliação das escolas estaduais. Esses recursos importantíssimos já foram repassados por convênios e parcerias com a Secretaria de Educação e as caixas escolares de Municípios de toda a região, como Araxá, e vão servir para que as Diretoras das escolas e as superintendências da nossa região possam oferecer melhores condições aos alunos, com melhorias nos prédios e na acessibilidade para portadores de necessidades especiais que frequentam as nossas escolas.

Por fim, são inúmeros benefícios e obras importantes e duradouras, tenho certeza, que a nossa região recebe desse governo e pelas quais vai zelar, porque elas vêm melhorar o aparato da estrutura física do Estado de Minas Gerais.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente, a quem agradeço a paciência. Em breve haveremos de registrar, com os nossos companheiros nesta Casa, outras ações do nosso governo em prol de Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Bonifácio Mourão - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há poucos dias o Governador Antonio Augusto Anastasia fez um balanço dos seus dois anos de governo em Minas Gerais. Estávamos presentes e ficamos impressionados não só pelo que Sua Excelência tem realizado pelo nosso Estado como pelo domínio que tem de todas as ações praticadas nas áreas de educação, saúde, defesa social e assim por diante, em todas as áreas territoriais de Minas Gerais. O Governador tem, conforme todos sabem, uma memória privilegiada e uma dedicação invulgar na administração do Estado de Minas Gerais. É sem dúvida um dos maiores, senão o maior executivo do Brasil atualmente.

Isso que estou dizendo não é só da nossa parte. Em todos os eventos de que participa fora de Minas - e no final da última semana participamos de um em João Pessoa, Capital da Paraíba, quando estavam presentes 20 Estados brasileiros -, a admiração pela competência, pela dedicação, pela seriedade do Governador Anastasia é unânime em todos os Estados brasileiros. Muitos até falam que gostariam de ter um Governador com o perfil do Governador de Minas Gerais Antonio Augusto Anastasia.

Consideramos um privilégio, Deputado Rômulo Viegas, ter um sucessor de Aécio Neves como temos em Antonio Augusto Anastasia. A partir de 2003 Minas Gerais realmente virou outro Estado em termos de desenvolvimento, tornando-se cada vez mais um Estado melhor para se viver. Esse é o trabalho, dividido em três partes principais, começando com o Choque de Gestão, passando pelo Estado para Resultados e chegando à Gestão para a Cidadania. E nós, os mineiros, somos os grandes beneficiados da gestão não só de Aécio Neves, mas agora de Anastasia.

No seu balanço, Sua Excelência o Governador fez referência a todas as áreas, e aproveitaremos esta oportunidade para, com muita justiça, repercutir o seu pronunciamento nesta Casa. Até porque, Deputado João Leite, o Governador Anastasia pediu a mim, como seu Líder do Governo, que agradecesse, e agradecesse muito, de coração, a todos os Deputados que tanto contribuíram para o bom resultado do seu governo. Ele o fez repetidamente. Ouvi isso e não estaria espelhando com fidelidade o seu sentimento se não repercutisse essa gratidão aqui neste instante.

Ele fala sobre o seu governo, e vamos começar e passar rapidamente para que os Deputados e os que nos veem pela TV Assembleia, Sr. Presidente, tenham pelo menos uma impressão do que este governo tem realizado pelo Estado de Minas Gerais. Vamos à saúde: na saúde, vamos ver o programa de redes integradas de saúde, para adequar a oferta e a qualidade de cuidados secundários e terciários. Aí vem a Rede de Urgência e Emergência, Deputado Doutor Wilson Batista. Foram investidos R$185.000.000,00 na implantação das redes de urgência e emergência em todo o Estado.

Viva Vida - Mães de Minas. Foram implantados Centros Viva Vida de referência secundária em 29 microrregiões de Minas Gerais.

Programa Aliança pela Vida. Conscientização sobre os prejuízos sociais causados pelas drogas e redução das consequências. Atenção ao usuário de álcool, "crack" e outras drogas. Implantação do Cartão Aliança pela Vida. Foram implantados 40 Consultórios na Rua - Território Aliança. Foram investidos R$37.000.000,00 no programa Aliança pela Vida.

Não comentarei aqui a importância desse programa de combate ao tráfico de drogas, sobretudo, ao "crack", pois todas as famílias mineiras são testemunhas disso e do dever do Estado de chegar junto numa hora dessa.

Programa Saúde em Casa, Deputado Glaycon Franco - aliás, V. Exa. também é médico. Universalizar e ampliar a qualidade dos serviços de atenção primária à saúde, com ênfase em ações de promoção, prevenção e assistência à saúde. Ampliação da estrutura de atenção primária à saúde. Foram investidos R$152.000.000,00 na construção, reforma e ampliação de 95 Unidades Básicas de Saúde - UBS - em todo o Estado. Mais 70 UBS foram contempladas com recursos financeiros estaduais para construção, reforma e ampliação. Isso sem se falar que faremos ligeiras considerações sobre reformas, construções de novos hospitais, novos programas de Saúde da Família e, assim, várias outras áreas trabalhadas pelo atual governo.

Programa Saúde Integrada. Aprimorar a gestão da rede por meio de instrumentos, ferramentas e políticas inovadoras. Gestão da Política Hospitalar. Implantação dos hospitais regionais e microrregionais de Governador Valadares, Teófilo Otôni, Além Paraíba, Novo Cruzeiro, Nanuque, Lafaiete, Sete Lagoas, Uberlândia e assim tantos e tantos outros. Além disso, 140 hospitais estão recebendo incentivo financeiro do Pro-Hosp.

Prezado Deputado Duilio de Castro, isso é para evitar que tantas e tantas ambulâncias saiam do interior trazendo pessoas que não possuem recursos e estão procurando a Capital, que já está inteiramente saturada. Muitas pessoas às vezes não conseguem vagas no interior nem na Capital. Quando há um problema mais grave, muitas delas vêm a óbito por falta de recurso. O atual governo está levando a sério essa questão não só pelas UPAs e pelas UBS, mas, sobretudo, pelos hospitais - e hospitais regionais - nas cidades-polo de Minas Gerais, para conter a evasão para a Capital e, além disso, fazer os diversos tratamentos de saúde dos mais necessitados, incluindo tratamentos e cirurgias mais complexas, como de coração, cabeça e assim por diante, que serão atendidos nos hospitais de urgência e emergência.

Programa Saúde Integrada. Aprimorar a gestão da rede por meio de instrumentos, ferramentas e políticas inovadoras. Farmácia de Minas. Foram implantadas 200 novas unidades de Farmácia de Minas.

O Deputado Glaycon Franco (em aparte) - Querido Líder, peço-lhe que, ao ter uma audiência com o nosso grande Governador Anastasia, leve a nossa gratidão. Quando V. Exa. diz que ele agradeceu aos Deputados que o ajudam nessa empreitada, somos nós quem temos de agradecer-lhe.

Quero eximir-me, neste momento, do título de médico e fazer meus agradecimentos como cidadão mineiro, ou melhor, cidadão brasileiro que vê hoje na saúde o principal problema da população do nosso país. Os dados que estão à mostra são inúmeros. Há pouco tempo os nossos jornais do Estado mostraram o hospital da cidade de Matozinhos como o único que está sendo fechado. Mais de 6 mil leitos foram fechados no Estado de Minas Gerais, assim como 47 mil em todo o Brasil.

Todas as santas casas estão em petição de miséria, e o nosso querido Governador, grande homem, com a sensibilidade que lhe é peculiar, faz esses investimentos cujos dados V. Exa. enumera nessa tribuna, como os dos hospitais regionais. Falo isso por Conselheiro Lafaiete, cidade-polo do Alto Paraopeba, Vale do Piranga, cujo hospital, com mais de 20 leitos de CTI e mais de 200 leitos pelo SUS, atenderá quase 400 mil habitantes, com Samu e Corpo de Bombeiros. Isso demonstra a sensibilidade dele, ao levar atendimento às periferias e tirar as pessoas dos grandes centros.

Recentemente ele investiu R$735.000.000,00. Todos os hospitais de Minas Gerais que atendem pelo SUS receberão recursos por meio do Pro-Hosp, para se fortalecerem e melhorarem a qualidade no atendimento. Enquanto o nosso Governador luta pela saúde, a União, que detém a maior parte de recursos, deixa que a saúde sofra as consequências que estamos vendo, com os hospitais cada vez mais em situação de miséria e caos.

Amanhã ocuparei a tribuna e trarei mais dados, dados infelizes, por causa da insensibilidade do nosso governo. Leve a nossa gratidão de cidadão mineiro ao Governador pela sua atitude e pelas suas ações em prol da saúde, que, todos sabemos, é o maior patrimônio do povo desta nação.

O Deputado Bonifácio Mourão - Agradeço muito ao Deputado Glaycon Franco, que dá testemunho, como grande médico que é, do trabalho que o Governador Anastasia tem realizado. Por enquanto falamos apenas da saúde.

Antes de falar da educação e ouvir o Deputado Bosco, que é, sem dúvida, especialista da área, concedo aparte ao colega e amigo Deputado Rômulo Viegas.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - No Plenário da Assembleia, nesta tarde de terça-feira, gostaria de parabenizá-lo, Deputado Bonifácio Mourão, por V. Exa. desempenhar o papel de Líder do Governo com muita competência e com a experiência enriquecida pela ocupação de diversos cargos públicos, ao longo dos anos. Sermos liderados por V. Exa. nos motiva cada vez mais. Publicamente, gostaria de agradecer-lhe o desempenho e também ao Governador Anastasia por estar percebendo a ação dos Deputados que compõem a sua base neste Parlamento. Concordo com V. Exa.: o governo de Minas fez destaque, faz diferença com ações extremamente propositivas na área de saúde do Estado.

As dificuldades são grandes. Recentemente, com a regulamentação da Emenda nº 29, capitaneada pelo grande Deputado da nossa base política Carlos Mosconi, quando Deputado Federal no Congresso, foram criadas facilidades para que Estados e Municípios empreguem os recursos com mais transparência e apliquem os percentuais com mais rigor.

O Governador Anastasia foi além disso. Por meio do resumo que V. Exa. acaba de apresentar à população de Minas, as ações do Governador Anastasia na área da saúde ficaram muito claras. O que lamentamos é a ausência do governo federal, que em momento algum se preocupou em aportar mais recursos por meio de preceitos constitucionais para garantir a melhora da saúde do nosso povo. Isso é lamentável. Como constituinte, V. Exa. sabe da importância de termos a garantia da aplicação desses recursos por meio da lei, porque, quando se muda de governante, podem mudar as aplicações dos recursos. A partir do momento em que é legalizada a aplicação, o governante é obrigado a dar continuação a ela.

Assim, Deputado Bonifácio Mourão, quero dizer que é com alegria que fazemos parte da base do governo Anastasia. Quero, publicamente, elogiar o governo e toda a sua equipe e, mais uma vez, cumprimentá-lo. V. Exa., como Líder do Governo, tem conseguido construir na Assembleia uma boa relação dos Deputados da base com o governo do Estado, tranquilizando todos os Deputados, levando ao governo as nossas reivindicações e trazendo do governo as demandas para atender à população mineira. Parabéns! Continue assim!

O Deputado Bonifácio Mourão - Obrigado, eminente Deputado Rômulo Viegas. Antes de falar sobre a educação, queremos, claro, agradecer também ao Sr. Antônio Jorge, Secretário de Estado de Saúde, o trabalho que tem feito, dando grande contribuição não só à saúde, mas também ao governo Anastasia.

Falando em educação, vemos o brilhante trabalho da Secretária Ana Lúcia Gazzola no governo Anastasia. Entre tantas realizações em Minas Gerais, a educação é uma das principais áreas de trabalho, assim como é em todos os governos.

O Programa Educação para Crescer tem por objetivo tornar o ensino mais atrativo, por meio da revisão dos currículos escolares, a integração dos jovens na gestão escolar, a aproximação das escolas às famílias e o ingresso dos jovens no mercado de trabalho. Projeto Reinventando o Ensino Médio: 2.100 escolas estaduais atendidas, com um total de 712.649 alunos. Programa de Intervenção Pedagógica - PIP -: 2.830 escolas estaduais atendidas, com um total de 1.288.932 alunos. Mais de 800 Municípios foram atendidos com o PIP municipal. Professor da Família: 150 escolas atendidas. Educação em Tempo Integral: 340 mil alunos atendidos.

O Programa Pró-Escola tem por objetivo qualificar o ambiente escolar, capacitando profissionais da educação e melhorando a infraestrutura. Gestão da Infraestrutura do Sistema Estadual de Educação: R$550.000.000,00 investidos na infraestrutura física e operacional nas escolas estaduais. Programa Magistra, Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores: 64 mil vagas preenchidas por educadores nos cursos ofertados pelo Magistra.

O Programa Melhor Emprego tem por objetivo firmar parcerias para ampliar ofertas de empregos e capacitação profissional de acordo com a vocação econômica da região. Gestão do Programa de Educação Profissional - PEP -: 100 mil novos alunos atendidos, totalizando 300 mil alunos atendidos nesse programa.

O programa Volta às Aulas e vários outros, Deputado Bosco, foram desenvolvidos, conforme V. Exa. tem dado ênfase - como o fez nesta tarde - pela grande e brilhante Secretária Ana Lúcia Gazzola, acompanhando o ritmo de trabalho do nosso Governador Antonio Augusto Anastasia.

Com muito prazer, concedemos aparte ao Deputado Bosco, nosso eterno Presidente da Comissão de Educação.

O Deputado Bosco (em aparte)* - Prezado Líder do Governo nesta Assembleia, Deputado Mourão, é um prazer e uma satisfação muito grande ver, mais uma vez, V. Exa. nessa tribuna e, neste momento, mostrando as ações do governo e de cada Secretaria, desenvolvidas nos últimos meses, no ano passado. Tudo isso que V. Exa. apresentou sobre a educação remete-nos à reflexão de que fazer educação, meu caro Líder, vai além dos discursos fáceis e dos protestos inoportunos. Fazer educação com competência é ter ação, é trabalhar.

É dessa forma que percebemos o trabalho da Secretaria de Educação, tão bem comandado, tão bem orquestrado e administrado por essa educadora nata, que é a Ana Lúcia Gazzola. Ela tem ao seu lado uma equipe competente, não só em Belo Horizonte, na Cidade Administrativa, mas espalhada por todo o Estado, quer seja nas Superintendências regionais, quer seja, principalmente, dentro das escolas, por meio das Diretoras, conjuntamente com os professores, e, por que não dizer, das serviçais.

Tenho percorrido Minas Gerais, Mourão, muitas vezes tendo a oportunidade de acompanhar a Secretária de Estado. E é muito bom quando percebemos o trato que a Secretária tem com essas profissionais da educação, sobretudo aquelas que estão mais distantes da Capital, lá no interior. Ana Lúcia Gazzola é como o nosso Governador Anastasia: por onde passa deixa um povo admirado e, acima de tudo, um povo amigo. E não tem segredo, Mourão, a própria Secretária tem dito isso. Ela tem colocado as cartas na mesa, tem conduzido essa Pasta com competência, clareza e, acima de tudo, com sinceridade. Ou seja, sob a batuta e a deliberação do Governador Anastasia, ela tem feito com sua equipe o que é possível fazer. Por isso temos hoje, nas mais de 3.500 escolas estaduais dos 853 Municípios, uma placa com os resultados do Ideb. Com certeza, caros Deputados, milhares de escolas de outros Estados gostariam de estar vivendo esse momento positivo da educação de Minas Gerais, que propiciou à Secretária, ao Governador e a todas as Diretoras de escolas a coragem e a satisfação de colocarem em suas escolas o resultado do Ideb.

Deputado Mourão, esse é o resultado da somatória de todas as ações mencionadas por V. Exa., desde o PIP, o PEP, o Professor da Família, até a Escola de Tempo Integral, que em Minas Gerais acontece de verdade e está sendo ampliada cada vez mais. Há a valorização dos profissionais da educação, que agora estão podendo vislumbrar ganhos reais nos seus salários, visto que a situação não é mais como antigamente uma colcha de retalhos, que nem mesmo eles sabiam entender e interpretar. Não tinham garantia de que, quando cumprissem o seu papel na ativa e fossem gozar suas aposentadorias, levariam os ganhos, os penduricalhos nos salários.

Hoje, até nesse aspecto houve a coragem e a ousadia do governo e da Secretária Ana Lúcia Gazzola de colocar o dedo na ferida e entender que a questão salarial dos profissionais da educação precisava de uma atenção diferenciada. Em um primeiro momento, não houve o entendimento real de algumas pessoas e profissionais, mas com o tempo eles já estão percebendo que o governo está no caminho certo e está buscando, sobremaneira, a valorização dos profissionais da educação. Tenho certeza de que os professores, Diretores e Superintendentes, ainda neste governo, haverão de conferir vários outros benefícios que já estão sendo trabalhados pelo próprio governo e pela Secretaria de Estado. Livre de pressão, porque Ana Lúcia Gazzola é uma educadora nata e está do lado dos profissionais da educação. O nosso Governador é um professor e um educador nato e sabe do verdadeiro valor dos profissionais da educação.

Portanto, Mourão, acredito que Minas vai continuar avançando muito, sobretudo porque temos um governo que reconhece que a educação é o caminho mais rápido e promissor para o progresso deste Estado e do nosso país.

Ficam aqui os nossos cumprimentos à Secretária Ana Lúcia Gazzola e a V. Exa., Líder deste governo nesta Casa. Tenho certeza absoluta de que Minas continuará avançando independentemente do olhar da meia dúzia dos pessimistas. Sabemos que onde há uma multidão de otimistas sempre há uma meia dúzia de pessimistas olhando para trás, ao contrário da grande maioria dos mineiros, que olham para frente e que vislumbram cada vez mais um futuro melhor para sua gente. É dessa forma que estamos aqui compondo este governo e trabalhando muito para que Minas continue avançando.

Gostaria também, caro Líder, aproveitando essa oportunidade, de solicitar a V. Exa. que passe para cada parlamentar desta Casa essa síntese do governo, para que cada um possa conferir de perto os avanços de Minas, sobretudo nos últimos anos, e para que possam fazer repercutir essa informação em cada região, em cada rincão de Minas Gerais. Muito obrigado, meu Líder.

O Deputado Bonifácio Mourão - Agradeço muito ao Deputado Bosco. Quanto à sua ideia, já estávamos pensando em repassá-la para todos os colegas Deputados, até como uma contribuição para elevar o nível de debate nesta Casa, que precisa ser, cada vez mais, um debate construtivo.

Em seu aparte, V. Exa. falou sobre o Ideb. Conforme todos sabem, ele é o índice do Ministério da Educação que mede o aproveitamento na educação. O Ideb concedeu nota máxima aos primeiros anos de ensino ministrados pelas escolas públicas de Minas Gerais no atual governo - o 1º lugar do Brasil e o 2º lugar em ensino a partir da 5ª série. Nas Olimpíadas de Matemática, Minas Gerais está ganhando todas, principalmente na educação pública. Isso se deve a quê? Ao que estamos falando aqui e ao que V. Exa. falou: um trabalho feito a partir de 2003, que incluiu o atual governo Anastasia, agora mostrou as suas consequências. Hoje um aluno de 8 anos de idade da escola pública de Minas Gerais já está lendo e escrevendo. Minas foi o primeiro Estado do Brasil a trazer a criança com 6 anos para a escola. Isso aconteceu no governo Aécio-Anastasia. Agora estamos vendo os resultados, que são exatamente esses.

Vamos conceder apartes aos Deputados João Leite e Carlos Pimenta, pela ordem.

Deputado João Leite, gostaria de fazer uma leitura referente ao próximo capítulo, sobre a defesa social, mas não sei se vou poder. V. Exa. é o nosso grande, competente e equilibrado Presidente da Comissão de Segurança Pública. Se puder, poderia esperar um momento, que vamos lê-lo. Gostaríamos de ouvir o seu comentário a respeito. Se houver tempo, concederemos o aparte ao Deputado Carlos Pimenta. Vamos fazer a leitura, rapidamente, em dois minutos, e ouviremos o comentário de V. Exa.

O Deputado João Leite (em aparte) - Farei esses comentários, ouvirei o Deputado Carlos Pimenta, mas queria aproveitar a TV Assembleia para dizer aos mineiros que temos neste momento uma audiência pública no Colégio Marista Dom Silvério.

A Aneel, que é essa agência reguladora do governo federal, está determinando a nova tarifa da conta de luz em Minas Gerais. Portanto, não é a Cemig nem o governo do Estado nem a Assembleia Legislativa que estão determinando essa nova tarifa, mas a Aneel, agência reguladora do governo federal. Quero ouvi-lo novamente e ouvir também o Líder, Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Bonifácio Mourão - Vamos conceder um aparte, com muito prazer, ao Líder do PDT, companheiro, amigo e ilustre representante do Norte de Minas Gerais, Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Muito obrigado, Bosco; muito obrigado, Mourão. Queria agradecer esse aparte e dizer que V. Exa. está hoje apresentando aos milhares de mineiros uma síntese, embora muito rápida, do trabalho magnífico que se realiza aqui em Minas Gerais.

Muitas vezes, nesta tribuna, vemos pessoas que querem antecipar as eleições e valorizar as questões políticas e deixamos de escutar um pronunciamento como o de V. Exa., mostrando efetivamente o que foi feito. Nesse relatório não há promessa, nenhum subterfúgio, mas exatamente o que foi feito em todas as áreas.

O trabalho na área da saúde começou com o Secretário Pestana e atualmente está nas mãos do Antônio Jorge, que faz um belíssimo trabalho. Ele é um Secretário centrado, disponível, que vai até as regiões e lança programas como o de agora, com um aporte maior às cidades mais pobres. No Travessia, ele ajuda cada equipe do Saúde da Família dobrando os recursos do governo do Estado. São 130 Municípios que passam a receber mais recursos, o dobro do que vinham recebendo. Há também o Programa Conviver, o trabalho na fazenda e o combate à dengue. Enfim, é um Secretário que sabe o que faz, que é preparado para o que está fazendo.

Na área da educação, a Ana Lúcia realmente é uma pessoa que poderia até estar hoje no Ministério da Educação dando um "show", com programas avançados para o Brasil. Temos a sorte de tê-la aqui no nosso Estado. A rede física do nosso Estado é a mais conservada e moderna de todos os Estados brasileiros. Ela valoriza os professores e os educandários. Ela demonstra grande preocupação com a famigerada ação do Supremo Tribunal Federal, que quer colocar na rua 100 mil chefes de família, com o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade relativa à Lei Complementar nº 100. São atitudes iguais a essa que temos de mostrar.

Na área do trabalho, Deputado Bonifácio Mourão, Minas Gerais é o Estado que tem a menor taxa de desemprego de todos os Estados brasileiros. Estamos em plena expansão do emprego em nosso Estado. O Governador está preocupado com a qualificação profissional e traz grande empresas, principalmente para as áreas mais carentes. V. Exa. também representa essas áreas, a nossa querida Governador Valadares, e eu, Montes Claros. Aliás, Montes Claros está recebendo a Alpargatas. Serão mais 3.500 empregos imediatos. Está recebendo também a New Holland, da Fiat, que produz máquinas pesadas para a mineração na região. Então, está havendo a transformação efetiva do nosso Estado.

Cumprimento-o, Deputado Bonifácio Mourão. Fico muito satisfeito por presenciar uma administração desse quilate, dessa envergadura, de um homem simples, humilde, que gosta de trabalhar, principalmente para promover a equidade no nosso Estado. Podem ter certeza de que o PDT se sente muito à vontade em fazer parte da base deste Governador, aliás, desde o governo do nosso ex-Governador Aécio, com quem firmamos e renovamos o nosso compromisso partidário. O PDT de Minas lutará para que ele possa efetivamente vir a ser o Presidente deste país. Vamos lutar muito para isso. Entendo que é desta maneira que a política tem de ser feita: além da transparência, obrigação de todos nós, ela tem de ser feita com competência e respeito. É isso que vemos acontecer no nosso Estado de Minas Gerais.

Parabéns, não pelo pronunciamento, mas por uma prestação de contas equilibrada, que mostra a essência da verdade, o que é feito e mostra que Minas é um Estado preparado para atender as demandas e topar os desafios. O Governador é isso. É neste Governador que votamos e temos a honra de defendê-lo nesta Casa a qualquer momento, porque acreditamos na sua proposta e no seu governo. Muito obrigado.

O Deputado Bonifácio Mourão - Agradecemos ao Deputado Carlos Pimenta e louvamos o grande trabalho que V. Exa. desenvolveu como Secretário do Trabalho no governo Antonio Augusto Anastasia. Aliás, a questão da qualificação para o trabalho é uma dos mais importantes do governo Anastasia e será destacada mais à frente.

Sabemos que hoje o problema não é apenas o desemprego. O problema é que às vezes há necessidade do emprego, mas a mão de obra não é suficientemente qualificada. Isso é uma grande preocupação deste governo e foi preocupação de V. Exa. durante sua gestão como Secretário.

Deputados, Deputadas, Sr. Presidente, Deputado Hely Tarqüínio, continuarei a comentar sobre a prestação de contas do Governador Antonio Augusto Anastasia. Entrarei agora na área da defesa social, que é rápida, aproveitando a presença do Presidente da Comissão de Segurança Pública, Deputado João Leite.

Deputadas, Deputados, Sr. Presidente, Deputado Hely Tarqüínio, continuamos tratando da prestação de contas do Governador Antônio Augusto Anastasia, mas agora queremos falar da área da defesa social, aproveitando a presença do Presidente da Comissão de Segurança Pública, ilustre Deputado João Leite. Na área do programa de gestão integrada de defesa social, a preocupação é orientar a atuação do sistema de defesa social por meio da promoção da qualidade e da integração de ações e informações em prol da redução da violência e da criminalidade e do aumento da proteção pública.

Estamos citando algumas ações promovidas em todas as áreas. O Centro Integrado de Comando e Controle foi implantado para a Copa do Mundo de 2014, e a Sala de Situação e de Gerenciamento de Crises e Grandes Eventos foi implantada para a Copa das Confederações. Quanto à segurança rural, mais 134 Municípios tiveram patrulha rural implantada. Ao fazer a exposição, o Governador lembrou uma questão muito importante: a violência é tão séria, que, quando combatida intensamente na Capital, vai para as principais cidades do interior; depois, vai para as cidades menores; depois, para a área rural. Lamentavelmente, é um mal infindável, mas precisa ser combatido constantemente, em especial de forma preventiva, como faz o nosso governo.

No programa da gestão integrada da defesa social, o governo orienta a atuação do sistema de defesa social com a delegacia-modelo, a reforma de 36 unidades da Polícia Civil, a conclusão do Departamento de Investigação, Orientação e Proteção à Família, a gestão da política de integração de defesa social, a expansão para todo o Estado da campanha Sou pela Vida, Dirijo sem Bebida. Foram

investidos ainda R$357.000.000,00 em infraestrutura de defesa social: estruturação de unidades da PM; reaparelhamento do CBMMG; modernização profissional; frota policial; delegacias e perícias da Polícia Civil; centros de prevenção; centros socioeducativos em Unaí, Ipatinga, Formiga, Ibirité, São João del-Rei, Sete Lagoas; Apacs; atendimento às medidas socioeducativas; modernização do sistema prisional com a entrega de cinco blocos de unidades prisionais através de parceria-público-privada; disponibilização de 6.496 novas vagas em prisões; humanização do sistema; média mensal de 15 mil presos trabalhando ou estudando.

Abriremos um parêntese, Deputado João Leite, porque é preciso comentar desta tribuna que a sociedade está cada vez mais revoltada com os crimes absurdos cometidos por aí. Agora mesmo vemos toda a mídia voltada para o julgamento de Bruno e dos demais participantes do processo. Não compete a nós, Deputados, dizer ou prever o que acontecerá, mas nos compete dizer que queremos justiça e que ninguém é contrário ao Bruno ou a qualquer outro criminoso deste país, e sim ao crime. O que buscamos é a paz, é a tranquilidade da família mineira. É isso o que está fazendo o Governador Anastasia, Deputado José Henrique, ilustre Vice-Presidente desta Casa e companheiro da região do Vale do Rio Doce. Como lembrou o Ministro Cezar Peluzo no julgamento do "mensalão", quando um Juiz aplica uma pena, ele o faz com o coração partido porque deseja que haja no processo provas suficientes para a absolvição. Mas quando se aplica uma pena não é com objetivo de vingança. Não é a lei de talião que se procura: olho por olho, dente por dente. Quando se aplica uma pena a um cidadão, busca-se recuperá-lo para que ele volte a conviver na sociedade. Esse é o objetivo essencial da pena: a busca da recuperação daquele que delinquiu, para que ele volte a conviver em boas condições e em paz com a sociedade que ele ofendeu com seu ato. Então, é esse o objetivo maior das diversas ações preventivas - e, às vezes, nas ações corretivas. Deve haver a oferta de trabalho para aquele que delinquiu e que mostra o caminho da recuperação, como o governo está fazendo.

O Deputado João Leite (em aparte) - Obrigado, Deputado Bonifácio Mourão. Gostaria de saudá-lo como Líder do Governo da Assembleia Legislativa, desse governo no qual acreditamos tanto e a que servimos. Fizemos parte deste governo e, agora, por acreditarmos tanto nele, por torcermos tanto por Minas Gerais e por amarmos este Estado, o apoiamos. Na verdade, este governo mostra esses números vigorosos e fortíssimos. Enquanto V. Exa. lia cada uma das políticas públicas, especialmente agora, a política de defesa social, lembrei-me de um aspecto muito forte, tanto do governo Anastasia, quanto do governo Aécio Neves: planejamento e inteligência. Sonho com este modelo em todo o nosso país.

Quando visitamos a região amazônica como Presidente do Fórum Nacional de Segurança Pública, ouvimos um relato do Comandante do Exército na Amazônia de que havia 700 homens para cuidar de 11.000Km de fronteira. Ora, assim é impossível para ele evitar a entrada de drogas e armas nas fronteiras da Amazônia. Só podemos enfrentar a criminalidade no Brasil com inteligência e planejamento, como faz o Governador Anastasia. Ao criar o Centro Integrado de Comando e Controle, com a presença da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, está havendo planejamento e inteligência para combater o crime, em um momento de muita vulnerabilidade no Brasil, quando teremos a Copa das Confederações e a Copa do Mundo em 2014. Nas duas últimas Copas do Mundo, a Alemanha produziu 40.000 pessoas traficadas, e a África do Sul, 150.000. Sem dúvida, ao vermos o abandono das nossas fronteiras, percebemos que o Brasil tem o maior potencial de perder crianças, jovens e, em especial, mulheres, tão vulneráveis, traficados em uma ocasião em que teremos muitos estrangeiros, que entram pelos nossos aeroportos, pelas nossas fronteiras. E esse controle, essa documentação cabe à Polícia Federal.

O Governador Antonio Anastasia faz bem. Ele aproxima as nossas polícias da Polícia Federal para que tenhamos a seguinte informação: quem entrou no Brasil? Quem é essa pessoa que vai estar em Belo Horizonte durante a Copa das Confederações e a Copa do Mundo? Teremos esses dados. Essas pessoas passarão pelas nossas estradas, afinal, 25% da malha rodoviária federal está em Minas Gerais, a sua BR-381, pela qual V. Exa. luta tanto. Por isso precisamos da Polícia Rodoviária Federal.

Portanto, queremos homenagear a inteligência e o planejamento do Governador Antonio Anastasia, bem como do Governador Aécio Neves, que apontam para o Brasil uma grande possibilidade, somente com essa integração, essa cooperação das nossas polícias e com a implantação - como V. Exa. expôs aqui - de presídios federais em nossos Estados. Minas Gerais não tem um presídio federal. V. Exa. fala em reinserção do interno no sistema penitenciário, mas como? Se os presos internacionais estão misturados com os presos estaduais e, poderíamos dizer, com os municipais, numa mesma unidade? Onde estão os presídios federais? É por isso que essa integração, esse controle, essa inteligência e esse planejamento devem ser ressaltados nessa prestação de contas que o Governador Anastasia faz, bem como o fez o Líder do Governo na Assembleia Legislativa.

Queria render minhas homenagens a V. Exa. e ao Governador Anastasia pelo planejamento e pela inteligência nessa área. Falta muito, falta ainda a integração das forças de defesa social e das forças estaduais, para vencermos o crime.

O Deputado Bonifácio Mourão - Agradecemos ao eminente Deputado João Leite e também ao Secretário da área, ao Dr. Rômulo, eminente representante do Ministério Público, e a todos os seus assessores o trabalho realizado. Quando nos referimos aqui ao Secretário Antônio Jorge e à Secretária Ana Lúcia Gazzola, todos nós, Deputados, estamos nos referindo também a toda a sua assessoria, assim como aos Comandantes-Gerais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, ao Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais e a todos os que têm contribuído para o sucesso do governo Anastasia na prevenção e no combate ao crime.

Ainda no Programa Minas Mais Segura, terminando esta parte, Deputado João Leite, há os centros de prevenção à criminalidade, que serão implantados até 2014, totalizando 54 centros nos últimos quatro anos, e 25 unidades do Grupo Especializado de Patrulhamento de Áreas de Risco implantados; e o Polícia para a Cidadania - 3.400 escolas atendidas pelo projeto e 66 Municípios atendidos em pelo menos um dos serviços de proteção do Polícia para a Cidadania.

Agora, passando para a questão do desenvolvimento econômico, queremos mostrar alguma coisa. Programa de Investimento Competitivo para o Fortalecimento e Diversificação da Economia Mineira. Ampliar o desenvolvimento econômico e a diversificação da economia e aumentar a atração de investimentos para Minas. Centro de Tecnologia e Capacitação Aeroespacial - R$62.000.000,00 investidos; expansão do Aeroporto Internacional Tancredo Neves - AITN -, com conclusão dos terminais de passageiros I e III; Plano Macroestrutural do Vetor Norte - R$651.000.000,00 investidos em infraestrutura nesse vetor; promoção - vejam V. Exas. -, atração e

retenção de investimentos do governo Aécio Neves para cá, chegando ao Anastasia - R$28.000.000.000,00 em atração de investimentos nos anos...

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Esse é o nosso governo.

O Deputado Bonifácio Mourão - Não é começando bem no governo Aécio Neves. Na hora em que começar, aproxima-se de R$100.000.000.000,00. Só em 2013 e em 2014, serão R$28.000.000.000,00 em atração de novos investimentos para Minas Gerais e em geração de emprego. Isso é que é fundamental para todos ficarem atentos.

Ainda no Programa de Investimento, poderíamos falar sobre tantas outras coisas, mas não nos cansamos de repetir que estamos fazendo um ligeiro resumo, porque o tempo é curto. Passaríamos toda a tarde e a noite falando sobre um terço do que esse governo tem feito para Minas Gerais.

No Programa Energia para o Desenvolvimento: Plano de Desenvolvimento da Distribuidora - R$500.000.000,00 investidos na expansão, reforço, reforma e inovação de ativos da Cemig; interiorização da oferta de gás natural - atendimento de 100% da demanda de gás natural.

Eu, que sou da região de Governador Valadares, venho dar este testemunho: o gás está chegando àquela cidade num tempo máximo de 60 dias. Nenhuma indústria deixará de chegar lá por falta de gás. É outro grande programa do governo Anastasia.

No Programa Descomplicar - Minas Inova: Minas Fácil - 30 unidades do Minas Fácil implantadas, totalizando 121. Para quê? Para simplificar as relações a partir de um ambiente inovador e adequado ao bom desenvolvimento dos negócios e à prestação dos serviços ao cidadão.

Temos aqui algumas ações praticadas no desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e Norte de Minas. São inúmeras. Oportunamente, quando todos nós, os Deputados da base, tivermos uma cópia desse resumo, poderemos debater. E vamos, certamente, fazê-lo. Repetindo, Deputado Rômulo Viegas: precisamos contribuir para, cada vez mais, elevar o nível dos debates aqui, no Plenário da Assembleia Legislativa. O povo mineiro quer ver o que está sendo realizado, construído, ver com o que os Deputados têm contribuído para melhorar o Estado de Minas Gerais em todas as áreas. O maior intérprete é o Governador Anastasia, que agradeceu, de coração, a contribuição dos Deputados, de um modo geral, nesse sentido.

Vêm, em seguida, os programas de desenvolvimento social dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, do Norte de Minas, das regiões mais pobres. Tem-se trabalhado muito para a área de desenvolvimento social do Estado de Minas Gerais.

Temos o Programa Travessia, que começou com Aécio Neves-Anastasia.

Eu ia me lembrar. Na época eu era Secretário Adjunto com ele. Quantas e quantas vezes trocamos ideias nesse sentido, ilustre Secretário João Leite, as quais contribuíram sobremaneira para essas ações.

Eu era Prefeito de Governador Valadares, e o Município foi contemplado, em nossa administração, com o Programa Travessia. É um programa extraordinário, que atua nas áreas da educação, da saúde, da infraestrutura, da assistência social e assim por diante. Nele vem, entre outros, o Programa Porta a Porta, com 400 mil domicílios visitados; 140 mapas de privações elaborados; o Banco Travessia, com mais de 2.110 famílias cadastradas pelo Banco e 5.932 famílias beneficiadas com o pagamento do Travessia. Há também o Travessia Social, com 200 Municípios atendidos. Quando fui Prefeito, até o final de 2008, eram apenas 5. Valadares foi uma das cidades beneficiadas. Vejam V. Exas. como, a partir de 2003, Minas Gerais vem subindo os degraus da escada do desenvolvimento, por meio dos ombros de grandes homens como Aécio e Anastasia e agora ajudado pelo Vice-Governador Alberto Pinto Coelho.

No Travessia Social, são 200 Municípios atendidos, Presidente, com intervenções urbanas, como construção de módulos sanitários, reformas habitacionais, implantação e revitalização de equipamentos sociais e espaços públicos, com investimento de R$86.000.000,00.

Deputados, vão somando essas quantias que temos falado aqui. Ainda no Programa Travessia Renda, tivemos 2.640 trabalhadores qualificados - e o Deputado Carlos Pimenta falava sobre isso -, totalizando 33.741. Há ainda 2.640 pessoas em processo de elevação de escolaridade.

No Travessia Saúde, temos 117 Municípios beneficiados com recursos financeiros para ações de promoção da saúde. No Travessia Educação, tivemos 23.075 alunos atendidos com educação para jovens e adultos.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Deputado Bonifácio Mourão, realmente V. Exa. gastaria um tempo maior ainda para relatar a ação do nosso governo em todas as questões sociais do Estado. Vale destacar a ação do governo na cultura, prestigiando as bandas mineiras. Vale também destacar a eficiência da nossa gestão na questão social, que começou com o Secretário de Desenvolvimento Social, Deputado João Leite, no governo Aécio Neves. Começamos a implantar os Centros de Referência de Assistência Social em Minas Gerais - Cras -, que hoje são a porta de entrada para promover a inclusão das famílias carentes do Estado.

V. Exa. relata várias obras no setor de infraestrutura. Podemos destacar o Proacesso e outras tantas, como o Caminhos de Minas, que agora começa a ser liberado. Há pouco conversava com os Deputados e lhes dizia que as nossas estatais estão muito bem, como a Copasa, a Cemig e a Codemig.

Quero lembrar que neste exato momento acontece no auditório do Colégio Marista Dom Silvério, onde tive a oportunidade de estudar e que se localiza na região dos Bairros Sion, São Pedro e Santo Antônio, uma audiência pública com a Aneel, agência reguladora do governo federal, que vai determinar a tarifa da energia elétrica em Minas Gerais. Que isso fique claro, porque muitas pessoas acham que é a Cemig ou o governo do Estado, somente, que apresentam essa conta tarifária. Não é assim. Há uma agência reguladora que trata disso. Tanto é que está ocorrendo uma audiência pública, com a presença até dos Deputados da Oposição - estão todos lá, no Colégio Dom Silvério -, e esperamos que ela se conduza da melhor maneira possível, porque a população quer uma boa qualidade do serviço.

Acreditamos que a Cemig tenha condições para isso, mas é necessário que o governo federal pense em um planejamento energético mais estratégico, porque o que estamos vendo agora é o uso rigoroso das térmicas. Como os níveis dos reservatórios baixaram, estão

tendo de buscar energia nas térmicas; consequentemente, sobe o custo energético. Assim, teremos de aguardar para ver o que vai acontecer com as promessas de que as contas iriam baixar. Os investidores já estão um passo atrás. As ações da Cemig na Bolsa de Nova York estão caindo; sobre as da Petrobras, nem se fala - já despencaram para todos os lados.

Então, faltam planejamento e gestão por parte do governo federal, ao contrário do que vemos em Minas. V. Exa. acaba de relatar a eficiência do nosso governo, com o Choque de Gestão e a Agenda para Resultados, promovendo a cidadania, com várias ações em todos os setores. A maior testemunha disso é o povo mineiro, são os Prefeitos e Vereadores, que reelegeram Anastasia e Aécio Neves. Ou seja, Minas dá exemplo para o Brasil. Ontem, o "Jornal Nacional", da Rede Globo, a que V. Exa. deve ter assistido, mostrou um outro Brasil, um Brasil com problemas seriíssimos na infraestrutura, que o Tribunal de Contas da União acaba de repudiar: das 10 estradas federais fiscalizadas, 9 estão com problemas de obra. Então, nessas comparações, que são necessárias, vale destacar o empenho do Governador Anastasia e o brilhantismo da sua equipe de governo.

Devolvo-lhe a palavra, porque V. Exa. ainda vai relatar muita coisa boa a favor de Minas Gerais.

O Deputado Bonifácio Mourão - Com certeza, e, agradecendo a V. Exa. por mais esses esclarecimentos, Deputado Rômulo Viegas...

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarqüínio) - Gostaria de ressalvar que o nosso tempo está esgotado, Deputado. Teremos um pouco de tolerância, mas, de acordo com o Acordo de Líderes, há matérias de suma importância e inadiáveis a serem apreciadas. Assim, pedimos que os apartes sejam mais rápidos, para que possamos encerrar esta fase, em que pese a relevância da matéria: a apresentação do Líder do Governo sobre o desempenho, muito importante para todos de Minas Gerais e que merece as nossas homenagens, do governo Anastasia em seus dois primeiros anos, que, temos certeza, será ainda melhor neste próximo biênio. Mas gostaríamos de contar com a compreensão dos pares, pedindo-lhes que sejam mais sucintos.

O Deputado Bonifácio Mourão - Agradecemos a V. Exa., Sr. Presidente Hely Tarqüínio. De fato, estamos falando sobre assuntos relevantes, que fazem justiça ao governo Anastasia e Alberto Pinto Coelho, mas temos um regimento a cumprir e, em razão disso, acatamos perfeitamente as ponderações de V. Exa. Portanto, tentaremos resumir ao máximo o nosso discurso, até porque ainda nos faltam muitas folhas, já que as obras são muitas e, por mais que resumamos a fala, não conseguiremos chegar à exigência que nos faz agora o Regimento desta Casa. Mas deixaremos para tratar disso em nossas próximas participações nos debates com os colegas Deputados.

Com muito prazer, concedo aparte ao colega e amigo, ilustre Deputado Duilio de Castro, representante da grande cidade de Sete Lagoas e de tantas outras boas cidades de Minas Gerais.

O Deputado Duilio de Castro (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Bonifácio Mourão. V. Exa. apresenta aqui um relatório que tenho certeza tratar-se de uma parte muito pequena do grande trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Governador Anastasia e pelo nosso ex-companheiro Deputado Alberto Pinto Coelho.

Creio que esse relatório aqui apresentado, nobre Deputado, é de tal magnitude, que enche os olhos até da Oposição. Acredito que a Oposição tem de reverenciar esse trabalho, tão grande, como o que está sendo feito pelo Governador Anastasia. É lógico que rodamos pelo Estado de Minas Gerais, pelo Brasil. Ao assistirmos a uma reportagem como a apresentada ontem no "Jornal Nacional", como citou o Deputado Rômulo Viegas, e, ao rodar pelas estradas federais, observamos que todas elas estão um bagaço. Na verdade, são estradas que certamente estão fazendo muitas vítimas, tirando muitos entes queridos das famílias brasileiras. Mas, ao andar pelas estradas mineiras, vemos que todas são um tapete. Sentimos orgulho quando saímos de Minas Gerais e entramos em Goiás ou na Bahia, pois notamos a diferença entre as administrações.

Ocorre isso também em outros setores: na infraestrutura, na ação social, na educação, no Ideb. O trabalho está presente em todos os setores, em todas as secretarias. Sentimo-nos felizes e orgulhosos por termos um Governador que ajudamos a eleger, um Governador que apoiamos nesta Casa e em cujo trabalho acreditamos. Tenho certeza de que nesses próximos dois anos muitas coisas acontecerão em Minas Gerais, exatamente para melhorar a qualidade de vida do povo mineiro. Certamente V. Exa. permaneceria nesta tribuna durante a noite, durante todo o dia de amanhã, para falar de todo o trabalho que está sendo feito pelo nosso governo.

Aproveitamos esta oportunidade, o que não poderia ser diferente, para agradecer ao Governador pelos investimentos, pelo trabalho que ele tem feito em Sete Lagoas e em toda a região. Os investimentos feitos nestes dois últimos anos, em Sete Lagoas, vão mudar muito o desenvolvimento do Município e região, afetando certamente toda a região da Amav. É lógico que isso vem de uma sequência de investimentos passados, feitos no governo Aécio Neves, e tudo isso faz toda a diferença para a região.

Somamos aqui a nossa gratidão, o nosso compromisso com o governo de defendê-lo nesta Casa, porque acreditamos nele. O que está acontecendo aqui com o governo Anastasia, assim como o que aconteceu com o governo Aécio Neves, não queremos somente para Minas Gerais, mas sim para o Brasil. Queremos que o brasileiro conheça uma gestão de planejamento como a que é feita em Minas Gerais. É certo que brevemente o povo brasileiro conhecerá isso, pois, em 2014, trabalharemos para ter isso em nível nacional ao eleger o nosso ex-Governador Aécio Neves, o nosso Senador Aécio Neves, como nosso futuro Presidente Aécio Neves, porque queremos isso para todo o Brasil.

Muito obrigado, Deputado, e apresente os nossos parabéns ao Governador pelo grande trabalho que ele faz em prol do povo mineiro.

O Deputado Bonifácio Mourão - Agradeço muito a V. Exa, Deputado Duilio de Castro, não só o aparte, mas também os esclarecimentos que V. Exa. apresenta neste Plenário.

Nós, Sr. Presidente, temos ainda muita coisa a dizer, sobre o próprio programa Travessia, em todas as áreas, conforme são atendidas; também sobre a área já apresentada, de desenvolvimento econômico, com a Secretária Dorothea Werneck; de desenvolvimento social, com o Secretário Cássio Soares, nosso colega; o programa Jovens Mineiros Protagonistas; e programas de assistência social e direitos humanos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como não nos resta tempo agora, vamos parar antes de abordar uma das maiores áreas de trabalho deste governo, a de transporte e obras públicas, do Proacesso até o Caminhos de Minas e tantas outras obras. Mas contaremos

com outras oportunidades em que debateremos com os colegas tais questões. E isso porque é extremamente importante que o povo de Minas Gerais saiba o que este Governo está fazendo para o povo de Minas.

Deputado Hely Tarqüínio, voltaremos também a esta tribuna para falar sobre os próximos dois anos, porque o Governador anunciou nos últimos dias, no balanço dos dois primeiros anos, o que fará em 2013 e 2014.

Ele disse que vai aplicar em obras em Minas Gerais nada menos que R$28.000.000.000,00, sendo R$9.000.000.000,00 em financiamento que aprovamos aqui, e os restantes R$19.000.000.000,00 com a economia do governo do Estado. Isso significa resultado do trabalho de Aécio Neves, de Anastasia, do Choque de Gestão, do Estado para Resultados e da Gestão para a Cidadania. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 4/3/2013, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete da Deputada Ana Maria Resende

exonerando, a partir de 11/3/2013, Maria Fernanda Lima Freitas Araujo do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;
exonerando, a partir de 11/3/2013, Maria Luiza Veloso do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
nomeando Beatriz Gonçalves Ferreira Araujo para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;
nomeando Maria Nazaré Cardoso de Lima Carvalho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Dilzon Melo

exonerando, a partir de 11/3/2013, Diego Campos Borges do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;
exonerando, a partir de 11/3/2013, Roberto de Assis do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas;
nomeando Diego Campos Borges para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas;
nomeando Márcio Roberto Junqueira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado Juninho Araújo

exonerando, a partir de 11/3/2013, Wanderley Ferreira Pinto do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;
nomeando Walter Ernesto Júnior para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

Gabinete do Deputado Paulo Lamac

exonerando, a partir de 11/3/2013, José Ronaldo da Costa do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas;
nomeando Marco Antônio Rios para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas.

Gabinete do Deputado Tadeu Martins Leite

exonerando, a partir de 11/3/2013, Marcella Santos Guimarães Vargas do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas;

nomeando Luís Alberto Caldeira Souza para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 8/3/2013, Jacó Souza Soares do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Redação.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e 5.305, de 22/6/07, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou os seguintes atos:

exonerando, a partir de 11/3/2013, Jéssica Letícia de Castro do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB;

nomeando Maria Isabel Borges Lorenzini para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Nalton Sebastião Moreira da Cruz para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Milton Salles Neto para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria.

TERMO DE ADITAMENTO - ADT 25/2013

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: LS Locações, Serviços e Eventos Ltda. Objeto: prestação de serviços de concepção, planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação de eventos. Objeto do aditamento: inclusão de condições contratuais relativas à subcontratação. Vigência: a partir da assinatura.